



PPGSOF Mestrado em
Sociedade e Fronteiras

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E FRONTEIRAS –
PPGSOF

ANGÉLICA PEREIRA TRIANI

COLONIALIDADE E CONFLITOS NO URBANISMO AMAZÔNICO: UMA
REFLEXÃO DECOLONIAL SOBRE O PLANO URBANÍSTICO DE BOA
VISTA/RORAIMA

BOA VISTA

2024

ANGÉLICA PEREIRA TRIANI

**COLONIALIDADE E CONFLITOS NO URBANISMO AMAZÔNICO: UMA
REFLEXÃO DECOLONIAL SOBRE O PLANO URBANÍSTICO DE BOA
VISTA/RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada
como pré-requisito para obtenção do título
de Mestre em Sociedade e Fronteiras da
Universidade Federal de Roraima - UFRR.
Linha de pesquisa 3 – Territorialidades e
conflitos socioambientais na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Amarildo Ferreira
Júnior

Coorientadora: Profa. Dra. Francilene dos
Santos Rodrigues

BOA VISTA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

T821c Triani, Angélica Pereira.

Colonialidade e conflitos no urbanismo amazônico: uma reflexão decolonial sobre o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima / Angélica Pereira Triani. – Boa Vista, 2024.

149 f. : il. Inclui Apêndices.

Orientador: Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior.

Coorientadora: Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Sociedade e Fronteiras) - Universidade Federal de Roraima. Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF).

1. Perspectivas. 2. Cidades. 3. Amazônia. 4. Identidades. 5. Interdisciplinaridade. I. Título. II. Ferreira Júnior, Amarildo (orientador). III. Rodrigues, Francilene dos Santos (coorientadora).

CDU (2. ed.) 711.4(811.4)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista (UFRR):
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

ANGÉLICA PEREIRA TRIANI

**COLONIALIDADE E CONFLITOS NO URBANISMO AMAZÔNICO: UMA
REFLEXÃO DECOLONIAL SOBRE O PLANO URBANÍSTICO DE BOA
VISTA/RORAIMA**

Dissertação de Mestrado apresentada
como pré-requisito para obtenção do título
de Mestre em Sociedade e Fronteiras da
Universidade Federal de Roraima - UFRR.
Defendida no dia 28 de maio de 2024 e
avaliada pela seguinte banca:

Documento assinado digitalmente



AMARILDO FERREIRA JUNIOR
Data: 28/05/2024 18:43:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior
(Presidente/Orientador)

Documento assinado digitalmente



FRANCILENE DOS SANTOS RODRIGUES
Data: 07/06/2024 13:45:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dr.^a Francilene dos Santos Rodrigues
(Coorientadora - PPGSOF/UFRR)

Documento assinado digitalmente



ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO
Data: 29/05/2024 14:45:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Duarte Cardoso
(PPGAU/UFPA - Examinadora Externa)

Documento assinado digitalmente



SILVIO JOSE DE LIMA FIGUEIREDO
Data: 30/05/2024 10:21:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
(PPGDSTU/UFPA - Examinador Externo)

Aos meus avós (*in memoriam*):

Amadeu Rocha Triani

Bernadete de Fátima Martins Pereira

À minha família de sangue e de amigos

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ser a fonte da vida e do impulso que me move a conquistar novas etapas e aprendizados nesta caminhada pela Terra.

À minha família, em especial, meus pais Amadeu Rocha Triani e Andréa Pereira Triani, por sempre terem sido a principal base influenciadora pela busca constante pelo estudo.

À família que formei no PPGSOF, a qual levarei para toda vida. Nunca imaginei que me divertiria tanto durante um Mestrado, com a melhor turma que este programa já teve. Um carinho especial pela Simone Ruíz e prof Márcia Oliveira, que sem elas o PPGSOF não seria possível.

Especialmente ao meu orientador Amarildo Ferreira Júnior, que além das aulas, orientações, debates e aprendizados, sempre me mostrou exemplo de ser humano, pai e homem. Não obstante, me apoiou em diversas ideias e empreitadas, foi o mais paciente e compreensível que qualquer um jamais foi. Minha mais sincera admiração.

À minha coorientadora, Francilene dos Santos Rodrigues, com a qual tive meu primeiro contato com o tema “decolonial”. Me apresentou Anibal Quijano em suas aulas e desde então sinto que sou capaz de reflexionar melhor. E não menos importante, foi companheira de muitos momentos divertidos e de aulas superanimadas.

À Ester Cardozo, que me acompanhou e apoiou nas entrevistas realizadas, bem como compartilhou momentos de aprendizado, reflexões, experiências e ideias. Junto a ela, um agradecimento especial aos participantes da pesquisa, os quais proporcionam conversas transformadoras e, sobretudo, emocionantes. A verdadeira riqueza deste trabalho, sem dúvidas, foi a parte que os envolveram.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos que me acompanharam até aqui e escutaram meus desabafos. Muito obrigada.

É tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos.

Aníbal Quijano.

RESUMO

O tema da pesquisa propõe reflexões decoloniais sobre o Plano Urbanístico de Boa Vista, demarcado pela idealização de uma praça central que, a partir dela, partem largas avenidas que conectam os limites da cidade ao centro dela. Nessa região, foram estabelecidos os principais edifícios representativos do poder, como o legislativo, judiciário, executivo, religioso e econômico. Todavia, modelos urbanos como estes, e outros, foram consequências herdadas de imposições e referências externas, que não consideravam as necessidades dos grupos locais no planejamento da cidade. Perceber essa expressão de poder no desenho urbano desperta o desejo de exercer outras análises para a cidade. Assim, este trabalho visa entender, sob uma perspectiva decolonial, como a colonialidade e seus desdobramentos exerceram influência no Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista, Roraima. Por meio de abordagens históricas, de entrevistas com diferentes grupos sociais, da observação da cidade e de meditações sobre representações de espaços, a pesquisa se baseará em uma abordagem metodológica decolonial, que parte da *práxis* dos(as) subalternizados(as). Espera-se, como resultados, apontar elementos ou meditações acerca das relações de poder e conflitos que desenharam o Plano Urbanístico de Boa Vista. Também compartilhar experiências dos participantes com a cidade e a conexão dos seus relatos com as reflexões levantadas ao longo do trabalho. Para, assim, projetar perspectivas e considerações para a continuidade do Urbanismo Amazônico.

Palavras-chave: Perspectivas. Cidades. Amazônia. Identidades. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The theme of the research proposes a decolonial reflections on the Urban Plan of Boa Vista, demarcated by the idealization of a central square that, from it, start wide avenues that connect the limits of the city to the center of it. In this region, the main representative buildings of power were established, such as the legislative, judiciary, executive, religious, and economic. However, urban models such as these, and others, were inherited consequences of external impositions and references, which did not consider the needs of local groups in the planning of the city. Perceiving this expression of power in urban design awakens the desire to carry out other analyses for the city. Thus, this work aims to understand, from a decolonial perspective, how coloniality and its consequences exerted influence on the Urban Plan of the city of Boa Vista, Roraima. Through historical approaches, interviews with different social groups, observation of the city and meditations on representations of spaces, the research will be based on a decolonial methodological approach, which starts from the praxis of the subalternized. It is expected, as a result, to point out elements or meditations about the power relations and conflicts that designed the Urban Plan of Boa Vista. Also share the participants' experiences with the city and the connection of their reports with the reflections raised throughout the work. In order to project perspectives and considerations for the continuity of Amazonian Urbanism.

Keywords: Perspectives. Cities. Amazon. Identities. Interdisciplinarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planimetria geral da zona de Tebas. Templos à margem direita do Nilo e tumbas à margem esquerda.....	25
Figura 2– A cidade ideal de Vitruvius e Filarete.	28
Figura 3– Cidade de Tenochtitlán, capital do Império Asteca.	29
Figura 4– Plano de Tenochtitlan, atribuído a Hernán Cortés. Nuremberg, 1524.	30
Figura 5– Acima, planta de Buenos Aires (1708); abaixo, planta de Salvador (1714).	31
Figura 6 - Densidade demográfica dos municípios brasileiros em 2022.	35
Figura 7 - Taxa de crescimento geométrico (%) - Concentração Urbana em 2022...	36
Figura 8 - Localização de Roraima e Boa Vista.	45
Figura 9 – Localização aproximada dos povos indígenas na bacia do rio Branco no século XVIII.	48
Figura 10 – Carta geográfica do rio Branco.	49
Figura 11 – Fortes construídos na Amazônia Colonial.....	51
Figura 12 – Localização das ruínas do Forte São Joaquim.	52
Figura 13 – Planta baixa do forte São Joaquim.....	53
Figura 14 – Planta da Vila de Boa Vista do Rio Branco, 1924.	55
Figura 15 – Foto aérea de Boa Vista tirada na Expedição de Hamilton Rice pela Amazônia (1924/1925).	59
Figura 16 – Maquete do Plano Urbanístico de Boa Vista, Roraima.	60
Figura 17 – Edifícios e Monumentos localizados ao redor da Praça do Centro Cívico em Boa Vista, Roraima.	61
Figura 18 - Monumento ao Garimpeiro no centro da Praça do Centro Cívico.....	62
Figura 19 – Palácio do Governo Senador Hélio Campos.....	62
Figura 20 – Igreja Catedral Cristo Redentor.....	63
Figura 21 – Fórum Cível Advogado Sobral Pinto.	63
Figura 22 – Agência Banco do Brasil.	64
Figura 23 – Miniterminal Luiz Canuto Chaves.....	64
Figura 24 – Secretaria do Estado da Fazenda (acima, prédio atual, abaixo, prédio abandonado).	65
Figura 25 – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.....	66

Figura 26 – Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.	66
Figura 27 – Agência dos Correios.	67
Figura 28 - Palácio da Cultura Nenê Macaggi.	67
Figura 29 - Banco Amazônia.	68
Figura 30 – Zona Central de Boa Vista e seus setores.	69
Figura 31 - Edifícios históricos do SEH de Boa Vista.	69
Figura 32 – Comparação entre Boa Vista e Paris pela Prefeitura de Boa Vista.	73
Figura 33 – Pontos convergentes de avenidas em Paris.	74
Figura 34 – Imagem de satélite do PUBV.	75
Figura 35 – Modelo de Cidade-Jardim por Howard.	76
Figura 36 – Antes e depois do Complexo Ayrton Senna.	78
Figura 37 - Praça da Cultura.	81
Figura 38 - Estátuas do Fazendeiro, Indígena e Garimpeiro na Praça da Cultura.	82
Figura 39 - Monumento aos Pioneiros.	82
Figura 40 – Expansão do tecido urbano de Boa Vista, Roraima.	85
Figura 41 - Localização do antigo bairro Caetano Filho.	88
Figura 42 - a) Fotografia da sede da fazenda Boa Vista do Rio Branco construída no período imperial; b) Restaurante Meu Cantinho.	88
Figura 43 - Comércio do peixe regional.	89
Figura 44 – Região do Beiral em 1967.	90
Figura 45 – Região do Beiral em 1967.	90
Figura 46 – Enchente no Beiral no ano de 2011.	91
Figura 47 – Bairros de realocação dos ex-moradores do Beiral.	92
Figura 48 - Fotografia aérea do Parque do Rio Branco.	93
Figura 49 – Placa da PMBV no Mural Artístico do Parque do Rio Branco.	95
Figura 50 - Torre da Embratel vista da Praça da Cultura.	114
Figura 51 - Prints do site criado por Rodrigo.	129
Figura 52 - Site de Rodrigo, no qual disponibiliza a história em quadrinhos de sua autoria sobre a Migração Venezuelana.	131
Figura 53 – Perspectiva desenhada por Rodrigo da Igreja Catedral.	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Variáveis para observação da cidade.....	19
Quadro 2 – Autores, obras e análises no Mural Artístico do Parque do Rio Branco..	96

LISTA DE SIGLAS

PUBV	Plano Urbanístico de Boa Vista
M/C	Modernidade/Colonialidade
SEH	Setor Especial Histórico
EMHUR	Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
FETEC	Federação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
GRESSB	Grêmio Recreativo de Subtenentes e Sargentos

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA.....	145
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	147

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O MOVIMENTO DECOLONIAL	23
2.1 Urbanismo ao longo da história.....	23
2.2 Urbanismo na Amazônia	33
2.3 O Movimento Decolonial	40
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE OS PROCESSOS DE INVASÃO E OCUPAÇÃO EM BOA VISTA – RORAIMA.....	45
3.1 As disputas pelo Vale do Rio Branco e a ocupação da coroa portuguesa	45
3.1 Formação de identidades através de cenários políticos.....	55
4. O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA SOB A ÓTICA DECOLONIAL	59
4.1 Leituras e perspectivas do Plano Urbanístico de Boa Vista – Roraima.....	59
4.2 Identidades, migração e conflitos territoriais em Boa Vista – RR	79
4.3 A leitura da cidade através da arte	94
4.4 Boa Vista sob os relatos de seus habitantes.....	111
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	139
APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA	145
APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	

1. INTRODUÇÃO

Como arquiteta e urbanista de formação, adentrei no Mestrado em Sociedade e Fronteiras com o intuito de expandir o horizonte das minhas reflexões acerca de temas que transpassam diferentes áreas. Foi assim que, em 2022, a turma se formou com psicólogos, internacionalistas, cientistas sociais, filósofos, teólogos, advogados, delegados, bibliotecários, historiadores, economistas, cientistas sociais, químicos e, enfim, arquitetos.

Essa sala de aula diversa representou bem o objetivo de um mestrado interdisciplinar. As trocas e meditações acerca dos temas estudados sempre apresentavam diversas faces, interpretações e dinâmicas quando compartilhávamos experiências particulares. Sem dúvidas, este ambiente que se formou foi fundamental para nascer, em mim, o desejo desta pesquisa interdisciplinar e, sobretudo, decolonial.

Essa pluralidade de olhares e vivências me fez perceber que eu poderia trazer minha área de formação para fora da bolha social na qual muitas vezes se encontra. As discussões em sala de aula ascenderam a noção de que é a diversidade que constrói e molda a realidade ou qualquer aspecto que nos cerque, como a cidade, por exemplo.

E percebendo a importância dessa intersecção entre diferentes áreas, bem como a descoberta do tema decolonialidade, notei que, ao nascer e viver em uma cidade amazônica, me instigava entender a maneira que nos relacionamos com o meio físico habitado, bem como as nossas relações entre grupos influenciam o ambiente ocupado.

Essa reflexão partia da minha própria relação com Boa Vista, ao perceber que me agradava viver **a** cidade amazônica, e não apenas viver **na** cidade. Como particular apreciadora do contato com a natureza, me percebi experimentando os espaços públicos que com ela se conectavam. Ao preferir frequentar as praças arborizadas e restaurantes à beira do rio, nasceram em mim questionamentos de como os demais habitantes também se relacionariam com estes e outros espaços.

Pensando que os primeiros assentamentos geralmente se dão ao redor de fontes naturais, como água e recursos básicos, por que na Amazônia essa relação

poderia ser intensificada? Talvez por nossa história, por nosso povo ou por nossa urbanização tardia (quando comparada a outras regiões do país), a nossa relação com o meio e com os rios é acentuada, mas perde força cada vez mais que a região é forçada pelos sistemas globais.

Diante dessas reflexões, me instiguei a perceber a cidade também pelo olhar dos demais que a habitam. Entender, ou pelo menos tentar, a perspectiva de outros amazônidas e não amazônidas sobre o meio urbano que ocupam, poderia elevar a questão de viver **a** cidade e não apenas **na** cidade. No entanto, creio que este caminho não é linear e tampouco leva a uma conclusão sólida, mas sim revela reflexões e propostas para a urbanização da Amazônia a partir do olhar daqueles que geralmente não são consultados.

Por isso, este trabalho se justificou na busca por desvendar como o colonialismo e seus desdobramentos estabeleceram poder e influência nas cidades amazônicas, bem como transformaram as relações de seus habitantes com o espaço e a paisagem. Compreender esse processo é um passo ao apontamento de caminhos para o urbanismo amazônico e decolonial, que visa atender as reais necessidades de suas comunidades.

Além dessa justificativa científica, a pessoal e a social também se fazem presentes. A primeira se legitima sob o desejo em aprofundar os conhecimentos acerca do Urbanismo diante de uma perspectiva interdisciplinar com as Ciências Sociais. A segunda propõe instigar na população outra maneira de analisar a história das cidades amazônicas e como ela pode ser percebida dentro do espaço construído.

Para delimitar a análise deste trabalho, o Plano Urbanístico de Boa Vista-RR foi escolhido como recorte de estudo para abordagem. No entanto, há momentos que não se pode deixar de citar outras regiões da cidade, a fim de contextualizar as discussões propostas.

Para tal fim, a metodologia empregada se baseou no método decolonial, definido pela historiadora Tereza Maria Spyer Dulci e a advogada Mariana Rocha Malheiros como uma análise de “possibilidades que se manifestam na *práxis* dos(as) subalternizados(as) da América Latina e que estão encontrando eco entre as produções intelectuais com o marco decolonial” (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 182).

Pois, sob o objetivo de observar e refletir sobre a influência do colonialismo no traçado do primeiro plano urbanístico de Boa Vista, a metodologia não poderá, pela lógica de quem tenta se desvencilhar dos padrões dominantes, priorizar por uma

abordagem epistemológica enrijecida pelo modelo científico imposto mundialmente. “A ciência é um empreendimento essencialmente anárquico: o anarquismo teórico é mais humanitário e mais suscetível de estimular o progresso do que suas alternativas representadas por ordem e lei” (FEYERABEND, 1977, p. 17).

Assim, a citação instigante e intrigante de Feyerabend introduz o espírito metodológico desta pesquisa. Recusar-se-á o pensamento vertical, hierárquico e autoritário para a construção epistemológica e adotar-se-á o senso horizontal, anárquico e democrático. A palavra “anárquico”, no primeiro momento, pode causar estranheza ao(à) leitor(a), uma vez que é mundialmente imposta a ideia de que é preciso de hierarquia para existir ordem e funcionamento em qualquer área.

Aqui, esta palavra é utilizada no sentido oposto à hierarquia, para enfatizar que existem outras formas de pensar, viver, existir e ocupar que se fazem igualmente organizadas e funcionais, sem necessariamente utilizarem uma estrutura vertical de poder para dirigir algo ou alguéns. É, então, empregada para reforçar o pensamento epistemológico numa cadeia circular e retroalimentativa.

Por tratar-se de um mestrado que estuda as sociedades na realidade da fronteira, a problemática proposta terá uma abordagem também interdisciplinar. As regiões fronteiriças “são cenários de fluxos, choques, misturas, integrações e mobilidades de pessoas, culturas, línguas e crenças que no contato com o diferente se multiplicam e dão vida às dinâmicas dos espaços fronteiriços” (SECCATTO apud LUSSI, 2015, p. 3).

Ademais, a própria região Amazônica se insere no debate fronteiriço, com base em seu processo histórico. Essa condição é muito presente nos habitantes de Boa Vista e de Roraima, sejam por fatores históricos marcados pela migração de diferentes povos para a região, sejam pelas condições geográficas que permitem o fluxo de pessoas e a troca cultural mais fluida do que em outros contextos espaciais. Logo, percebe-se um campo relacional entre os atores sociais que influenciam e moldam o espaço urbano que ocupam, bem como transformam uma nova geografia Amazônica.

Desse modo, o trabalho se fundamentou em dois momentos. O primeiro consistiu em uma análise histórica e de “exemplos que estimulam a compreensão” (SELLTIZ et al., 1967, p. 63 apud GIL, 2002, p. 41), a partir da leitura de referências bibliográficas e da observação de imagens, fotografias e desenhos, a respeito da teoria do urbanismo ensinada nas escolas de arquitetura ocidentais, seguido pelo

estudo do processo histórico de invasão e ocupação da região que hoje delimita o estado de Roraima e a capital Boa Vista.

Esse estudo da história de Boa Vista foi fundamental para compreender os conflitos sociais que se desdobraram a partir dos acontecimentos do processo de formação do território federal. Entender essas relações no âmbito das referências bibliográficas, por meio do apontamento de diferentes autores regionais, embasaram reflexões que foram aprofundadas no segundo momento principal da pesquisa.

Este consistiu na realização de entrevistas com esses diferentes grupos sociais da capital, que são agentes diretos na modelagem do tecido urbano. Por isso, as trocas entre pesquisadora e participantes da pesquisa foram fundamentais nesta metodologia. O padrão eurocêntrico de pesquisa, que trata o outro como **objeto** a ser estudado e não considera as possibilidades de contribuição no processo de estudo, foi minimizado quando as leituras e percepções da cidade se fizeram a partir das histórias individuais e coletivas que foram compartilhadas.

Esse processo foi realizado através do roteiro de entrevista¹, que se encontra nos apêndices deste trabalho. No entanto, as conversas não foram enrijecidas por ele, de forma que os participantes adicionaram outros relatos que julgavam pertinentes. Sobretudo, os questionamentos buscavam conhecer a história do(a) interlocutor(a) com a cidade, sua relação com o espaço e sua visão sobre ele.

No tratamento dos relatos dentro do corpo de texto deste trabalho, foram transcritos trechos marcantes de cada participante. Os trechos escolhidos instigaram reflexões pontuais acerca dos temas abordados, mas não diminuíam a importância das demais falas compartilhadas. Uma possível extensão deste trabalho é seu desdobramento sobre uma análise integral de cada entrevista realizada.

Essa troca de perspectivas foi, especialmente, a parte mais rica desta pesquisa em busca de outros olhares e entendimentos sobre a cidade. Escutá-los foi fundamental para o levantamento de diferentes ponderações e dialogá-las com reflexões teóricas.

Para enriquecer as ponderações que partiram destes meios, também foram empregadas observações da urbe, na intenção de se fazer registros sobre os diversos

¹ Para a conformidade e ética das entrevistas realizadas, o projeto de pesquisa que delineou este trabalho, bem como suas ferramentas, foram submetidos ao Comitê de Ética. Este aprovou as propostas através do parecer de número 6.328.325 e CAAE 68179023.7.0000.5302.

usos, simbologias, representações do espaço e espaços de representação. Aliado a análise de obras expostas no mural artístico do Parque do Rio Branco, onde mensagens são repassadas através de pinturas. Pois “as imagens também podem servir como instrumentos para a construção de discursos contra-hegemônicos e outras formas de (auto)representação” (PARFENTIEFF DE NORONHA, 2019, p. 256).

Por fim, para melhor meditação sobre o tema do trabalho, definiu-se algumas variáveis de análise que guiaram, sobretudo no terceiro capítulo, as reflexões e ponderações feitas sobre a cidade e as relações sociais (Quadro 1).

Quadro 1 – Variáveis para observação da cidade

Variável	Contribuição
Relação identitária com a cidade	Identificar os aspectos identitários dos grupos sociais e como essa personalidade se relaciona com o espaço urbano. De que formas a história de vida da pessoa ou das pessoas pode influenciar na sua relação e transformação com/da cidade e como isso se atrela ao processo histórico de formação de Boa Vista.
Informações histórico-ocupacionais	Destacar as informações histórico-ocupacionais no desenvolvimento do tecido da urbe desde o período de invasão e dominação dos povos originários, de maneira que se busque evidenciar elementos e desdobramentos do colonialismo presentes no plano urbanístico de Boa Vista e como isso revela relações de poder expressas pela paisagem urbana.
Práticas espaciais, representações do espaço e espaços de representação	No tecido urbano de Boa Vista, identificar as produções da sociedade nas práticas espaciais, como ela domina e se apropria dessa atividade, bem como a ordena e representa os simbolismos complexos da sua vida social.
Relações de subjugação e subalternização	Identificar como acontece a interação entre os diferentes grupos sociais e como podem transformar aspectos urbanos da capital.
Conflitos sociais, socioespaciais e socioambientais	Reconhecer conflitos sob diversas perspectivas em Boa Vista, que também podem ser percebidos em outros lugares da Amazônia, e que caracterizam as consequências da

	forma como essa região foi invadida e ocupada. Também como políticas desenvolvimentistas intensificam as desigualdades e transformam o espaço.
--	--

Fonte: Autora (2023).

Essa abordagem possibilita diferentes horizontes para reflexões da produção do espaço. Também evidencia a influência e os objetivos alcançados ou inalcançados pelo Estado, através das territorialidades amazônicas, no condicionamento da maneira de viver, se relacionar e perceber a cidade. Assim, a pesquisa encerra com a abordagem dos participantes, e interação de quem vos escreve, sobre as relações socioespaciais em Boa Vista e pondera maneiras de produzir urbanismo amazônico a partir das considerações levantadas.

Essas discussões, que visam levantar o olhar para como a cidade é vivida, se debruçam sobre o contexto sociocultural, econômico, ambiental e político da capital, comum às territorialidades experimentadas na Amazônia. As reflexões levantam temáticas de como as dinâmicas de intervenções territoriais e os conflitos socioambientais, em diferentes níveis, trouxeram outras condições de vida para as comunidades locais.

Ao longo do trabalho, o conceito de territorialidade será empregado de acordo com a sua relação de poder, interesses e tramas sociais, fundamentais para leituras espaciais. De acordo com o geógrafo Claude Raffestin, em sua obra "Por uma Geografia do Poder" (1993), a territorialidade refere-se ao controle e à influência que um indivíduo ou grupo exerce sobre um espaço delimitado. Essa delimitação pode ser tanto física quanto simbólica, abrangendo aspectos como a identidade cultural, as relações de poder e os interesses econômicos.

Robert Sack, em seu livro "Human Territoriality: Its Theory and History" (1986), amplia essa definição ao destacar que a territorialidade é uma estratégia utilizada pelos seres humanos para influenciar, afetar e controlar pessoas, fenômenos e relações, mediante a delimitação e o controle de áreas geográficas. Sack argumenta que a territorialidade não é apenas uma prática espacial, mas também uma construção social que reflete e reforça relações de poder e autoridade. Ele sugere que a compreensão da territorialidade humana é crucial para analisar a organização social e política das sociedades.

Por fim, o geógrafo Milton Santos, em "A Natureza do Espaço" (1997), aborda a territorialidade a partir de uma perspectiva crítica, enfatizando a interdependência entre território e espaço geográfico. Para Santos, o território é um espaço definido e delimitado por e para as relações de poder, onde se materializam os processos sociais, econômicos e políticos. Ele argumenta que a territorialidade envolve não só a apropriação e o controle do espaço, mas também a criação de significados e identidades que moldam as práticas sociais e culturais. Assim, o conceito de territorialidade é fundamental para compreender a dinâmica espacial e as interações entre diferentes atores sociais.

Para tanto, o problema da pesquisa se embasa nas seguintes perguntas: Como o Primeiro Plano Urbanístico de Boa Vista pode ter sido influenciado pela colonialidade do poder, do ser e do saber? Como os grupos sociais da capital roraimense afetam a transformação da malha urbana através das suas relações entre si?

Essas perguntas objetivam, no geral, entender como a colonialidade do poder, do saber e do ser exerceu influência no Plano Urbanístico da cidade de Boa Vista, Roraima. Para atingi-la, se debruçam sobre os processos de ocupação e invasão do espaço que hoje delimita a cidade; reflexionam, sob uma ótica decolonial, acerca do Primeiro Plano Urbanístico de Boa Vista; e analisam as interações entre diferentes grupos sociais e suas relações com espaços da cidade. Para atingir estes objetivos, a dissertação se dividiu em três capítulos que se desdobram em temáticas pertinentes.

O primeiro inicia com uma breve abordagem do urbanismo pelo mundo, a fim de apresentar como se deu o surgimento e o delineado de algumas cidades. Em seguida, se desdobra para o processo de urbanização na Amazônia, para evidenciar aspectos e processos característicos da região, que transformaram e impuseram diferentes maneiras de ocupar e viver o espaço habitado. Depois, parte para uma abordagem do movimento decolonial, a fim de entendê-lo como corrente de pensamento e instigar outras percepções sobre o que nos cerca, bem como diferentes olhares para processos históricos e territórios.

O segundo capítulo se debruça sobre o processo histórico de ocupação e colonização do estado de Roraima, e como ele formou noções identitárias para os grupos sociais que habitavam a região. Essas relações repercutiram no traçado urbano da capital Boa Vista, igualmente como a cidade fortaleceu e subjugou

determinados grupos, através das ideias progressistas e desenvolvimentistas para a região.

O capítulo três parte para uma análise desses fatores e levanta reflexões acerca de como o Plano Urbanístico de Boa Vista (PUBV) foi instrumento de poder e domínio do Estado na ocupação amazônica. Na primeira parte, o capítulo levanta diferentes leituras do plano urbanístico e reflexões dos discursos propagados sobre ele. Depois, segue para uma abordagem dos conflitos que se desdobraram entre o traçado da cidade e regiões que não foram englobadas por ele, e evidencia exemplos de como o urbanismo fortalece e subjuga diferentes grupos sociais.

Nas duas últimas partes do capítulo, o trabalho se debruça para um olhar da cidade através de obras artísticas e relatos dos participantes da pesquisa. A primeira levanta reflexões das representações do espaço sob a perspectiva de diferentes ilustradores e das diversas interpretações que provocam aos observadores. Já os relatos abordam as vivências e percepções dos participantes da pesquisa, que intrinsecamente se relacionam com a história da cidade e evidenciam o olhar do Outro para o meio urbano.

Por meio desse percurso, os resultados alcançados consistiram em uma série de reflexões que evidenciaram o poder do Estado, através do territorialismo, em exercer domínio das cidades e seus habitantes, difundir ideias e percepções sobre o espaço ocupado, que fortalecem o controle objetivado, bem como os diversos mecanismos utilizados para se atingir tal finalidade. Também levantou meditações e ressaltou a importância de se buscar compreender o urbano por meio de diferentes perspectivas, a fim de se libertar dos sistemas impostos e buscar por cidades Amazônicas mais coerentes com seus povos, diversidades e singularidades.

2. PERSPECTIVAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O MOVIMENTO DECOLONIAL

Este capítulo aborda uma breve explanação sobre o urbanismo no mundo, com o surgimento de algumas cidades ou movimentos de planificação de cidades, que influenciaram direta ou indiretamente nos territórios ocupados e colonizados. Também, para trazer o processo histórico para uma abordagem mais local, trata do processo de urbanização da Amazônia sob a perspectiva das imposições e modelos criados, bem como os desdobramentos gerados nas relações sociais e de poder do Estado. Por fim, encerra com uma apresentação do Movimento Decolonial, a fim de gerar entendimentos acerca dos pensamentos e meditações balizadoras que delinearão esta pesquisa.

2.1 Urbanismo ao longo da história

Estudar o processo de formação das cidades é essencial para entender a dinâmica das relações em sociedade e das interações entre pessoas e espaço habitado e construído. Ao longo dos anos, as transformações organizacionais da sociedade acompanharam as mudanças na forma de ocupar o território, e assim as cidades surgiram.

Todavia, nem sempre existiram, possivelmente em razão da forma como os grupos se organizavam. A transição do modo de vida nômade para os primeiros assentamentos, especialmente após revolução agrícola, provocou profundas transformações na ocupação do ambiente. Como afirma o arquiteto italiano Leonardo Benevolo (2011), as cidades não existem por uma necessidade natural, mas sim por uma necessidade histórica, onde houve um início e poderá ter um fim.

A princípio, o ambiente ocupado não passava de uma modificação superficial do ambiente natural, utilizado como refúgio para se proteger dos perigos externos. Os grupos sociais não sentiam a necessidade de se estabelecer em um espaço de maneira permanente, uma vez que suas necessidades naturais eram constantemente buscadas e atendidas pelos locais adjacentes.

A partir de transformações organizacionais e socioeconômicas, como a revolução agrícola, os grupos sociais observaram a possibilidade de atendimento das necessidades naturais em um assentamento fixo. À medida que essas aglomerações

tomaram forma e que os serviços executados eram divididos entre a comunidade, a cidade surgiu como centro político, núcleo social e sede de autoridade.

Todavia, o conceito de cidade varia entre diferentes autores e épocas. Na visão de Karl Marx e Friedrich Engels, no livro "A Ideologia Alemã", a cidade é definida como "a realidade da concentração da população, dos instrumentos da produção, do capital, dos prazeres, das necessidades" (MARX; ENGELS, 1984, p. 64). Para o sociólogo Robert Ezra Park (1976, p. 1), a "cidade é, sobretudo, um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados, inerentes a esses costumes e que são transmitidos com essas tradições". Enquanto, para o geógrafo inglês David Harvey (1980, p. 34), a cidade é um "sistema dinâmico complexo no qual a forma espacial e o processo social estão em contínua interação".

Abordar tais conceitos de cidade no contexto amazônico se faz ainda mais complexo. Na obra do geógrafo Milton Santos, intitulada "Metamorfoses do Espaço Habitado" (2007), o autor discute a ideia de que as cidades não podem ser isoladas de seus contextos regionais e que as relações entre as cidades e seus arredores são fundamentais para entender o processo de urbanização. Nesse sentido, na Amazônia, onde as cidades muitas vezes estão interligadas por vias fluviais e dependem da integração com as áreas rurais circundantes, o conceito de Cidade-Região se torna especialmente relevante.

Na perspectiva de Milton Santos, a cidade amazônica não é apenas um centro urbano isolado, mas sim parte de uma rede complexa de relações econômicas, sociais e ambientais que abrange vastas áreas da Amazônia. Isso inclui não apenas as cidades principais, mas também os povoados, vilas e comunidades rurais que estão interconectados e influenciam o desenvolvimento regional como um todo.

A relação entre estes setores interfere, diretamente, na construção e delineado do espaço ocupado e seus arredores. Ao longo da história, diferentes dinâmicas se desdobraram neste processo. Passear por elas é importante para entender mudanças globais e, sobretudo, locais.

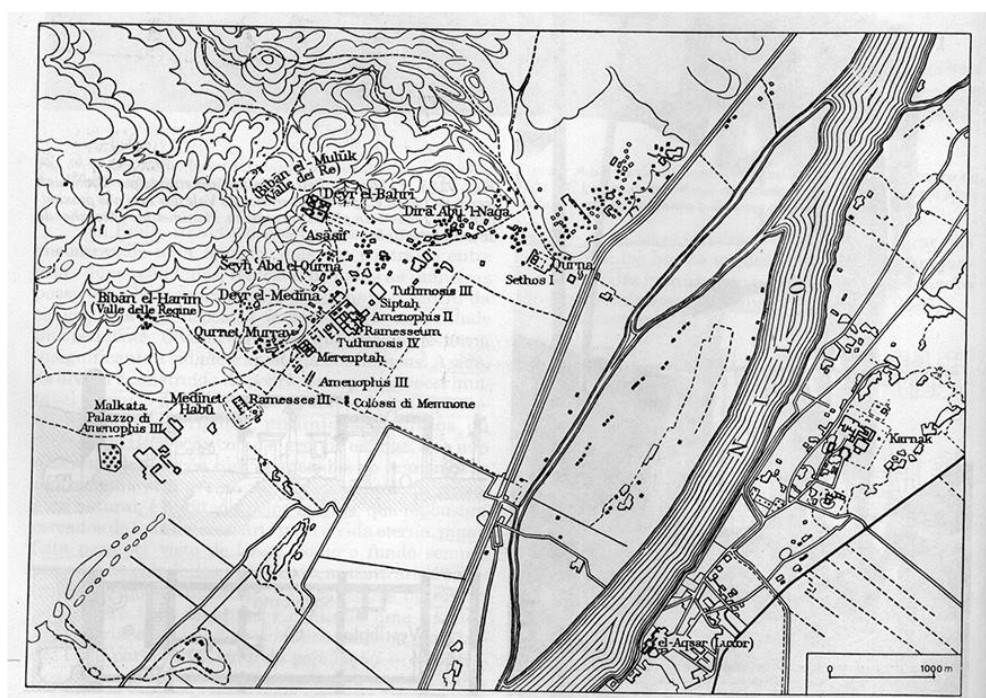
Segundo Benevolo (2011), as primeiras transformações urbanas começaram na região que hoje corresponde aos desertos da África e Arábia até os montes que os encerram ao norte, do Mediterrâneo ao Golfo Pérsico. Depois, com o surgimento de outras cidades pelo mundo, é possível perceber como cada espaço construído diferia de outros, assim como cada sociedade apresentava seus respectivos traços culturais e organizacionais.

Nota-se, então, que as relações sociais e culturais moldam o espaço, bem como o espaço também as transformam. Para observar e exemplificar esta constatação, é possível passear pela organização das cidades ao longo da história.

No Egito antigo, a sociedade se estabeleceu às margens do rio Nilo, recurso fundamental para o desenvolvimento de diversas atividades econômicas. Quanto à cultura e religião, eram fortemente atreladas à morte. Como afirma o antropólogo Brancaglioni Junior (1995), esta não era vista como um fim, mas como uma porta para o pós-vida. Para os falecidos, monumentos eram construídos como moradia, delineadas por formas geométricas simples, como prismas, pirâmides, obeliscos e estátuas de esfinges.

Ademais, os monumentos religiosos não formavam o centro urbano. Estes eram dispostos como uma cidade independente, que formavam um pano de fundo sempre presente na paisagem da cidade dos vivos. Assim surgiram verdadeiras necrópoles no Egito antigo, que representavam a eternidade e a divindade, e que se sobrepunham as ocupações ao longo da margem do rio Nilo. Estas, por sua vez, consistiam, principalmente, nas plantações que davam subsistência ao povo e no assentamento das habitações onde residiam.

Figura 1 – Planimetria geral da zona de Tebas. Templos à margem direita do Nilo e tumbas à margem esquerda.



Fonte: Benevolo (2011).

No extremo oriente, como Índia, Indochina e China, a multiplicidade dos espaços e edifícios revelavam a complexidade das funções civis e religiosas. A utilidade e simbologia se manifestavam através das formas geométricas e arquitetônicas, que se uniam aos eixos de simetria que ligavam a cidade aos pontos cardeais. Assim, a sede dos grandes poderes e a forma como se distribuía no território eram conectadas ao universo celeste.

Na Grécia, as cidades se desenvolvem dividindo-se em duas partes principais: a cidade alta, chamada *acrópole*, onde ficam os templos dos deuses e onde os habitantes podem refugiar-se para última defesa. E a cidade baixa, chamada *astu*, onde se desenvolvem os comércios e as relações civis. Todavia, ambas são partes do mesmo organismo, uma vez que a comunidade cidadina funciona como um todo único.

Também existiram teorias políticas de projeção das cidades gregas, como a de Hipódamo de Mileto. Como relata Aristóteles (1998, p. 141), “Foi Hipodamo, cidadão de Mileto, e filho de Eurifonte, quem inventou a divisão das cidades e delineou as ruas do Pireu”.

Para ele, a divisão das cidades era diretamente ligada à divisão da sociedade em três classes (artesãos, agricultores e guerreiros). Assim, o território deveria ser igualmente dividido em três partes: uma destinada aos deuses, outra à vida pública e a última reservada às propriedades individuais. Como afirma Benevolo (2011, p. 127), “a cidade como organismo físico é a imagem do corpo social”.

Na proposta de Hipodamo, as cidades são traçadas segundo um desenho geométrico regido por regras racionais, com ruas em ângulos retos, vias principais não muito compridas e vias transversais sem pretensões monumentais, que dividem a cidade em uma grade de quarteirões quadrados e retangulares. As áreas especializadas, civis e religiosas não comandam, mas se adaptam à grade. A cidade, assim, se divide de maneira regular e se encerra de forma irregular, de acordo com seus limites naturais da paisagem que a cerca, como montes e obstáculos similares.

Ao contrário das ideias de regularidade das cidades helenísticas, os grandes centros urbanos mais ao oriente, como Alexandria, Damasco e Jerusalém, adaptam a região conforme suas exigências, sem a rigidez organizacional e geométrica. Assim, em razão da valorização da vida privada, a cidade se torna um agregado de casas e as ruas são estreitas, que formam um labirinto de passagens tortuosas.

Em Roma, a princípio, também se percebia traçado irregular. Seus principais e monumentais edifícios se concentravam ao centro, nas regiões montanhosas, como Coliseu, Capitólio, Pantheon e outros. Depois, por falta de manutenção ou por sabotagens dos exércitos sitiados, os habitantes passam a se concentrar nas planícies situadas às margens do rio Tibre, onde podem retirar água dos rios e poços.

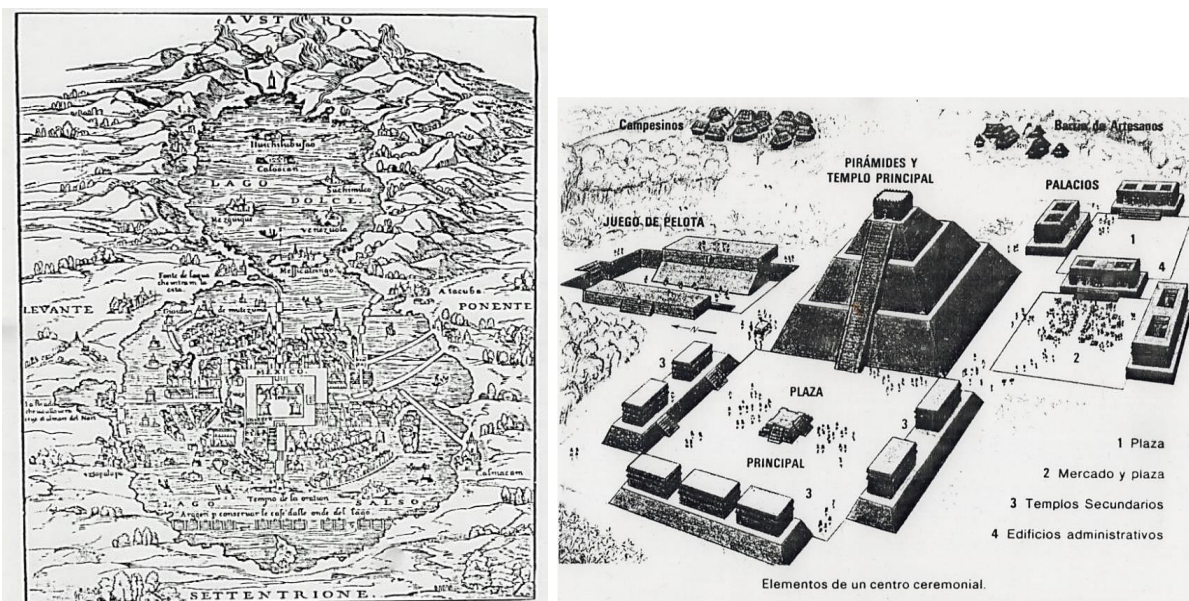
De acordo com Benevolo (2011), a imagem desta Roma antiga e clássica deve ser repensada numa reflexão atual diferente, uma vez que o núcleo histórico foi invadido e desconfigurado pelo acelerado desenvolvimento da cidade contemporânea. Como percepção pessoal, em uma viagem feita em agosto de 2023 para Roma, notei que o argumento de Leonardo Benevolo não poderia ser diferente. Caminhar pelas ruas de Roma é observar a cidade antiga e a contemporânea ocuparem o mesmo espaço, como quando se atravessa uma avenida movimentada por carros e coberta pelas ruínas de um aqueduto.

A caminho da Idade Média, a configuração das cidades perde espaço para a vida no campo. No entanto, com o advento do Renascimento, em meados do século XIV ao fim do século XVI, e transcorrer das alterações provocadas por ele, as cidades retornam como grandes centros, bem como planos utópicos com rígidos traçados organizacionais foram difundidos.

Propagado como princípio de cidade ideal, os planos do período Renascentista consistiam em cidades contornadas por cinturões de muralhas, com núcleos centrais que sediavam os principais edifícios públicos e políticos, e que se conectavam às periferias por meio de vias radiocêntricas. Conforme o arquiteto Felipe Melo Souza (2015), a proposta de centralizar o poder indica uma forma de proteção e implementação de um domínio, atrelado à ideologia grega de impor condicionantes urbanísticas que remetam à população a ideia de quem domina e quem é dominado.

Como exemplifica a figura 2 abaixo, os modelos urbanos renascentistas possuíam formas geométricas rígidas e bem delineadas, de maneira que, ao primeiro olhar, nota-se a cidade restrita aos limites fortificados. A ideia de territorialidade urbana se apresenta pelo rigor dos traços, com expressiva delimitação do espaço a ser ocupado, controlado e monitorado. A planta da cidade não se dissolve com a paisagem natural que a cerca, bem como se assemelha a fortificações que visam proteger a área de invasões externas.

Figura 3– Cidade de Tenochtitlán, capital do Império Asteca.

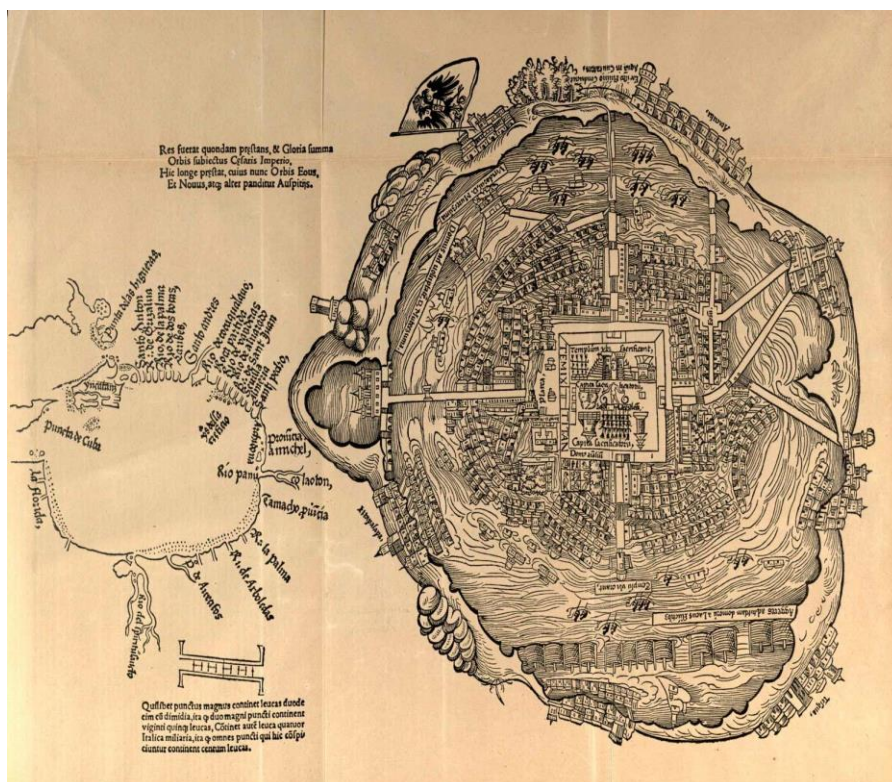


Fonte: À esquerda, gravura anexada ao relatório do Conquistador Anônimo (BENEVOLO, 1983, p. 477 apud LEMOS, 2018, p. 16); à direita, imagem extraída do Guia Turístico da Cidade do México, 1990 (LEMOS, 2018, p. 17).

De acordo com a geógrafa Amália Lemos (2018), nestas cidades existiam amplos pátios para realização de ritos, liturgias e instalação de mercados ao ar livre. Estes espaços só podiam ser acessados por nobres e governantes, bem como eram construídos em conexão com a entrada e saída da luz solar, a fim de representar aspectos cosmogônicos e agrícolas. A pirâmide simbolizava a comunicação com o céu e o núcleo urbano religioso transformava-se no centro do mundo, construído a partir das práticas sociais.

Assim, é possível notar que, mesmo antes do contato colonizatório, estes povos apresentavam uma organização social e cosmovisões que regiam a ocupação espacial do território. Algumas características, como a centralização dos edifícios considerados importantes, também são semelhantes às ordens de outras cidades. No entanto, não há o mesmo traçado e rigidez geométrica dos planos europeus. Ademais, percebe-se que as cidades dos povos originários em Abya Yala também se conformam de acordo com as condições naturais que a cercam, sem ignorar este importante fator como faziam os planos utópicos do período Renascentista.

Figura 4– Plano de Tenochtitlan, atribuido a Hernán Cortés. Nuremberg, 1524.



Fonte: https://www.cervantesvirtual.com/portales/hernan_cortes/imagenes/imagen/imagenes_15-plano_de_tenochtitlan_de_1524_atribuido_a_hernan_cortes/

Outras formas de ocupação espacial também foram encontradas pelos colonizadores quando chegaram em Abya Yala. No entanto, por serem diferentes das cidades dos povos mesoaméricos e, ainda mais distintos das urbes europeias, foram muitas vezes subalternizados quanto às suas práticas espaciais, suas representações do espaço e seus espaços de representação.

A geógrafa Renata Pozzo (2007, p. 1) afirma que os espanhóis encontraram as “comunidades ameríndias que viviam em um tipo de organização praticamente urbana [...] em contraste aos tupi-guaranis do litoral brasileiro”.

Quando chegaram ao Brasil, os portugueses encontraram comunidades indígenas nômades e semi-nômades que viviam praticamente em estado neolítico; ou seja, não encontraram nenhuma estrutura que pudesse servir de base para sua organização espacial (POZZO, 2007, p. 4).

Essa abordagem é caracterizada pelo método comparativo tradicional, no qual alguns modelos são considerados melhores que outros, especialmente quando são produto das relações de dominação perante a alteridade. Esse aspecto não foge do campo espacial e da formação das cidades, e por isso entendê-lo é fundamental para compreender as consequências do colonialismo nas urbes, bem como nas relações socioespaciais.

Para isso, é preciso também observar as diferentes narrativas que as interações entre colonizadores – “novo mundo” – povos originários ganharam ao longo da história. A exemplo, na perspectiva de Pozzo (2007, grifo meu), **os portugueses preferiram se estabelecer na costa brasileira por serem historicamente ligados ao oceano, bem como serem marinheiros e pescadores hábeis.**

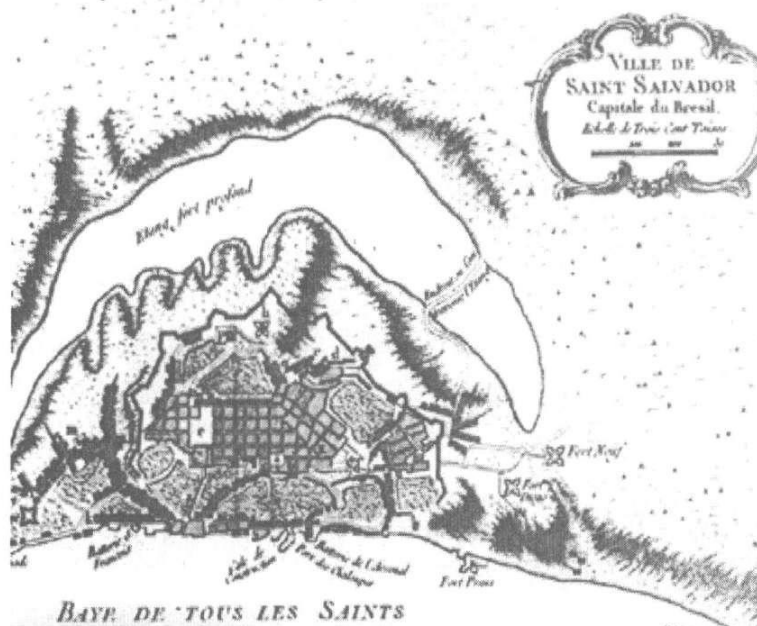
Em contrapartida, o antropólogo Mark Harris (2017, p. 57, grifo meu) afirma que **“os portugueses vieram a depender do conhecimento superior dos índios sobre seu meio ambiente, visto que atuavam como guias nos rios e na floresta”.**

O que realmente ocorre, em muitas das narrativas, é que velhos preconceitos emprestam à cultura da “América Portuguesa”, sobretudo da selva tropical, certo primitivismo e barbárie, que põem o Brasil e, especialmente a Amazônia, numa padronização (ou falta dela) abaixo do modelo caribenho e distante do andino. Como afirma a historiadora Betina Schurmann (1999), há uma polêmica na academia sobre o traçado dos núcleos urbanos coloniais da América Latina.

Para uns, o traçado das cidades da “América Espanhola” obedece a uma legislação específica, com regularidade e traçados geométricos que remetem a um tabuleiro de xadrez. Em contraposição, as cidades da “América Portuguesa” são caracterizadas pela ausência de planejamento e falta de ordem, que refletem em um caos urbano. Como mostra a figura 5, a rigidez dos traçados volta ao discurso urbano dos colonizadores, como na planta de Buenos Aires. Ademais, serve como pretexto para pré-julgar outras formas ocupacionais, como a planta de Salvador abaixo.

Figura 5– Acima, planta de Buenos Aires (1708); abaixo, planta de Salvador (1714).





Fonte: Schurmann (1999).

Sobretudo, é importante ressaltar que, apesar de ambos possuírem modos diferentes de traçar cidades, colonizaram também povos culturalmente distintos, que já ocupavam o espaço às suas respectivas maneiras. Isso certamente influenciou na formação das cidades coloniais, junto a outros fatores locais e relações internacionais.

O Brasil, por exemplo, foi organizado em um dinamismo centrado no campo e ruralista, em razão de ter sido submetido a uma política colonial assentada no latifúndio, na produção de açúcar para o mercado europeu e no trabalho escravo. Esse modelo fez com que o planejamento urbano ficasse restrito às cidades do litoral controladas pela coroa.

De toda forma, a maneira de ocupar o ambiente físico ditada pelos colonizadores não só destruiu as antigas cidades dos povos originários, como também desconsiderou a adaptação do traçado urbano ao caráter próprio dos lugares. Perdeu-se a singular forma de produzir o espaço, influenciada pelas crenças e cultura dos povos originários, para dar lugar a formas representativas do poder do dominador.

Como afirma Benevolo (2011), nas cidades colonizadas a praça passa a ser o elemento central na composição urbana, e dela partem as demais instituições. Ao seu redor se concentram os poderes religioso, político e econômico. Em especial, as crenças religiosas continuam como um fator importante na maneira de desenhar a cidade, mas a diferença da religião do colonizador para o colonizado provoca igualmente diferenças na forma como as crenças atuavam antes e atuam agora no traçado urbano.

Séculos mais tarde, modelos urbanos europeus continuaram a influenciar cidades do mundo inteiro, mesmo após o suposto fim do colonialismo. Um exemplo muito discutido foi a difusão do modelo haussmanniano, implantado em Paris. No plano urbanístico empregado por Haussmann, a capital da França teve suas avenidas reformadas e alargadas, que se dirigem para um centro em comum, no qual se encontram monumentos e edifícios simbólicos.

No último capítulo deste trabalho, esta influência parisiense voltará a ser retomada, com foco na relação com a cidade de Boa Vista. Apesar de não se conhecer, até o momento, alguma comprovação de que a capital de Roraima tenha se baseado no traçado Haussmanniano, muitos moradores e pesquisadores locais afirmam esta possível relação. Logo, é válida uma análise do porquê esta ideia se dissemina localmente.

2.2 Urbanismo na Amazônia

A fim de aproximar a discussão do tema Urbanismo para contextos locais, esta sessão abordará sobre o processo de crescimento e desenvolvimento de cidades na Amazônia, bem como os principais impactos gerados. É preciso considerar as lógicas, histórias, relações e configurações socioeconômicas para as problemáticas urbanas, a fim de entender, ou tentar entender, sob diferentes perspectivas, as cidades amazônicas e suas dinâmicas.

A região, inicialmente habitada por povos indígenas, tradicionais e ribeirinhos, possuía modos de vida e de ocupar o espaço diferentes das exercidas atualmente. Com a chegada dos colonizadores na região, sobretudo da Coroa portuguesa e demais invasores, como espanhóis, holandeses e franceses, a Amazônia foi projetada para um cenário de grandes transformações impostas.

Com o passar dos séculos, as cidades se moldaram a concepções e estratégias que visavam atender às necessidades do sistema global. Este cenário não foi diferente para a Amazônia, especialmente visada por seus recursos naturais como fontes potenciais para abastecimento de demandas de mercados externos.

Conforme explica a socióloga Edna Castro (2009), a ocupação da Amazônia pela colonização portuguesa se baseou em interesses políticos e estratégias territoriais em lugares relevantes, primeiramente através da implantação de fortificações. Por meio dos interesses econômicos da época, o Estado colonial se

moldou na produção e exploração de mão-de-obra dos povoados locais, especialmente em sítios de interseção entre cursos d'água e floresta.

Esses locais foram escolhidos, primeiramente, pelos povos indígenas, em razão da abundância que proporcionavam. E seguiram mantidos pela economia mercantil do colonizador português, transformadas em feiras que resultaram nas maiores centralidades urbanas. Também aproveitaram esses espaços para estabelecimento de modais hidroviários, todavia sem aceitar seus limites físicos. Por isso, aterros e canalizações de rios se tornaram um dos diferenciais civilizatórios no crescimento de cidades amazônicas (CARDOSO, 2021).

“Esse misto de poder de conquista de um território e de organização dos interesses econômicos está presente na formação do modelo de povoamento da colonização portuguesa na Amazônia, e perduraria depois de assentados os primeiros núcleos urbanos”. (CASTRO, 2009, p. 17). No desenvolvimento destes núcleos, somente os que eram portos de exportação para o exterior, como Belém e Manaus, é que apresentaram crescimento expressivo.

Essa expansão das cidades, especialmente na Amazônia, aconteceu de forma lenta e à medida que a economia colonial era assentada. Esse processo definiu algumas relações entre campo-cidade, que tiveram por consequência a apropriação de terras em grandes latifúndios.

Assim, o povoamento da região ancorou-se no modelo de trabalho escravo em fazendas e nos ciclos econômicos. As cidades, por sua vez, possuíam o papel de escoar a produção, organizar o mercado e os fluxos de comércio, bem como ser um posto avançado para controle do trabalho e mão-de-obra escrava nas áreas rurais. Como reflexo, até hoje a questão fundiária é uma das razões para o êxodo rural na Amazônia e deslocamento para centros urbanos, para os quais carregam com si conflitos sociais, ambientais, econômicos e territoriais.

A partir da segunda metade do século XX, o Estado se tornou principal ator para estratégias de ocupação da região amazônica. Sob ideias desenvolvimentistas e nacionalistas, as fronteiras se expandiram através de megaprojetos de infraestrutura, como rodovias e hidrelétricas, com o objetivo de urbanização local.

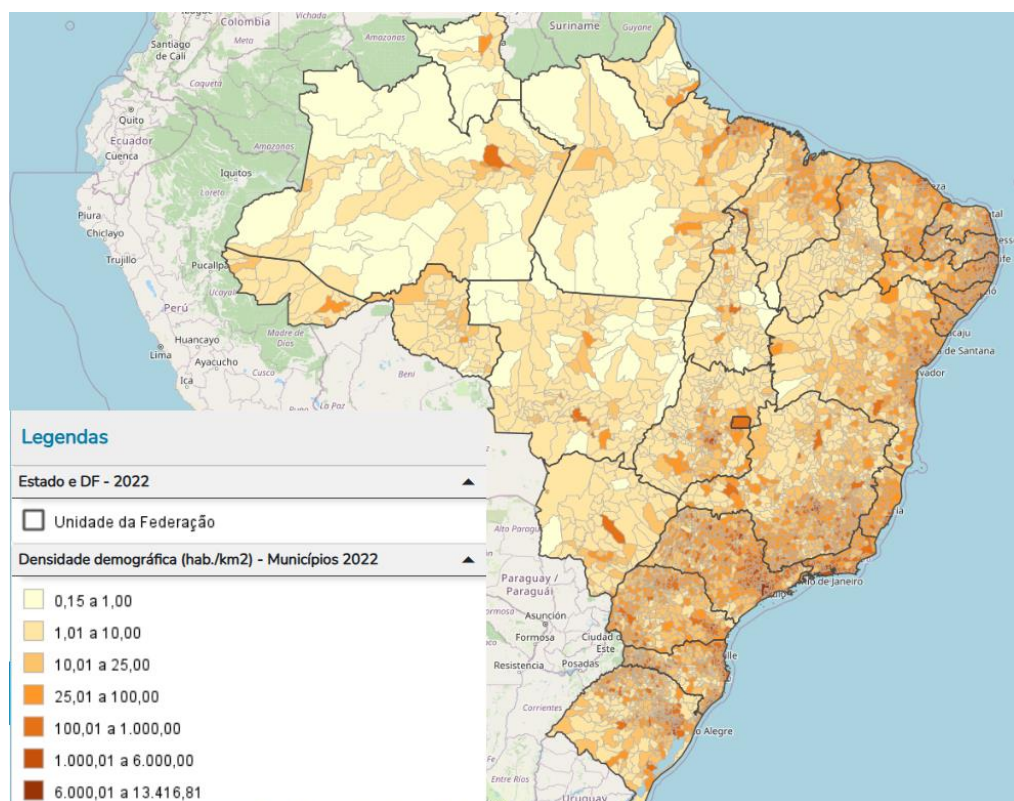
Aliado a isso, frentes migratórias foram fortemente incentivadas, sob a promessa de empregos, melhores oportunidades de vida, obtenção de cargos no poder público, formação das elites locais, novos empreendimentos, concentração e

capitalização de terras, e projetos de desenvolvimento regional e nacional, como os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs).

A estratégia do Estado fundava-se na doutrina da segurança nacional, em princípios geopolíticos e na ideologia de integração da região aos centros hegemônicos. Isso visava atingir dois objetivos: internamente, estabelecer um fluxo migratório controlado, aliviando as tensões sociais de outras regiões do País; externamente, além da preocupação com as fronteiras setentrionais, havia questões econômicas, como a exploração de riquezas minerais e a criação de mercado para escoamento de bens de produção dos centros industriais para a região (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 73) (grifo meu).

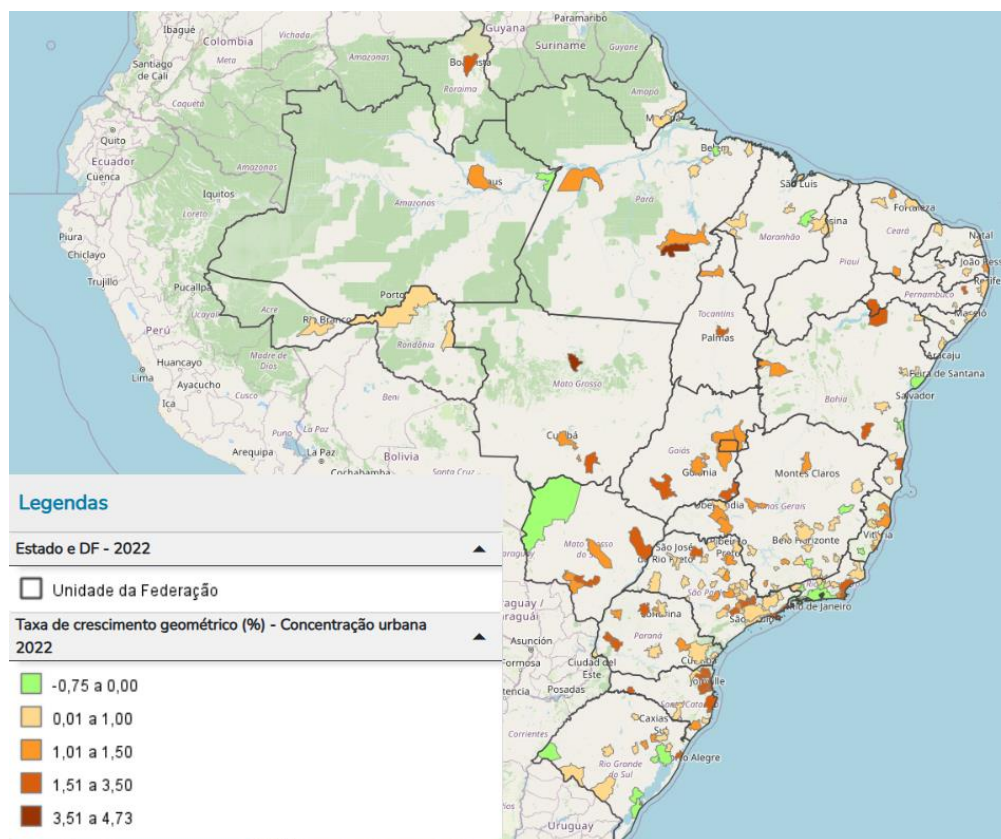
No entanto, apesar da vinda de migrantes de diversas regiões do país e do mundo, sob o intuito de diminuir o “vazio demográfico” da região, a densidade populacional na Amazônia é, ainda, muito menor quando comparada a outras regiões do Brasil (Figura 6). Em relação a Roraima, segundo o último censo divulgado pelo IBGE (2022), o estado apresentou uma população de 652.713 pessoas, sendo o estado brasileiro com maior aumento porcentual de habitantes do país (Figura 7). Todavia, apesar do aumento populacional em Roraima estar acima da média nacional de 0,7%, ele ainda permanece como o estado com a menor população no Brasil.

Figura 6 - Densidade demográfica dos municípios brasileiros em 2022.



Fonte: IBGE (2022).

Figura 7 - Taxa de crescimento geométrico (%) - Concentração Urbana em 2022.



Fonte: IBGE (2022).

Esse discurso do "vazio demográfico" é uma narrativa que historicamente foi usada para descrever a Amazônia brasileira como uma vasta área desabitada e subdesenvolvida, caracterizada por sua suposta falta de ocupação humana significativa. Essa narrativa foi utilizada para justificar políticas de ocupação, colonização e exploração econômica da região, muitas vezes ignorando ou minimizando a presença e os modos de vida das populações indígenas e tradicionais que há séculos habitam a Amazônia de maneira sustentável.

No entanto, essa visão negligencia a complexidade da ocupação humana na região, que inclui uma variedade de grupos étnicos, comunidades ribeirinhas e populações tradicionais que mantêm uma relação intrínseca com a floresta e seus recursos, desafiando a noção de "vazio demográfico". Portanto, a ocupação populacional amazônica seguiu outros padrões, que requerem uma interpretação para além de uma razão linear e evolucionista.

É necessário entender não apenas os processos internos e as relações globais e nacionais estabelecidas, como também a interculturalidade pluriétnica expressa no urbano, o mercado e suas articulações, e os diversos modos tradicionais de existência

social. Assim, as diferentes densidades populacionais da Amazônia provocaram o surgimento, paralelo aos grandes polos como Belém, Manaus e São Luís, de médias e pequenas cidades que “compõem uma rede urbana que integra um território para além das fronteiras brasileiras” (CASTRO, 2009, p. 33).

Para o geógrafo Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (2022), existe na Amazônia uma urbanodiversidade. A região pode ser interpretada para além dos dualismos, como natureza vs sociedade. Na urbanodiversidade apresentada por Saint-Clair, as cidades amazônicas devem ser analisadas por meio de pensamentos críticos descentralizados, que englobam a complexidade socioespacial e reconheçam as particularidades urbanas. A urbanodiversidade da região visa lidar com as múltiplas faces da biodiversidade, sociodiversidade e das diferentes e desiguais expressões de vida e das formas urbanas presentes na região.

Na perspectiva da socióloga Edna Castro, a urbanização na Amazônia pode ser destacada, principalmente, em dois padrões: o primeiro, durante a intensificação da exploração da borracha, se baseou em um sistema de aviamento, no qual a área urbana se expandiu através dos rios e ocupação de seus vales. Isso provocou “Uma extensão inimaginável atingida pela rede de aviamento e exploração do trabalho nos seringais no interior da floresta” (CASTRO, 2009, p. 25).

O segundo modelo consistiu nos programas governamentais de expansão da fronteira agrícola, associadas às estruturas urbanas, para onde se destinavam os investimentos públicos. Assim, as instituições se fortaleciam e concentravam-se a demanda de trabalho por parte dos migrantes que chegavam dos movimentos intensos e crescentes.

Esses padrões, associados sobretudo a modelos econômicos, também eram fortemente influenciados por modelos externos de urbanismo, que se conectavam diretamente com os mercados globais estabelecidos. A exemplo da capital amazonense, o geógrafo José Aldemir de Oliveira e a cientista ambiental Tatiana Schor afirmam que a Manaus das avenidas, dos cafés, do teatro, dos palacetes e de um urbanismo higienizado e organicista é fruto de um urbanismo racional, mas não necessariamente funcional. Vazia de referências e carente de memórias, a capital fazia parte do imaginário da elite ligada ao extrativismo (OLIVEIRA; SCHOR, 2009).

Essa higienização do urbanismo, sob discurso da modernidade, se desdobrou em outras cidades e outros mercados na região, que provocaram profundas transformações no crescimento urbano. Em Manaus, novamente, diversas estruturas

industriais complexas se incorporaram, através da criação da Zona Franca – uma área de livre comércio e polo industrial –, que resultou na exportação de produtos de alta tecnologia. “Encastelada em plena floresta, a cidade passou a produzir para os mercados extra-regional e internacional” (NUNES, 2009, p. 50).

Em contrapartida, boa parte da população das cidades amazônicas trabalha diretamente com o uso da floresta, com a elaboração de produtos derivados de madeira, frutas, ervas e sementes. Também se percebe o desempenho de atividades como pesca e artesanato. A primeira promove a fabricação de embarcações que requerem conhecimentos complexos sobre navegação, enquanto a segunda alimenta comércios da cidade, rituais e festas, bem como promove trocas simbólicas entre comunidades, cidades e parentelas distantes (CASTRO, 2009).

Assim,

Evidencia-se a relação cidade-floresta nas imediações das metrópoles, com maior densidade populacional, mas essas práticas são extensivas a toda a região, notadamente nas áreas de ocupação de *habitats* com associação floresta-rio, que permeiam a vida da cidade e de seu entorno (CASTRO, 2009, p. 35) (grifo meu).

Dessa forma, os dois casos entre industrialização das cidades e relação cidades-floresta se interseccionam e se confundem dentro do cenário Amazônico. **Forma-se uma sociedade urbana industrial situada em plena floresta**, sobretudo nas capitais. Ao mesmo tempo, a exploração de recursos naturais para fins de mercados internos e internacionais resultam em uma Região Amazônica com presença consolidada no sistema global, porém com efeitos diretos na conformação dos grupos sociais e suas relações com as cidades.

Aqui se estabelecem as contradições e os conflitos que de certo modo demarcam a construção do espaço urbano na Amazônia e em particular em Manaus: um hiato separa as dimensões econômicas dos processos sociais e a maioria da população, **não sendo possível medir o bem-estar da população pela riqueza produzida** (OLIVEIRA; SCHOR, 2009, p. 67) (grifo meu).

Em resumo, os modelos impostos à Amazônia são desdobramentos de ações do Estado que priorizou a concessão de terras, cargos e privilégios para populações não locais, não tradicionais e não originárias, em prol da construção de uma rede de poderes elitizados. Estes desconsideravam e desrespeitavam os principais e reais detentores de direitos sobre a região, bem como as verdadeiras necessidades e demandas locais.

Esse cenário não apenas transformou as relações socioespaciais, como também provocou desentendimentos entre diferentes cosmovisões e modos de vida da região. Tudo sob influência de imposições globais que enxergam a área, sobretudo, como fonte de matéria prima para enriquecimento do Norte global.

Em uma mesa redonda promovida pela Pour le Brésil² em 15 de abril de 2024, com o tema “Que (des)envolvimento para a Amazônia? Conflitos e perspectivas sobre a noção de desenvolvimento na região amazônica”, uma das falas de Danielle Gonzaga de Britto, indígena do povo Munduruku, foi destacada. Em sua abordagem, Danielle explica sobre a inviabilidade para os povos indígenas de considerar a territorialização, não apenas de onde vivem, mas da Terra como um todo.

Essa enorme diferença de visões e epistemologias acerca da Terra desencadeou cenários conflituosos no processo histórico de invasão, ocupação e urbanização da Amazônia, que se propagam para os dias atuais. Para muitos dos povos indígenas, a Terra é vista como a primeira Mulher, a primeira Mãe, a Mãe Terra, que deu origem a todos os outros corpos que a habitam.

Para eles, o mundo é o útero da mulher, detentor de todos os elementos que podem gerar a vida. Esse processo não é estático, mas sim uma metamorfose em contínua transformação e movimento. Portanto, uma vez que a Terra é entendida por outros povos como uma fonte de recursos que devem ser consumidos, um enorme desequilíbrio surge a partir da relação entre todos que a ela **pertencem**.

Assim, o Estado impôs a territorialidade como palco do poder na construção de cidades e submissão dos povos originários e tradicionais. No entanto, a mesma territorialidade define espaços operativos de relações dialéticas entre poder e contrapoder (NAKANO, 2009, p. 243). Como afirma Milton Santos (1997), a periferia está no centro e o centro está na periferia.

Ou seja, as relações dialéticas entre poder e contrapoder podem ser entendidas em diversos cenários urbanos, como a exemplo de condomínios de alto padrão, com serviços públicos e infraestrutura, localizados longe do centro, sem, todavia, serem considerados periferia. Enquanto ocupações por palafitas ou casas de madeira, em vales e margens de igarapés ou rios, localizadas em centros urbanos amazônicos serem, ainda assim, consideradas periferias.

² A Pour le Brésil é uma iniciativa liderada por estudantes e ex-alunos do Sciences Po-Paris, que visa promover intercâmbios e discussões frutíferas sobre como superar os principais desafios políticos, econômicos e sociais rumo a um desenvolvimento mais sustentável e inclusivo no Brasil.

Através de processos como estes e da prática de uma política urbana genérica, a relação com o rio nas cidades amazônicas tem se transformado, enfraquecido e até mesmo se perdido. Os cursos d'água, cada vez mais, deixam de ser espaços de mobilidade, comércio, lazer e moradia, para se tornarem espaços públicos genéricos, como orlas, canais de esgotamento, canalizações e outros.

A partir desse *modus operandis* a natureza pode ser cada vez mais circunscrita a não cidade, delimitada em áreas protegidas, de modo a não tencionar os interesses e processos de apropriação da terra urbana ou a se constituir em reservas de valor para exploração em momento posterior. (CARDOSO, 2021, p. 46)

O desmatamento, a desterritorialização de comunidades, a periferização e os conflitos entre grupos sociais e natureza adoecem as cidades amazônicas. Os desequilíbrios provocados resultam em ilhas de calor, inversões térmicas, esterilização do solo e empobrecimento de ecossistemas que transformam não apenas as cidades da Amazônia, como também as áreas rurais e florestais, convertidas em pasto ou monocultivo, que visam atender a modelos padrões que abastecem mercados e sistemas globais.

É interessante como apontamentos deste tipo também surgiram na fase de entrevistas desta pesquisa, sem que as perguntas induzissem para tal caminho. A população, então, sente os efeitos das transformações impostas. É necessário construir e ocupar em coexistência com os diversos ecossistemas da região e com a diversidade étnica, para que o urbanismo amazônico seja efetivo, funcional e, sobretudo, acolhedor e equilibrado com as espécies que a ele pertencem e habitam.

2.3 O Movimento Decolonial

Antes de partir para estudo e análise do objeto de pesquisa deste trabalho, faz-se necessária uma abordagem sobre o Movimento Decolonial, uma vez que foi esta epistemologia que fomentou a minha vontade de olhar a cidade com diferentes perspectivas das quais estava acostumada.

Para chegar ao Movimento Decolonial é preciso, primeiro, entender a epistemologia que surgiu com o pós-colonialismo. Este termo, de acordo com a cientista social Luciana Ballestrin (2013), é passível de dois entendimentos. O primeiro diz respeito ao processo de descolonização, independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo. O outro sentido se refere aos pensamentos teóricos que ganharam destaque durante este período,

principalmente a partir dos anos 1980 em algumas universidades inglesas e estadunidenses.

De toda maneira, é possível encontrar pensadores pós-coloniais antes mesmo da institucionalização deste termo como corrente ou escola de pensamento. Especialmente porque surgiu a partir da identificação de uma relação antagônica entre o colonizado e o colonizador (BALLESTRIN, 2013).

Tardiamente penetrada na academia brasileira, a epistemologia pós-colonialista, de acordo com o sociólogo Sérgio Costa (2006), compartilha o descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos através do caráter discursivo social, por meio de métodos que desconstruem essencialismos e propõem uma crítica às concepções dominantes de modernidade.

Em diálogo com este sociólogo, Ballestrin (2013) afirma que o termo “colonial” do pós-colonialismo se refere a situações de opressão diversas, que se relacionam com fronteiras de gênero, étnicas e raciais. Pois “nem todas as situações de opressão são consequências do colonialismo – veja-se a história do patriarcado e da escravidão –, ainda que possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele” (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Dessa forma, alguns movimentos surgiram pelo mundo e reforçaram o pós-colonialismo como movimento epistêmico. O psicanalista negro e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia, Frantz Fanon (1925-1961), o poeta negro Aimé Césaire (1913-2008) e o escritor e professor judeu franco-tunisiano Albert Memmi (1920-2020) foram porta-vozes, em seus escritos, dessa nova frente epistêmica.

Na década de 1970, no sul asiático, formou-se o Grupo de Estudos Subalternos, liderado por Ranajit Guha. O principal projeto consistia em “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSGUÉL, 2008, p.116).

Influenciados por este grupo, surgiu na década de 1990 o Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), formado por intelectuais latino-americanos como Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Dignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Em 1992, formou-se o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, marcado pela reimpressão do clássico texto de Aníbal Quijano, intitulado

“Colonialidad y modernidad-racionalidad”. Dessa forma, de acordo com Ballestrin (2013), a América Latina foi inserida no debate pós-colonial.

Foi por meio destes intelectuais que diversos debates e conceitos foram desenvolvidos a partir da perspectiva latino-americana e caribenha. O conceito de “colonialidade do poder”, por exemplo, foi formalizado originalmente por Aníbal Quijano, em 1989. Para ele, as relações de colonialidade não findaram com a destruição do colonialismo, especialmente nas esferas econômica e política.

A colonialidade do poder, para Quijano, demonstra a continuidade das formas coloniais de dominação, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Esse sistema articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho, bem como a hierarquia étnico-racial global. Assim, os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sobre o regime da “colonialidade global” (GROSFOGUEL, 2008).

Para Quijano (2005), a imposição da ideia de raça foi o principal mecanismo utilizado para a estruturação da colonialidade do poder. Primeiramente, a premissa de estruturas biológicas diferentes colocava alguns em situação natural de inferioridade em relação a outros. “Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia” (QUIJANO, 2005, p. 117).

A partir deste mecanismo, as formas históricas de controle de trabalho, dos recursos, dos produtos, do capital e do mercado mundial foram estabelecidas. Este modelo

demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (QUIJANO, 2005, p. 118).

Como demonstra o semiólogo argentino Walter Mignolo (2010), a colonialidade do poder está diretamente entrelaçada com o controle da economia, da autoridade, da natureza e dos recursos naturais, do gênero, da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento global. Dessa forma, a colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser (BALLESTRIN, 2013).

Com isso surge, em 2005, o termo “Giro Decolonial”, cunhado pelo filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres (BALLESTRIN, 2013). O Giro Decolonial

refere-se ao movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, diante da lógica da modernidade/colonialidade. Portanto, a decolonialidade aparece como terceiro elemento da modernidade/colonialidade.

A decolonialidade é capaz de adentrar a qualquer esfera e apresentar outras perspectivas sobre a razão da ordem que rege o mundo moderno. Não obstante, também implica questionamentos e posicionamentos que resistem à colonialidade global (do poder, do saber e do ser). E é nessa capacidade que ela também penetra no urbanismo, com a força de proporcionar análises, indagações e entendimentos das relações sociais que transformam as cidades.

Como teorizam os arquitetos Yasser Farrés Delgado e Alberto Matarán Ruiz (2012), existe uma colonialidade territorial, através de padrões de poder, que estabelece concepções territoriais sobre outras. Isso provoca a inferiorização de alguns modelos e resulta em colonialidades do ser territorial, do saber territorial e do poder territorial.

Esse poder territorial é fortalecido pelas teorias urbanas do Norte Global que não problematizam a dimensão colonial aplicada nos seus métodos, abordagens e interpretações. Como consequência, reverberam-se padrões de cidades que visam empregar práticas higienistas e eurocêntricas, insensíveis às questões locais, ambientais e sociais de etnias, raça e gênero.

Todavia, a cidade acontece através de um conjunto de atores sociais que possuem uma complexa rede de saberes e resultam em diferentes maneiras de viver. Assim, a leitura do meio urbano implica a compreensão das transformações que se sucedem nos edifícios e paisagens, por meio da interação de distintos grupos em face aos modelos globais.

Ademais, a materialidade do espaço urbano e arquitetônico é instrumento de dominação territorial, uma vez que aciona memórias da comunidade que o ocupa. E em razão da seletividade e simbologia do espaço edificado, a constituição de novas identidades é gerada e ecos de memória de seletos grupos sociais são reverberados. Assim, a cidade revela processos que a constroem, sejam eles de inclusão ou exclusão, bem como atua no apagamento e silenciamento de grupos inferiorizados.

Considerando estes processos, tal olhar foi empregado para a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima. O Plano Urbanístico de Boa Vista foi refletido a partir da perspectiva de uma colonialidade territorial e das relações sociais que transformam o urbano, para, então, compreender as razões espaciais desta cidade,

bem como sua população interage entre si e como ela se reflete no espaço (e o espaço se reflete nela). Para melhor compreensão, faz-se necessário, primeiramente, uma abordagem histórica do processo de formação da capital, explanada no seguinte capítulo.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE OS PROCESSOS DE INVASÃO E OCUPAÇÃO EM BOA VISTA – RORAIMA

Este capítulo realiza uma breve abordagem dos cenários que levaram à formação do estado de Roraima e nascimento da sua capital, Boa Vista. Não obstante, atrela episódios políticos e econômicos na formação de identidades diversas na região, nas quais diferentes interesses e relações de poder se posicionam na dinâmica de transformação do território.

3.1 As disputas pelo Vale do Rio Branco e a ocupação da coroa portuguesa

Roraima é o estado brasileiro mais ao Norte do país, que faz fronteira internacional com a República Bolivariana da Venezuela e a República Cooperativista da Guiana. É um estado institucionalmente recente, que fez 35 anos em 2023 e reflete em seu planejamento urbano e regional distintos efeitos dos modelos adotados para sua pretensa integração ao restante do país, de forma geral, e à Amazônia, em particular. Composto por quinze municípios tem como capital a cidade de Boa Vista, fundada às margens do rio Branco.

Figura 8 - Localização de Roraima e Boa Vista.



Fonte: Autora (2022).

A maioria dos relatos históricos acerca de Roraima remontam desde o século XVII, a partir dos processos de colonização e conquista da Amazônia brasileira, especialmente pela Coroa portuguesa. No entanto, antes desse período, a região era

habitada pelos povos originários que viviam e se organizavam espacialmente de acordo com suas tradições e culturas.

Esses nativos provinham da região do Caribe e foram identificados como povos indígenas, especialmente das etnias macuxi, taurepang, ianomâmi, entre outros. Eles subiram o rio Orinoco, na Venezuela, e alcançaram o rio Caurá, passando daí ao Pará e deste penetraram nos rios Uraricoera e Branco. Em alguns casos, supõe-se que atravessaram o lavrado³ até o rio Tacutu e, depois, deste ao rio Essequibo, na Guiana (FREITAS, 2021).

Em 1777, Francisco Sampaio, ouvidor da capitania de São José do Rio Negro, apontou como habitantes dos aldeamentos portugueses no rio Branco indígenas das etnias “Paraviana, Uapixana, Saporá, Aturaiú, Tapicari, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana”. E, como etnias conhecidas, mas até aquele momento não reduzidas, os “Cariponá, Macuxi, Uaicá, Securí, Carapi, Seperú e Umaiana” (SAMPAIO, 1850, p. 252-253).

Em relatos feitos pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, registrados em seu “Diário do Rio Branco” (1786), em uma excursão realizada na região a serviço da Coroa portuguesa, Ferreira registrou a distribuição das etnias nos rios pelos quais navegou. São eles:

- no rio “Caratirimani” (Catrimani), presenciou os povos “Parauanas”, que também possivelmente habitaram o rio Anauá, de onde foram retirados para os aldeamentos;
- povos “Parauás” e “Macús”, também no Catrimani;
- povo “Aruaquiz” na região do “Sereuini”;
- povo “Amaribaz” na região do “Cuitarú”, braço do Anauá;
- povos “Aturahiz”, “Pauxiana” na região do “Jaguarany”, também próximos ao Anauá;
- povo “Guaxumará” no rio “Mucajahy” (Mucajá);
- povos “Saporá” e “Tapicarys” na região do rio “Cauhamé” (Cauamé);
- povo “Uapexanas” no rio Uraricoera;
- povo “Tapicaris” na região do “Cambú”;

³ O Lavrado Roraimense é uma região geográfica caracterizada por extensas áreas de savanas, que consistem em paisagens abertas, com vegetação típica de cerrado e campos rupestres. Essa região apresenta um ambiente único, com uma grande diversidade de flora e fauna adaptadas às condições climáticas e edáficas específicas do lavrado.

- povos “Trimicanas” e “Peralvilhanos” na região do “Majary” (Amajari). Os “Peralvilhanos” também habitavam o Tacutú, onde posteriormente se retiraram para próximo dos holandeses, sendo a região então habitada pelos “Uapexanas”;
- povos “Sucurys”, “Yaricuna”, “Carapys”, “Uaicás” e “Uapexanas” na região do “Sarumú” (Surumú);
- povo “Macuxis” na região do “Mahú” (Maú);
- povo “Caripunas” no Rupununi, citado como etnia que mais participava da rede de comércio de escravos indígenas com os holandeses.

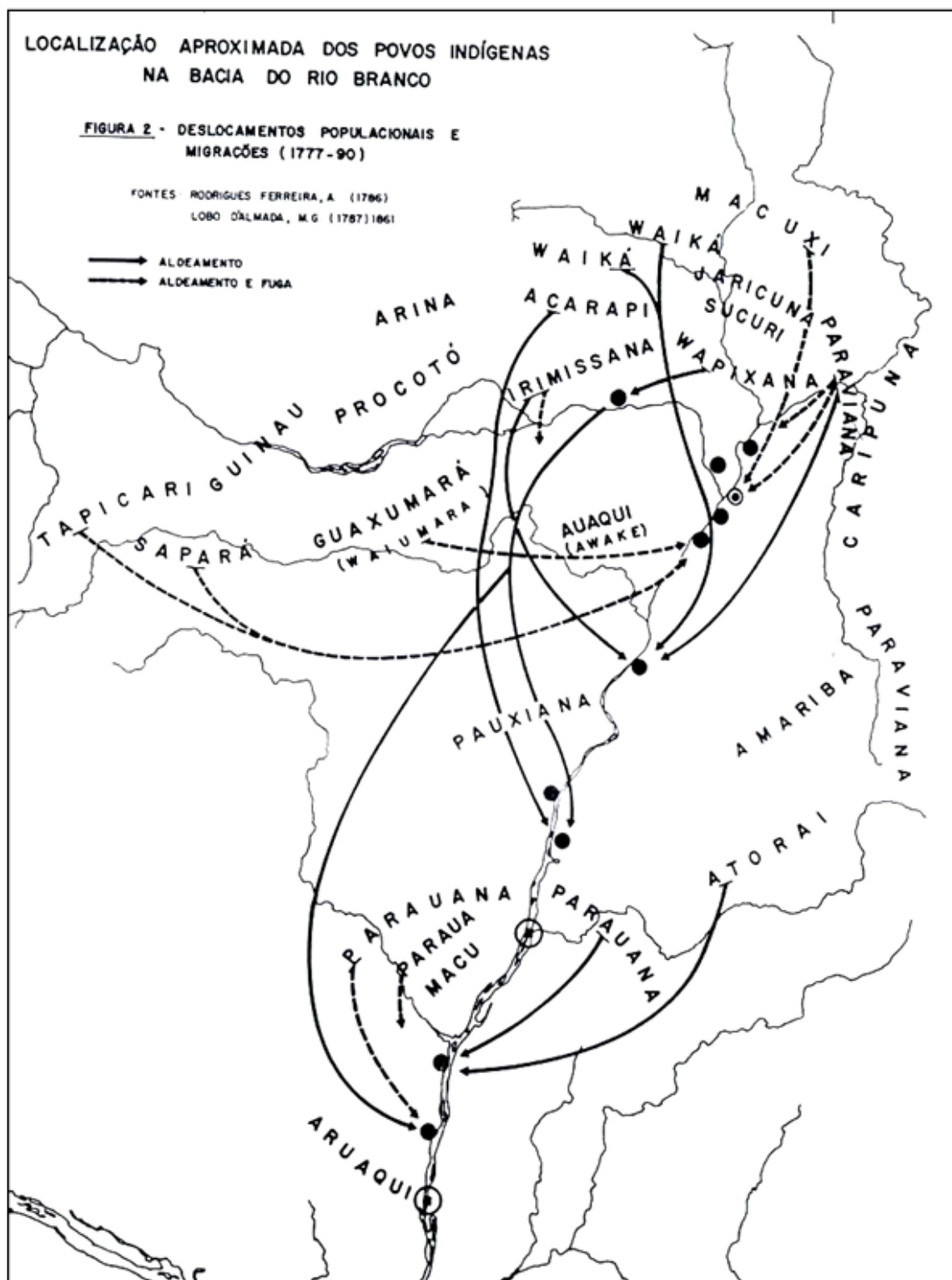
Nos registros de Manuel da Gama Lobo D’Almada, coronel e, posteriormente, governador da capitania do rio Negro, que viajou pelo vale do rio Branco em 1787, encontrou a seguinte distribuição:

- povos “Paravilhanos”, “Aturahis” e “Amaribás” na região do rio Tacutú;
- povos “Caripunas” e “Caribes” na região do “Repunuri” (Rupununi), que, segundo Lobo D’Almada, tiveram contato com os holandeses;
- povo “Macuxis” no Surumú;
- povo “Oapixanas” na região do Maú ao Parimé;
- povo “Oaycás” na região do Amajari ao Parimé, o qual, segundo Lobo D’Almada, teve contato com os espanhóis;
- povos “Acarapis”, “Tucurupis” na “Serra Cunauarú”;
- povo “Arinas” na “Serra Curaiti”;
- povo “Quinhaus” nas proximidades do Uraricoera;
- povo “Procotos” no igarapé “Tactú”;
- povo “Macús” na “Serra Andauari”;
- povo “Guimaras” no rio “Mará”;
- povo “Aoaquis” no rio Cauamé;
- povos “Tapicaris” e “Saparás” no Mucajaí;
- povo “Pauxianas” na “cachoeira de S. Felipe”;
- e povo “Parauanas” na região do Catrimani.

A partir de tais relatos, a pesquisadora Nádia Farage construiu um mapa, na obra “As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização”

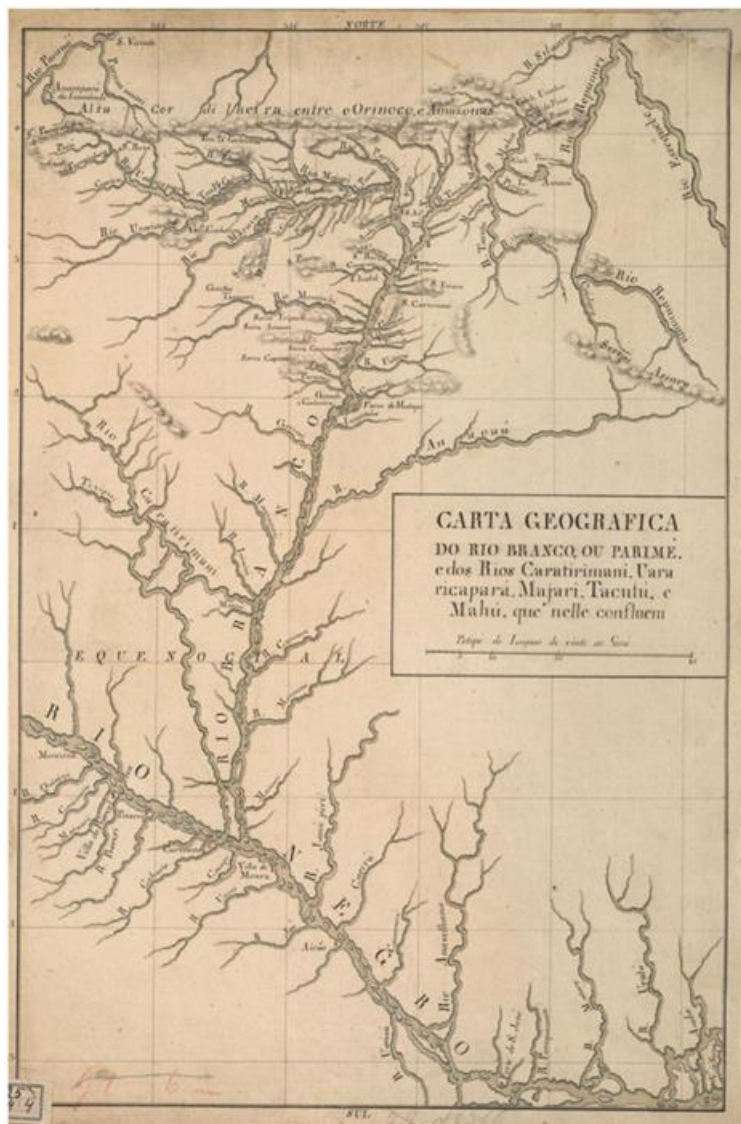
(1991), em que reproduziu a composição étnica da região e apresentou os deslocamentos de alguns desses povos no projeto de aldeamentos portugueses.

Figura 9 – Localização aproximada dos povos indígenas na bacia do rio Branco no século XVIII.



Fonte: FARAGE, 1991, p. 59.

Figura 10 – Carta geográfica do rio Branco.



Fonte: FREIRE apud GOMES FILHO (2012, p. 31).

De acordo com o historiador Gregório Gomes Filho (2012), em diálogo com autores como Francisco Sampaio (1850) e Alexandre Ferreira (1994), o rio Branco recebeu esse nome porque os colonizadores tinham dificuldade de pronunciar os nomes utilizados pelos indígenas. Estes, por sua vez, chamavam o rio de Queceue, que passou a ser denominado de rio Branco pelos portugueses em razão a contraposição de cor com as águas do rio Negro, onde desemboca.

Os portugueses foram os principais invasores da região amazônica, mas não os únicos. Como mostrou os relatos de Francisco Sampaio, Alexandre Ferreira e Lobo D'Almada, os povos originários tiveram contato com outras nações colonizadoras. Assim, a Amazônia brasileira recebeu incursões de espanhóis, ingleses, franceses e

holandeses. Preocupada com estas presenças, a Coroa portuguesa empregava estratégias militares e princípios da geopolítica para manter o controle na região.

Todavia, o território também era habitado por seus povos originários, de diferentes etnias, mas que foram categorizados num só grupo como indígenas, onde tiveram sua participação histórica e organização espacial na Amazônia negligenciada.

Os conflitos históricos com os povos originários marcaram os deslocamentos humanos que formaram o imenso território que hoje é a Amazônia. Os deslocamentos representados na Figura 7 são apenas uma parte que exemplifica o que aconteceu nas demais áreas. A expansão colonial, o avanço dos europeus, a construção de fortificações, as alianças celebradas com povos indígenas, as guerras, catequese e escravidão constituíram estratégias do colonialismo para controlar a região.

A cientista social Edna Castro (2015) aponta que na Amazônia se formaram aldeias de repartição que, em muitos casos, deram origem às cidades amazônicas. Nestes espaços, os indígenas eram distribuídos para diferentes áreas de trabalho nas missões assentadas pelos colonizadores, as quais constituíram grandes empreendimentos de produção de bens e serviços.

Com a fundação de Belém do Pará, bem como cidades anteriores como São Luís do Maranhão e Barcelos do Amazonas, as gênesis urbanas da Amazônia constituíram centros administrativos e de controle. Estes organizavam a entrada das missões na região, assim como controlavam a alocação de indígenas e africanos escravizados.

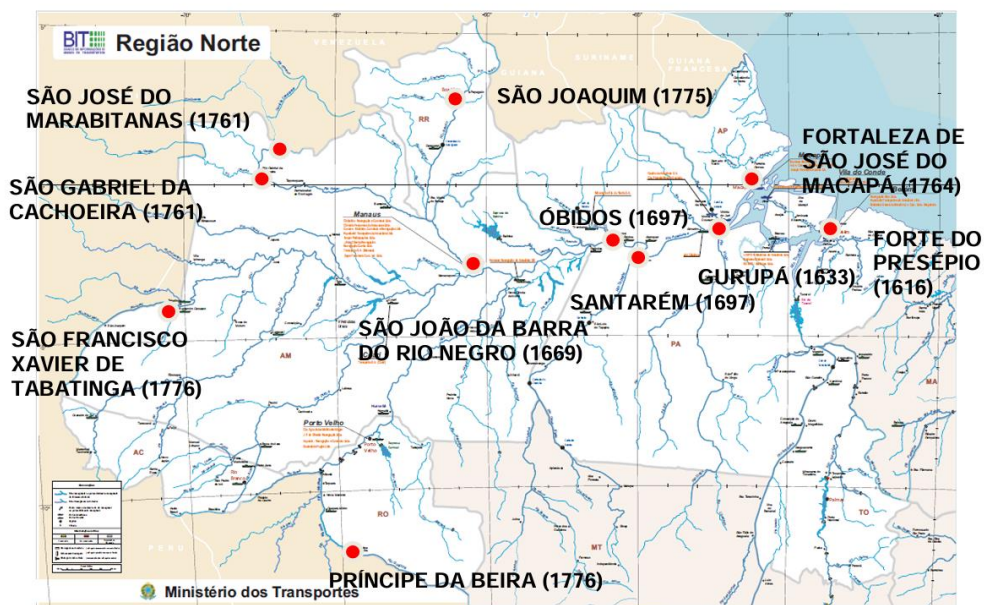
No entanto, houve um esgotamento gradativo do fornecimento de mão-de-obra escrava indígena nas áreas próximas a Belém. Esse foi o principal motivo para a expansão dos colonizadores para os vales dos rios Solimões e Japurá e, ao norte, os rios Negro e Branco (FARAGE, 1991).

Em Roraima, “Francisco Ferreira e o frei carmelita Jerônimo Coelho foram os primeiros homens, considerados ‘brancos’, que penetraram neste rio, com objetivos de aprisionar índios e recolherem produtos nativos” (FREITAS, 2021, p. 115). De acordo com Nádia Farage (1991), a invasão do rio Branco foi motivada por duas razões principais: constituía uma zona de suprimento de escravos indígenas e possuía posição estratégica para defender a Amazônia dos vizinhos espanhóis e holandeses.

Um dos métodos empregados para a defesa territorial, não apenas na Amazônia, mas também nas demais regiões invadidas, foi a implantação de fortificações em pontos estratégicos (Figura 11). Outro sistema empregado foi a

colonização baseada no modelo de aldeamento indígena, mesmo contra a vontade desses povos.

Figura 11 – Fortes construídos na Amazônia Colonial.



Fonte: VIEIRA apud GOMES FILHO (2012, p. 107).

Como se pode observar, os fortes na Amazônia Colonial se localizavam sempre às margens de rios, em áreas fronteiriças e no litoral. Estes pontos são estratégicos, principalmente, por constituírem o meio de acesso a cada região e promoverem os recursos naturais para instalação de colônias.

Os pontos de contato do rio Branco com as bacias do Orinoco e Essequibo permitiram a entrada de outras nações na região. A Coroa portuguesa preocupou-se com a presença holandesa em 1741, que realizava transações comerciais com os povos indígenas através dos rios Tacutu e Jauaperi. Outra invasão foi da Coroa espanhola, em 1771 e 1773, que chegou ao rio Branco através do rio Orinoco da Venezuela. Eles se estabeleceram no rio Uraricoera e fundaram três núcleos populacionais: Santa Rosa, São João Bautista de Cada Cada e Santa Bárbara (FREITAS, 2021).

Uma vez preocupada com estas presenças, a Coroa portuguesa enviou para a região o engenheiro militar e capitão Phelippe Strum com o objetivo de construir o Forte São Joaquim. Simultaneamente, investiu em aldeamentos indígenas como estratégia para ocupação efetiva do rio Branco. Estes acontecimentos marcam a

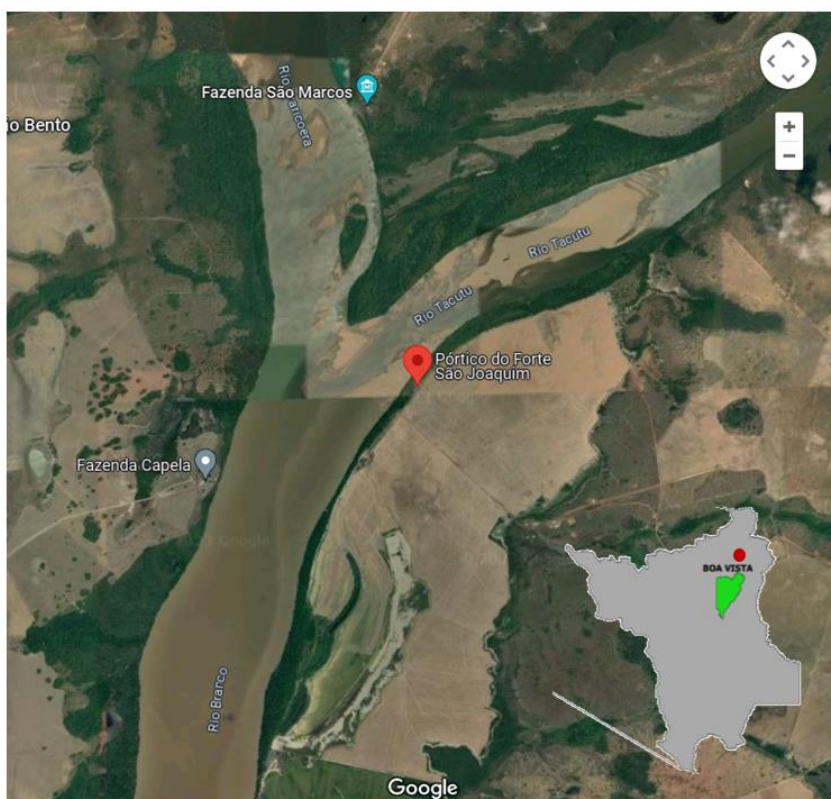
ocupação permanente do Estado português na região (FARAGE, 1991), através da presença militar e da utilização da população indígena para fins geopolíticos.

Construído na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu (Figura 12 e 13), o Forte São Joaquim foi edificado sob ordem do rei D. José I a Mendonça Furtado. Essa ordem, presente no Ofício de 13 de julho de 1775, foi transcrita por Lobo D'Almada (1861 [1787], p. 657-658).

Provisão régia, que baixou no anno de 1752 para se construir uma fortaleza no rio Branco

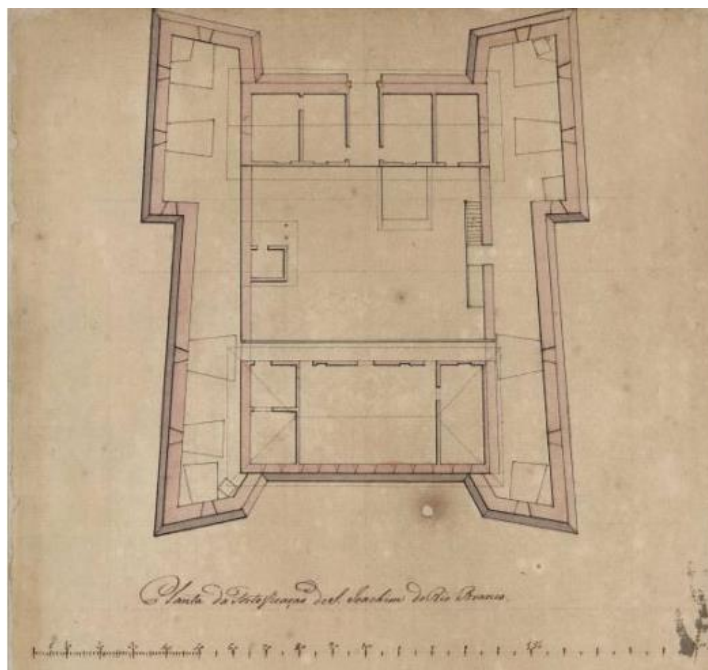
D. Joseph por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'além mar em África de Guiné, etc. Faço saber a vós Francisco Xavier de Mendonça governador e capitão-general do Pará, que tendo-me sido presente que pelo rio Essequibe, tem passado alguns hollandezes das terras de Suriname ao rio Branco, que pertence aos meus dominios, e commettido n'aquelas partes alguns disturbios: Fui servido ordenar por resolução de 23 de Outubro deste anno, tomada em consulta do meu conselho ultramarino, que sem dilatação alguma se edifique uma fortaleza nas margens do dito rio Branco, na paragem que considerareis ser mais propria, ouvidos primeiro os engenheiros que nomeares para este exame, e que esta fortaleza esteja sempre guarnecida com uma companhia do regimento do Macapá, a qual se mude annualmente. [...]. Theodosio de Cabelos Pereira a fez em Lisboa a quatorze de novembro de mil setecentos e cincoenta e dous. – O conselheiro Diogo Rangel de Almeida Castello-Branco, a fez escrever. – Thomé Joaquim da Costa Côte-Real. – Fernando Joseph Marques Bacalháo (ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO, 1775 apud ALMADA, 1861, p. 657-658).

Figura 12 – Localização das ruínas do Forte São Joaquim.



Fonte: Google Maps adaptado (2023).

Figura 13 – Planta baixa do forte São Joaquim.



Fonte: CODINA apud GOMES FILHO (2012, p. 110).

Assim, a construção do Forte São Joaquim teve grande importância no processo de ocupação da região do rio Branco, em especial do alto rio Branco. Inicialmente, foram montados cinco aldeamentos no entorno da fortificação, o que promoveu o deslocamento de grupos indígenas de diversas etnias para essas povoações (GOMES FILHO, 2012).

De acordo com o historiador Jaci Guilherme Vieira (2007), os portugueses implantaram no rio Branco o modelo de criação das cidades medievais, segundo o qual os aspectos de ordem militar sobrepunham os demais. Nesse sentido, o Forte São Joaquim concentrava os objetivos militares e administrativos do Estado.

Ao seu redor, a população crescia e se aglomerava nos aldeamentos. Segundo Sampaio (1850), até 1777 foram formados os seguintes povoados: São Felipe, próximo ao Forte São Joaquim e à margem oriental do Tacutú; Nossa Senhora da Conceição, no rio Uraricoera; Santa Bárbara e Santa Isabel, no rio Branco, abaixo da junção entre o Uraricoera e o Tacutú; e Nossa Senhora do Carmo, também no rio Branco, abaixo da foz do Uanuaú.

Esses aldeamentos foram formados por indígenas “Paraviana, Uapixana, Saporá, Aturaiú, Tapicarí, Uaiumará, Amaripá, Pauxiana, Macuxi, Uaicá, Securí, Carapí, Seperú e Umaiana” (SAMPAIO, 1850 [1777], pp. 252-253). De acordo com

Gomes Filho (2012), a estratégia para deslocar estes povos para os aldeamentos portugueses era atrair o seu chefe, conhecido pelos colonizadores como “principais”.

Esses povos recebiam diferentes tarefas para a manutenção da fortificação. Realizavam transporte de canoas, pesca, coleta de tartarugas, serviços do Forte e cultivo de roças nos aldeamentos para seu sustento e da guarnição militar (FARAGE, 1991). No entanto, a composição multiétnica dos aldeamentos pode ter contribuído para as rebeliões que ocorreram no rio Branco, aliado à violência e intransigência portuguesa empregada no domínio destes povoados.

Assim, diversos confrontos surgiram após estas práticas, que resultaram em cenários de diversas batalhas entre indígenas e tropas portuguesas às margens do rio Branco. A mais famosa ficou conhecida como “Revolta da Praia de Sangue”, em 1790, que chegou a tingir as águas do rio Branco de sangue (OLIVEIRA, 2003).

Com o fracasso português na estratégia de aldeamentos, viram na atividade pecuária uma oportunidade de exploração econômica da região, que poderia integrar a área ao mercado interno da América portuguesa. Além disso, era uma opção atrativa para não-indígenas se estabelecerem no rio Branco e assim fortalecer a presença do Estado português.

Por esse motivo, fazendas foram construídas ao longo do vale, sendo as principais divididas em três áreas: Fazenda São Bento, entre os rios Uraricoera e Branco; Fazenda São José, próxima ao Forte São Joaquim; e a Fazenda São Marcos, localizada entre os rios Uraricoera e Tacutu (VIEIRA, 2007).

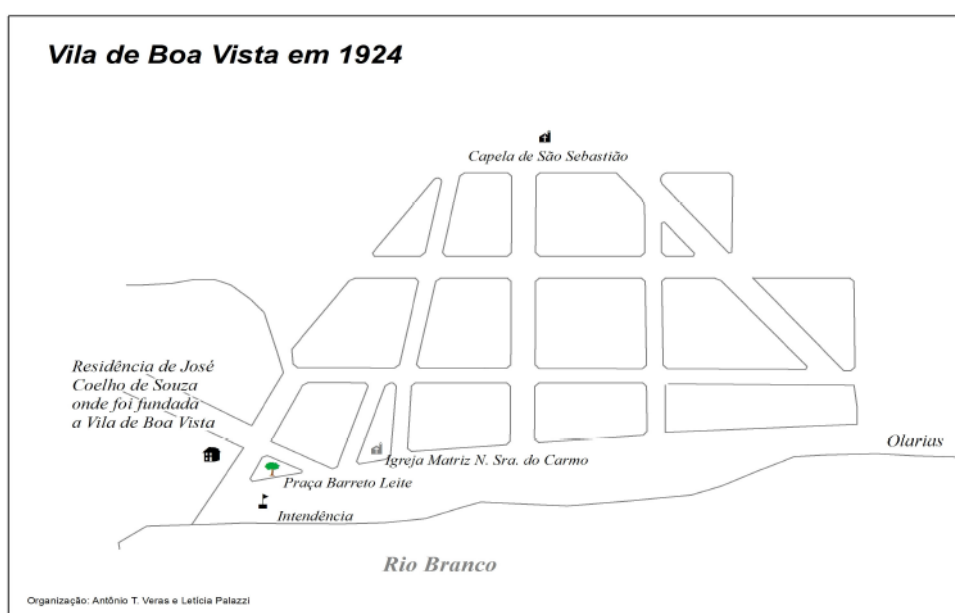
Em 1830 estabelece-se a fazenda Boa Vista, à margem direita do médio rio Branco, aproximadamente a 32 km do Forte São Joaquim, que foi o embrião da atual capital do estado de Roraima. Era ocupada por uma pequena povoação que abastecia as regiões do rio Negro e Amazonas de produtos derivados da pecuária (VERAS, 2009). Em tempos passados, era habitada pelos indígenas da etnia Paraviana (REVISTA DIRETRIZES, 1991, p. 7).

Sob a intenção de fortalecer o domínio administrativo na região, em 1858 o governo, através da Lei provincial n. 92, de 9 de novembro de 1858, cria a sede da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, no lugar denominado Boa Vista (VERAS, 2009). Em 1865, por meio da Lei n. 132, de 29 de junho do referido ano, toda a região compreendida “das corredeiras do rio Branco para o Norte” passou a integrar a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, vinculada à Província do Amazonas, município de Moura (LUCKMANN apud VERAS, 2009, p. 56).

Em 9 de julho de 1890, através do Decreto Estadual n. 49, o então Governador da Província do Amazonas, Augusto Ximênes de Villeroy, criou o município de Boa Vista do Rio Branco. Esta ação elevou a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo à posição de Vila, denominada de Vila de Boa Vista do Rio Branco (VERAS, 2009).

Até 1943, Boa Vista era subordinada ao Estado do Amazonas e, por isso, não possuía o poder para tomar decisões políticas. A povoação ocupava apenas uma malha de três ruas à margem direita do rio (Figura 14), constituindo, assim, apenas um apêndice do Estado Amazonense.

Figura 14 – Planta da Vila de Boa Vista do Rio Branco, 1924.



Fonte: Brasil apud VERAS (2009).

Enfim, no dia 27 de agosto de 1926, o Governador do Amazonas, Doutor Ephifânio Ferreira Sales, decretou o foro de cidade à Boa Vista, através da Lei estadual n. 1262. Todavia, a cidade ainda estava sob jurisdição do Amazonas (VERAS, 2009).

Boa Vista teve sua independência político-administrativa somente anos mais tarde, por meio da Lei Federal n. 5812, de 13 de setembro de 1943, retificado pelo decreto n. 5839, do mesmo mês e ano, que criou o território Federal do Rio Branco.

3.1 Formação de identidades através de cenários políticos

O geógrafo Antônio Veras (2009) aponta que, devido à existência de outra cidade também titulada Rio Branco, no estado do Acre, foi instituído, em 13 de

setembro de 1962, o Decreto – lei 4.182. Este alterou o nome da região para território Federal de Roraima, cuja capital era a cidade de Boa Vista, a fim de evitar confusões entre os nomes das duas cidades.

Devido algumas discordâncias regionalistas sobre a alteração do nome, foi instituído um plebiscito popular, no qual a maioria optou pelo nome Roraima. Por fim, a partir da Constituição Federal de 1988, o Território Federal do Rio Branco foi transformado no estado de Roraima.

O primeiro governador deste período foi eleito em 1990, o Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que deu continuidade na presença e influência militar no controle político local. Assim, o novo estado se formava ao extremo norte do país, onde diversas frentes migratórias visaram oportunidades de desenvolvimento na região.

De acordo com o geógrafo Antônio Veras (2009), a colonização e ocupação do vale do rio Branco pode ser compreendida em quatro momentos:

O primeiro refere-se aos aldeamentos, que contaram com a participação política dos indígenas, missionários religiosos da Ordem dos Carmelitas, militares e nativos a serviço da Coroa portuguesa. O segundo marca o fracasso dos aldeamentos e a inserção da pecuária como estratégia de fixação das pessoas na região e inserção ao mercado econômico.

O terceiro momento dá-se nos séculos XIX e XX, quando a economia do vale do rio Branco se voltava para a pecuária de corte, enquanto um declínio econômico assolava a Amazônia pela queda dos preços da borracha. Neste período, os religiosos também marcam pela ação com a população indígena local, que intensificou a subserviência dos povos originários ao poder feudal instalado na localidade pelos fazendeiros e comerciantes.

O quarto momento é representado pelas frentes migratórias em razão de atividades minerais. Assim, a criação do Território Federal do Rio Branco foi estimulada pelo nacionalismo durante o governo do Presidente Getúlio Vargas. Por ser um local estratégico na fronteira da região Norte, esse período foi marcado “pelo início de frentes migratórias frente à atividade mineral e pela ação do poder central na tentativa de retirar esta região do vazio demográfico” (VERAS, 2009, p. 45).

Esse processo foi intensificado durante o Governo Militar, no qual foram feitos os PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento. Foram planejadas ações sob o slogan “ocupar, desenvolver e integrar” (FREITAS, 2021). Investimentos foram

realizados para proporcionar infraestrutura básica, como a construção de estradas para a implantação de Colônias Agrícolas e Minerais (SANTOS, 2013).

Antes do desenvolvimento das estradas, o único meio de acesso à região era o próprio rio Branco. Nesse período, as terras eram monopolizadas por coronéis e grandes latifundiários e comerciantes de Manaus. Assim, o poder concentrava-se nas mãos de grandes proprietários de terra, mantendo um perfil da Amazônia como colônia até do próprio país.

Com a conclusão da BR 174 e de parte da BR 210 na década de 1970, o programa governamental manteve firme a base de estruturação para uma expansão mais abrangente no território, em particular na cidade de Boa Vista, que funcionava como entreposto da região do Alto Rio Branco. Convém destacar que uma parte da verba destinada para a construção deste sistema de engenharia era oriunda do Ministério do Exército. “Para Barbosa (1993) essa particularidade permitia o cunho de segurança nacional, ou seja, existia uma preocupação geopolítica nos projetos dos governos militares na Amazônia” (ROSA FILHO, 2018, p. 40).

Nas décadas de 1930 e 1960, bem como nas de 1980 e 1990, o garimpo superou a pecuária e a agricultura em recursos e força de trabalho. Dessa forma, criou-se uma distribuição da renda da mineração para fora do território. Assim, o capital gerado através da exploração dos recursos naturais da região não se converteu em benefícios e políticas públicas que atendessem a população local, resultando na carência de equipamentos e serviços para a comunidade (VERAS, 2009).

Assim, Roraima e, em especial, Boa Vista, cresceram de acordo com as vivências econômicas e políticas da região. Em governos como o de Ottomar de Sousa Pinto chegou-se a presenciar a doação de terras na zona oeste da cidade para assentamento dos migrantes que buscavam no território oportunidades de trabalho, principalmente na mineração.

Dessa forma, a capital se desenvolveu em meio ao seu plano urbanístico e ao crescimento não planejado das áreas distantes do centro, ao mesmo tempo em que diferentes atores contribuíram para a transformação do espaço ocupado.

A cada período é possível associar diferentes identidades sociais. Até a implantação das fazendas, percebem-se grupos formados pelos indígenas, que eram os povos que habitavam o local antes da chegada dos europeus e que tiveram seu modo de ser e viver suprimido, subalternizado e, muitas vezes, massacrados pelo

opressor. Também a presença da Igreja, através dos missionários responsáveis pela catequização dos povos originários.

Com o crescimento da pecuária ressaltam-se os fazendeiros, encarregados da nova estratégia de ocupação do território através de outro modelo econômico, uma vez que o modelo de fortes e aldeamentos não obteve sucesso. De todo modo, não se exclui o grupo social dos militares, que permaneceram presentes e fortemente atuantes no poder nos séculos seguintes, sejam como donos de terra, sejam em cargos políticos que administravam a região.

Em seguida, dois outros grupos sociais surgiam: o migrante e o garimpeiro, sendo o segundo praticamente uma consequência do primeiro. Ambos incentivados pela busca de melhores condições de vida, viram em Roraima e em Boa Vista oportunidades.

As relações sociais entre estes personagens constituíram a história de Roraima e resultaram em uma população diversificada. No entanto, muitos conflitos derivaram dessas interações que se renovam constantemente. Nesse contexto, e diante de toda a herança histórica dos conflitos e políticas que marcaram a região, a paisagem urbana de Boa Vista se transformou e repercutiu as produções sociais na ocupação do espaço físico.

No capítulo seguinte, após a abordagem do Plano Urbanístico de Boa Vista, estes conflitos socioespaciais serão retomados, a fim de analisar o crescimento urbano para além do PUBV e os desdobramentos repercutidos.

4. O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA SOB A ÓTICA DECOLONIAL

Neste capítulo serão abordadas diferentes perspectivas sobre o PUBV, bem como desdobramentos dele sobre a cidade e as relações entre seus moradores. Ao final, a seção se divide em duas partes de meditações que foram realizadas em campo, uma a respeito de obras artísticas expostas no centro da capital e outra com a participação enriquecedora de entrevistados que compartilharam seus olhares e experiências acerca de Boa Vista.

4.1 Leituras e perspectivas do Plano Urbanístico de Boa Vista – Roraima

A partir do embrião gerado pela Fazenda Boa Vista, a capital de Roraima teve os primeiros assentamentos, casas, igreja e principais edifícios. Antes da elaboração do seu plano urbanístico, a cidade contava com um traçado retangular e formato trapezoidal simples, como mostra a Figura 15, constituído de poucas ruas que desembocavam às margens do rio Branco e seguiam em direção a um possível (e posterior) centro.

Figura 15 – Foto aérea de Boa Vista tirada na Expedição de Hamilton Rice pela Amazônia (1924/1925).



Fonte: RICE, 1978 apud WALTER, 2021.

Esse pequeno aglomerado urbano era constituído de algumas casas de alvenaria, enquanto a maioria era de taipa e cobertura de palhas. Os lotes eram

estreitos, com casas conjugadas de ambos os lados, onde acomodavam-se de acordo às oscilações do relevo ribeirinho (SILVA, 2007).

Conforme a população crescia, tornou-se necessária uma reestruturação da cidade e infraestrutura, bem como a instalação da máquina burocrática. Assim, em 1944 o governo lançou uma seleção de propostas projetuais e orçamentárias para execução do primeiro Plano Urbanístico de Boa Vista (PUBV). A proposta vencedora foi a do engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, a qual tinha como característica principal o urbanismo de sistema radial-concêntrico (Figura 16).

Figura 16 – Maquete do Plano Urbanístico de Boa Vista, Roraima.



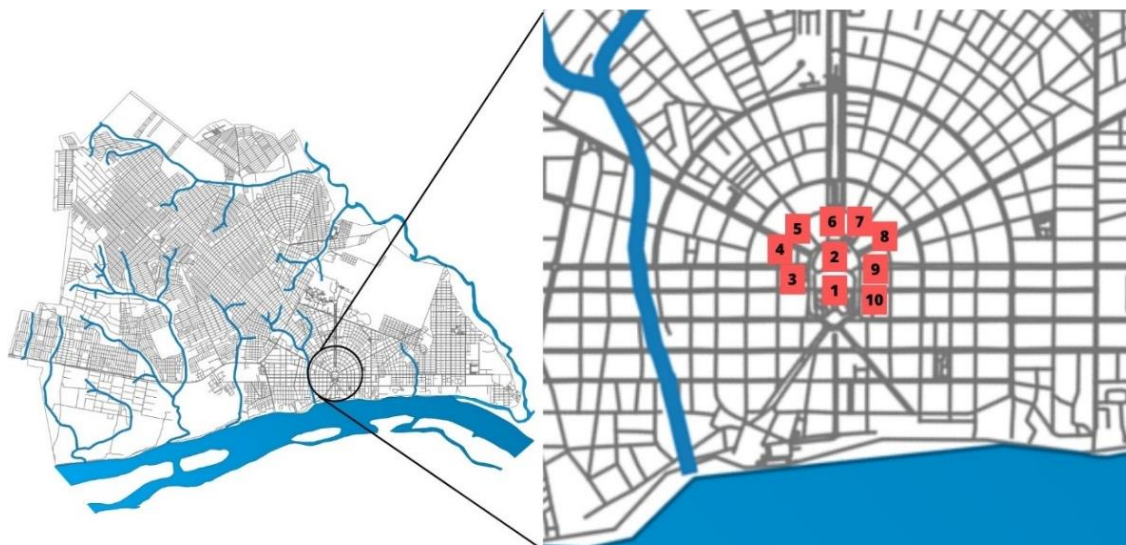
Fonte: SOUZA, 2015.

Nesse modelo, muitas vezes associado ao desenho de um leque pela população atual, o centro é marcado pela Praça do Centro Cívico que consiste como ponto irradiador das principais avenidas da cidade: Av. Enê Garcez, Ville Roy, Getúlio Vargas, Capitão Júlio Bezerra, Glaycon de Paiva, Mário Homem de Melo e outras, todas com nomes de figuras políticas que atuaram na região, e que conectam às extremidades ao embrião. Este centro, por sua vez, é rodeado pelas sedes dos principais poderes que gerem a cidade: Executivo, Legislativo e Judiciário, que se voltam ao Palácio Hélio Campos, sede do Governo, posicionado na Praça do Centro Cívico.

No entorno, outros edifícios também demarcam sua relevância e conexão com a centralização do poder e da infraestrutura, como Bancos do Brasil e da Amazônia, Palácio da Cultura Nenê Macaggi, Catedral Cristo Redentor e outros. Ademais, da Av. Ené Garcez parte o principal e maior complexo de praças da cidade, o Complexo Ayrton Senna, que se estende até uma rotatória que dá acesso ao aeroporto da cidade e à Universidade Federal de Roraima. Nesta avenida também se localiza o 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) do Exército Brasileiro.

Este foi um importante ator na urbanização de Boa Vista, uma vez que o 6º BEC abriu estradas e BRs como a 174, que liga Manaus a Boa Vista. Ademais, se instalou em ponto estratégico da cidade, próximo ao centro cívico e na principal avenida que parte dele. Para isso, removeu antigos moradores que foram realocados no bairro 31 de março, alusivo à data do Golpe Militar de 1964. Assim, demarcou no meio urbano a forte presença territorial ao evocar o militarismo (MARTINS, 2010).

Figura 17 – Edifícios e Monumentos localizados ao redor da Praça do Centro Cívico em Boa Vista, Roraima.



Fonte: Autora, 2022. Legenda: 1 – Monumento ao Garimpeiro no centro da Praça do Centro Cívico; 2 – Palácio do Governo Senador Hélio Campos; 3 – Igreja Catedral Cristo Redentor; 4 – Fórum Cível Advogado Sobral Pinto; 5 – Agência Banco do Brasil; 6 – Miniterminal Luiz Canuto Chaves; 7 – Secretaria do Estado da Fazenda; 8 – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima; 9 – Assembleia Legislativa do Estado de Roraima; 10 – Agência dos Correios, Palácio da Cultura Nenê Macaggi e Banco Amazônia).

Figura 18 - Monumento ao Garimpeiro no centro da Praça do Centro Cívico.



Fonte: Autora (2022).

Figura 19 – Palácio do Governo Senador Hélio Campos.



Fonte: Autora (2022).

Figura 20 – Igreja Catedral Cristo Redentor.



Fonte: Autora (2022).

Figura 21 – Fórum Cível Advogado Sobral Pinto.



Fonte: Autora (2022).

Figura 22 – Agência Banco do Brasil.



Fonte: Autora (2022).

Figura 23 – Miniterminal Luiz Canuto Chaves.



Fonte: Autora (2022).

Figura 24 – Secretaria do Estado da Fazenda (acima, prédio atual, abaixo, prédio abandonado).



Fonte: Autora (2022).

Figura 25 – Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.



Fonte: Autora (2022).

Figura 26 – Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.



Fonte: Autora (2022).

Figura 27 – Agência dos Correios.



Fonte: Autora (2022).

Figura 28 - Palácio da Cultura Nenê Macaggi.



Fonte: Autora (2022).

Figura 29 - Banco Amazônia.

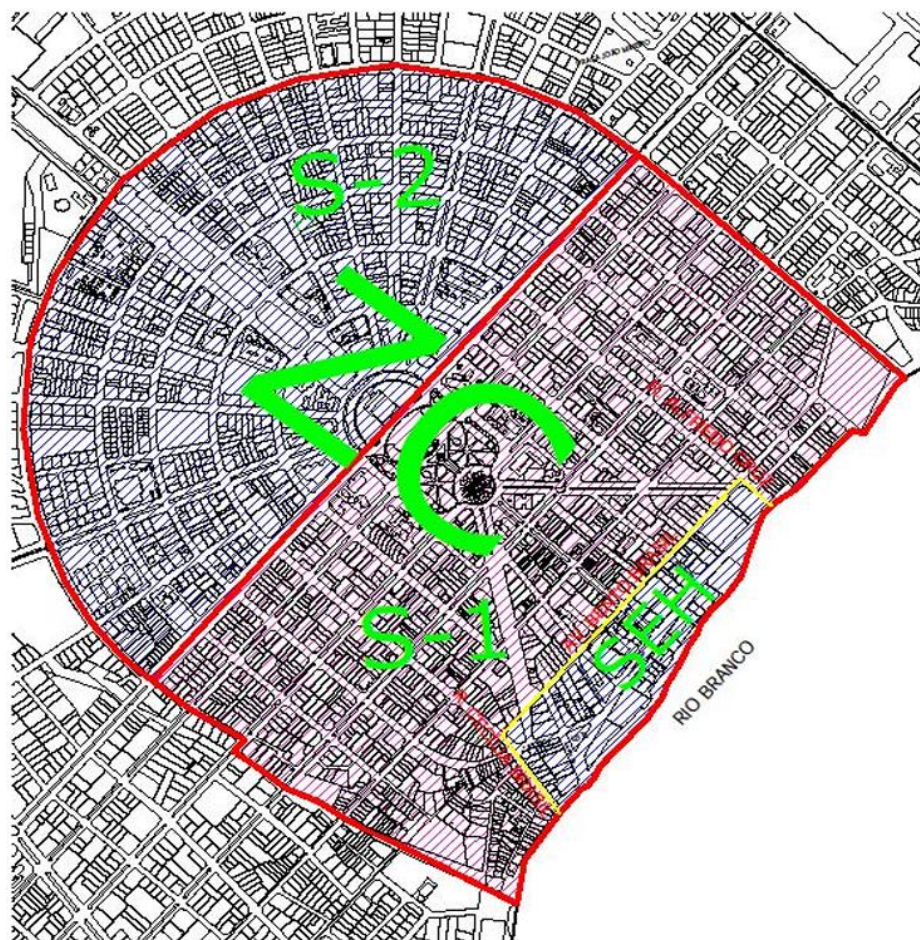


Fonte: Autora (2022).

Com a Lei nº 926, de 29 de novembro de 2006, que dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano de Boa Vista, esta área ficou definida como Zona Central, dividida em três partes: Setor I, Setor II e Setor Especial Histórico (SEH). Neste último setor, encontram-se edifícios tombados como patrimônio histórico pela Prefeitura Municipal de Boa Vista, como a Igreja Matriz, a Intendência de Boa Vista, a sede da Fazenda Boa Vista, a Igreja São Sebastião, o casarão da família Brasil⁴ e outros.

⁴ A família Brasil é marcante na história da construção do estado de Roraima, uma vez que o seu primeiro membro na região, o capitão Bento Ferreira Marques Brasil, foi convocado para comandar o Forte São Joaquim em 1852. A partir disso, estabeleceu sua família na região, que permanecem até hoje.

Figura 30 – Zona Central de Boa Vista e seus setores.



Fonte: Lei nº 926, de 29 de novembro de 2006 – Uso e Ocupação do Solo de Boa Vista.

Figura 31 - Edifícios históricos do SEH de Boa Vista.





Fonte: Autora (2024). Legenda: 1 – Igreja Matriz; 2 – Igreja São Sebastião; 3 – Casarão da Família Brasil; 4 – Sede da antiga Fazenda Boa Vista (hoje restaurante “Meu Cantinho”); 5 – Sede da antiga Intendência de Boa Vista. OBS: na região, há mais edifícios históricos tombados além dos apresentados em imagens.

De acordo com o geógrafo Paulo Silva (2007), o PUBV foi um projeto que mudou a figura de Boa Vista e que objetivava mostrar, na região de fronteira, o que o poder central se propunha a ser.

Planejar uma cidade como Boa Vista na fronteira significava a necessidade de intervenção de interesses públicos para proteger a referida área. O que ocorreu, na realidade, foi a construção de um centro burocrático e uma base militar. Esse lugar tinha o papel geopolítico na região, tornando-se um pólo artificialmente criado, marcando os limites internacionais do Brasil (SILVA, 2007, p.64).

O próprio engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, autor do PUBV, em entrevista ao jornal “A Gazeta de Roraima”, em 1991, explicou algumas concepções ideológicas subjacentes ao plano urbanístico:

Partindo de um centro gerador, busca os confins do norte de nosso território, irradiando a energia de seu povo, como a protegê-lo, Roraima, guardião do Norte. Lembrem-se. Na época em que foi projetada a planta da cidade de

Boa Vista (1946) estávamos no fim de uma guerra. E já muito antes disso, não poucos olhos gulosos invadiam nossas fronteiras com missões exploradoras e uma variedade de expedientes para se firmarem e ocuparem nossa terra. **Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites. É, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte** (p. 127-128) (grifo meu).

Se no período colonial a presença da Coroa portuguesa se fazia através da construção de fortes na Amazônia, geralmente às margens dos principais rios, no período republicano o Estado evidencia sua intenção de ocupação por meio da centralização de poder na malha urbana. Todavia, esse processo não deixa de ser um desdobramento histórico do colonialismo, através da perspectiva da imposição do domínio e poder em pontos estratégicos do território que se pretende ocupar.

Ademais, recebe influência de meios externos e não se atenta às condições, cultura e pessoas locais, impondo ao meio um urbanismo desconexo das necessidades e realidades regionais. Por mais que as relações sociais ainda consigam exercer poder no desdobramento da cidade, nesse processo histórico as cidades amazônicas tomam um diferente rumo do que poderiam ser, caso fossem pensadas a partir da dinâmica de vida local. Nota-se, então, como mecânicas globais influenciam sistemas locais.

Conforme aborda a historiadora Paulina Ramalho (2012), em sua dissertação de mestrado intitulada “Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima”, o plano urbanístico desenvolvido para a capital objetivava a modernização da cidade, a fim de conferir um “aspecto civilizado”. Nessa busca, o governo elaborou medidas que fortemente contrastavam com a realidade anterior e que visavam apresentar Boa Vista como agente progressista.

A cidade, então, é desenhada de costas para o rio, com horizontes sem fim, cujas vias radiais se direcionavam, ignorando os detalhes dos terraços ribeirinhos, das sinuosidades das margens do rio e do verde da floresta ciliar. Ademais, o projeto do Estado Novo para a Amazônia mirou em visões antagonistas, como: paraíso/inferno verde, atraso/possibilidades infinitas, e outras. Assim, as políticas visavam o desenvolvimento da região e a ideia de civilização através de uma política nacional e externa, ignorando aspectos locais.

Embora Darcy tenha afirmado, em entrevista, que o traçado urbano visava resguardar as origens de Boa Vista, o maior referencial da cidade, o rio Branco, foi desconsiderado. Ele foi a principal via do processo de ocupação e povoamento do

estado, e por muitos anos foi o único meio de comunicação e circulação que permitiu o desenvolvimento do povoado (RAMALHO, 2012).

Ademais, diversos grupos foram excluídos do novo traçado, especialmente os povos indígenas. Como a esfera política relacionava o indígena como não civilizado, e com as reformas urbanísticas e a tentativa de “embranquecer o índio”, muitas famílias Makuxi, Taurepang e Ingarikó resistiram à integração na sociedade nacional. Temerosos às ações violentas dos brancos, deslocaram-se para o interior das regiões de lavrados ou serras (OLIVEIRA, 2003).

Assim, o plano urbanístico marcou uma ruptura com as relações ribeirinhas e os povos originários, no qual o novo traçado previa o deslocamento do poder, antes localizado no Prédio da Intendência, às margens do rio, para uma área mais afastada, na Praça do Centro Cívico que aglomera os três poderes. O Estado passa a ser o principal agente produtor e transformador do espaço, e constrói suas estratégias de ocupação por meio de referências e contextos externos.

Estas influências podem ser tão diversas que, às vezes, se mesclam a diferentes fatores que as tornam difíceis de identificar. São capazes de gerar leituras e perspectivas variadas sobre a cidade. Em Boa Vista, por exemplo, existe um debate local sobre a cidade ter, ou não, influência do plano urbanístico Haussmaniano de Paris.

O autor e arquiteto Felipe Souza (2015), em sua dissertação de mestrado, afirma essa influência e semelhança do PUBV com a malha urbana e dimensões da estrutura viária parisiense. Outros autores, como o geógrafo Paulo Silva, também segue a mesma linha de pensamento no seu texto intitulado “Reencontrando a primitiva cidade de Boa Vista”, de 2007.

Essa influência parisiense no PUBV, citada por Souza (2015), reside no fato histórico da reforma de Paris, no século XIX, promovida por Haussmann. Nela, o administrador público construiu amplas e largas avenidas que conectam a cidade a pontos centrais, sob a justificativa pública de embelezar Paris e, sob uma justificativa mais privada, de facilitar o controle militar sobre as revoluções populares que poderiam surgir.

Em Boa Vista, tal pressuposto também estava presente no plano urbanístico. De acordo com o próprio autor do traçado, em entrevista ao Jornal UFRR Notícias:

A ideia de ruas convergindo para o centro, que é o poder constituído no Estado, tinha o propósito de chamar a atenção de todos para a existência de uma ordem, de um governo em Boa Vista, uma vez que naquela época

existiam alguns conflitos familiares e pessoas que andavam sempre armadas nas ruas (2011, p.4 apud RAMALHO, 2012).

Essa comparação também é realizada pela população local, muitas vezes influenciada por falas midiáticas e políticas que reforçam a existência dessa semelhança e influência. Por meio de imagens, na maioria das vezes a associação entre essas duas cidades se faz com a comparação entre o PUBV e um recorte da malha urbana no entorno do Arco do Triunfo de Paris. Assim, se direciona uma crença comum de que ambas possuem o mesmo traçado.

A Figura 32, abaixo, foi retirada do perfil da rede social Facebook da Prefeitura de Boa Vista, a qual publicou a imagem com a seguinte legenda:

Qualquer semelhança não é mera coincidência! Com um traçado urbano planejado, Boa Vista é moderna até na sua arquitetura. As nossas avenidas largas convergem para o Centro da Cidade, em um formato de leque inspirado nas ruas de Paris, na França. O engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson foi o idealizador do primeiro projeto urbano da capital. #Souchique #Souphyna #EuAmoBoaVista — sentindo-se A Paris dos Trópicos.

Figura 32 – Comparação entre Boa Vista e Paris pela Prefeitura de Boa Vista.

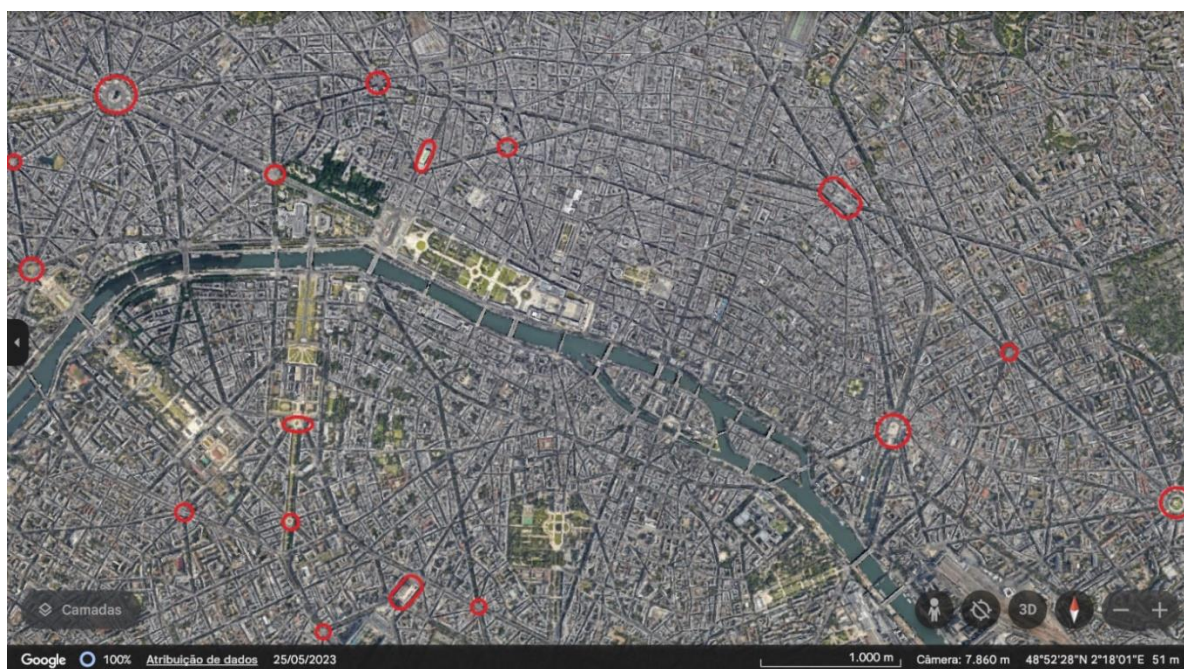


Fonte: Facebook Prefeitura de Boa Vista (2016).

Não seriam estas, de toda forma, imposição de modelos importados? Estes discursos de diferentes autores e especialistas dão forma a uma “problemática socialmente produzida” (FERREIRA JÚNIOR, 2019, p. 41). O intuito não é afirmar que Boa Vista é, ou não, similar à Paris, mas levantar reflexões acerca destas diferentes interpretações e comparações feitas com a cidade.

Essa comparação propositalmente realizada com o entorno do Arco do Triunfo em muito induz a interpretação do observador. Todavia, quando se observa as imagens de satélite de Paris (figura 33), é possível notar que a cidade possui vários pontos de encontros entre as avenidas, geralmente no entorno de alguma praça, monumento, parque ou edifício histórico, assim como acontece no Arco do Triunfo, que tornam estes espaços irradiadores de amplas avenidas.

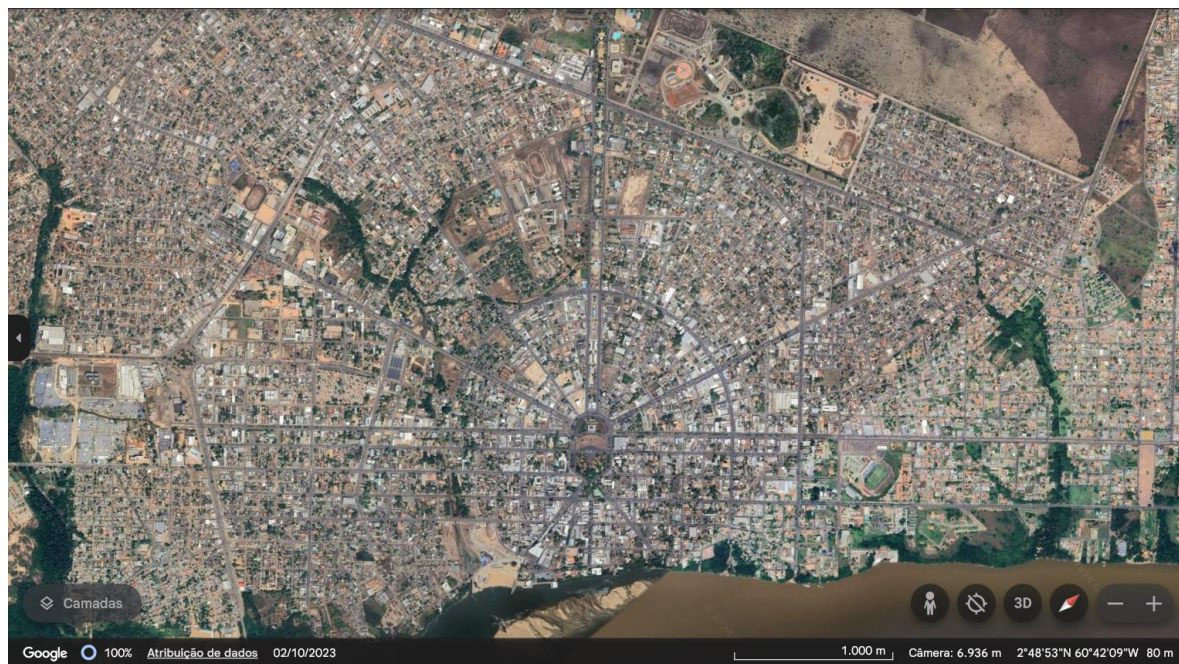
Figura 33 – Pontos convergentes de avenidas em Paris.



Fonte: Google Earth (2024).

Quando mesma ampliação é feita no PUBV (figura 34), nota-se que não há pontos irradiadores além da Praça do Centro Cívico, diferentemente de Paris. Logo, é tendencioso comparar o *leque* da capital roraimense com um destes pontos convergentes (ou irradiadores) da capital francesa, sob a afirmação deste aspecto parisiense ser a inspiração para Boa Vista.

Figura 34 – Imagem de satélite do PUBV.



Fonte: Google Earth (2024).

Em visita à capital roraimense no ano de 2016, o arquiteto Darcy Romero Derenusson, filho do engenheiro e autor do PUBV, Darcy Aleixo Derenusson, realizou uma entrevista com o jornal eletrônico Folha de Boa Vista. Na oportunidade, Romero explicou que o plano urbanístico idealizado pelo pai não foi inspirado em Paris, mas sim nos conceitos de cidades-jardim.

As cidades-jardim consistiram em um modelo de planejamento em resposta à migração da população de área rural para urbana. Após a Revolução Industrial, o crescimento populacional nos centros urbanos se intensificou, em consequência do novo modelo de vida disseminado pelo desenvolvimento tecnológico.

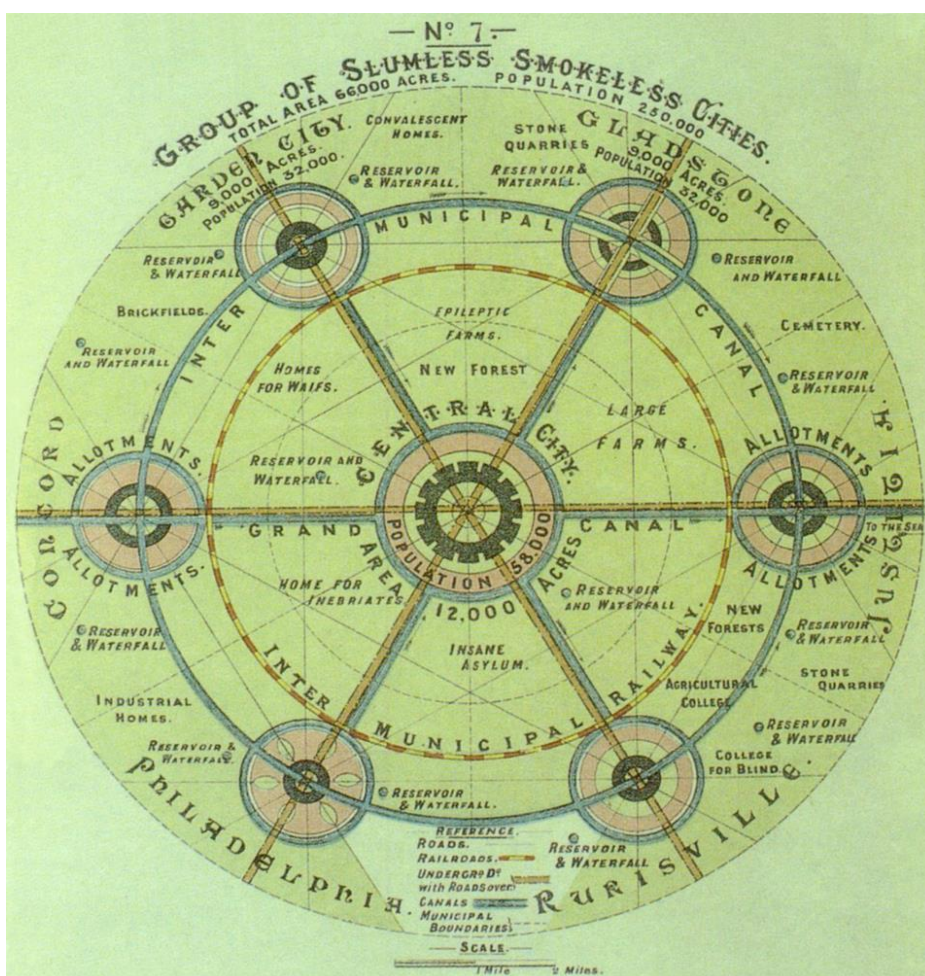
Por essa razão, muitas cidades experimentaram um *boom* demográfico e acelerado crescimento que impactaram na infraestrutura urbana. Em observação às condições precárias de vida na cidade liberal, o estudioso Ebenezer Howard publicou em seu livro “To-morrow”, em 1898, alternativas que visavam equacionar a relação entre cidade e campo.

Através da tentativa de entrelaçar características e benefícios de ambos os contextos, Howard foi um dos principais autores a disseminar o conceito de cidade-jardim. Por meio da interação entre ímãs, que representavam as forças atrativas da cidade e do campo, ele argumentou que era preciso criar espaços urbanos capazes

de proporcionar aos habitantes as necessidades que ambas as regiões poderiam atender.

O modelo consistia em um formato circular-radial, de 2400 hectares, dos quais apenas 400 hectares seriam destinados à cidade. No centro, seria prevista uma área de jardim com as residências ao redor, além de um parque público de fácil acesso e com áreas de recreação. Na região periférica estariam os edifícios públicos e culturais, como teatro, biblioteca, museu, hospital e outros.

Figura 35 – Modelo de Cidade-Jardim por Howard.



Fonte: ArchDaily (2021).

Ainda na entrevista, Romero conta que a semelhança com Paris consiste na largura das avenidas e altura dos edifícios. Estes não poderiam ter de altura mais da metade da largura das avenidas, a fim de preservar a ventilação da cidade. Além disso, outros fatores relacionados à infraestrutura foram determinantes no traçado de Boa Vista.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a região registrava altos índices de casos de malária na população. Um fator que influenciava este cenário era a presença de muitas valas pela cidade, muitas vezes cavadas pelos próprios moradores para escoar a água da chuva. No entanto, a experiência de Darcy Aleixo Derenusson com saneamento, de acordo com seu filho, foi fundamental para a reestruturação da cidade.

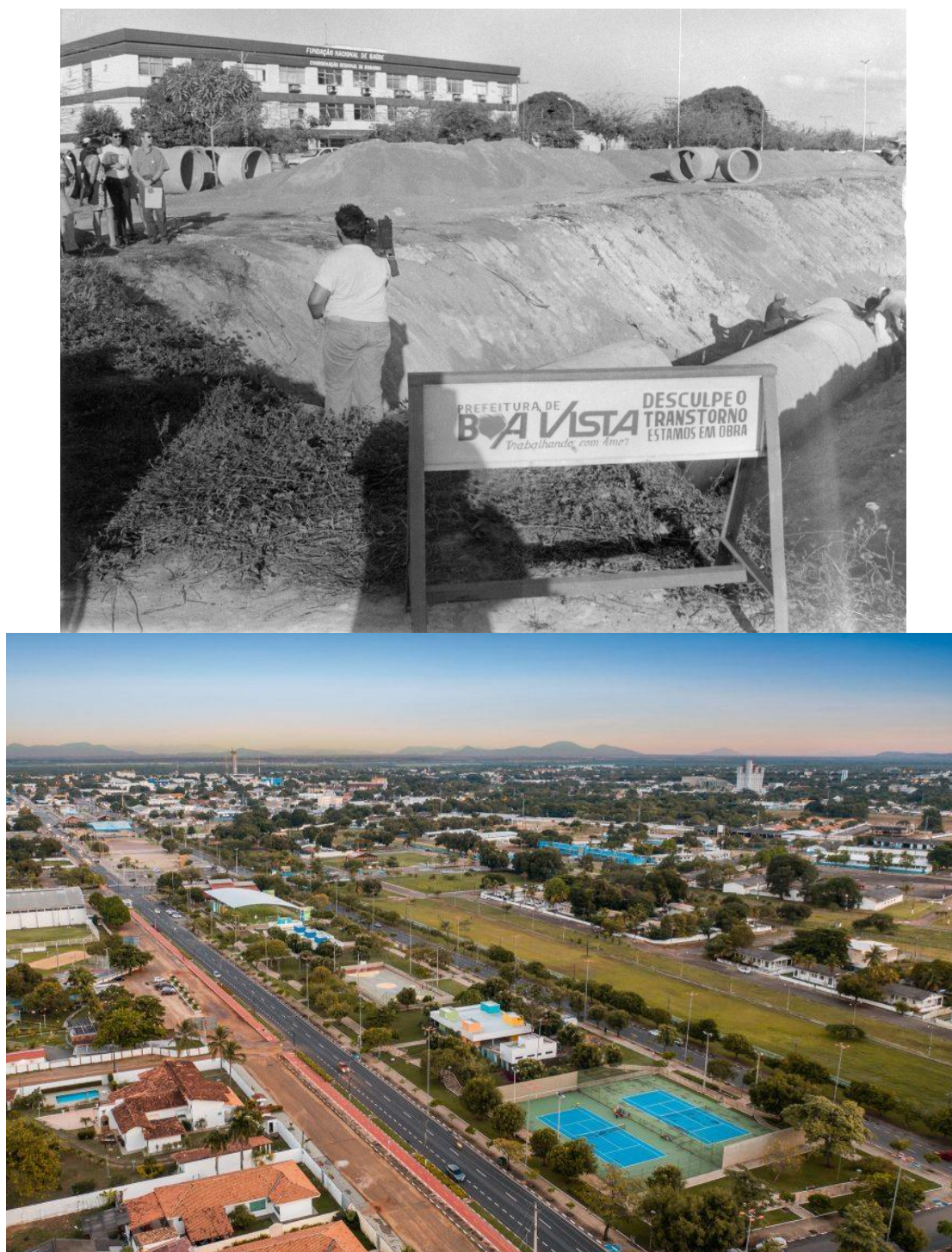
Ramalho (2012) aponta que o relatório de Araújo Cavalcanti, intitulado “Plano de Recuperação de Desenvolvimento do Vale do Rio Branco”, também foi utilizado como referência para a elaboração do plano urbanístico. Nele, foram analisadas condições econômicas, sociais e ambientais do território que apontaram cenários insalubres vivenciados pela população. Por este motivo, defendia a efetivação de obras de cunho sanitárias.

A princípio, médicos foram convocados para a região para realizar o saneamento e extinguir as poças de água pela cidade em um raio de 800 quilômetros. Em seguida, Derenusson retornou ao Rio de Janeiro para elaborar o projeto da capital com a colaboração de vinte profissionais e elaboração de mais de mil plantas desenhadas (CORREIA, 2016).

Estas ações voltadas para a área da saúde e saneamento fizeram parte do projeto, defendido pelo Estado Novo, de retirar a Amazônia do “atraso” em que se encontrava. As condições de vida na região caracterizavam um cenário precário que identificava a população como débil e incapaz de realizar esforços para reerguer a região (RAMALHO, 2012).

O principal aglomerado de praças da cidade é exemplo disso: o Complexo Ayrton Senna era uma vala com lixo e água parada, que, no primeiro mandato da ex-prefeita Teresa Surita, transformou-se na principal praça da cidade, como mostra a figura abaixo.

Figura 36 – Antes e depois do Complexo Ayrton Senna.



Fonte: Jornal eletrônico Roraima em Tempo (2022).

Diante do exposto, percebe-se que diferentes discursos são sobrepostos sobre a leitura do Plano Urbanístico de Boa Vista. Muitas razões podem estar mescladas neste intuito, desde induzir a população à leitura de uma cidade moderna e “tão boa quanto” outras, como analisar o traçado urbano mediante contextos históricos e políticos que direcionavam a ocupação e dominação de territórios na Amazônia.

A ideia de comparação entre cidades pode partir de sentimentos de inferioridade estimulados pelo dominador e pelos fluxos de poder exercidos no território. Ademais, influencia na forma como enxergamos, percebemos e vivemos a cidade e, conseqüentemente, na forma como a transformamos. Grupos sociais distintos e suas relações tornam-se agentes transformadores do território, movidos por disputas de poder, direitos e desejos que traçam o presente e o futuro urbano.

Atualmente, o PUBV é, em termos de área, pequeno quando comparado a expansão da cidade que se deu além dele. No entanto, sua imponentia é inversamente proporcional, uma vez que concentra, em sua plenitude material, simbólica e funcional, o *lócus* do poder político de Boa Vista. Essas relações se desdobram em diferentes cenários que provocam constantes transformações da cidade, algumas abordadas a seguir.

4.2 Identidades, migração e conflitos territoriais em Boa Vista – RR

Após a declaração do Território Federal do Rio Branco, o atual estado de Roraima experimentou intensas frentes migratórias voltadas à atividade mineral, sob o discurso de desenvolvimento da região e de anulação do vazio demográfico (VERAS, 2009). Esse processo foi fortalecido durante o Governo Militar através dos PNDs – Planos Nacionais de Desenvolvimento. Investimentos foram realizados para proporcionar infraestrutura básica, como a construção de estradas para a implantação de Colônias Agrícolas e Minerais (SANTOS, 2013).

Nessa conjuntura, distintos grupos sociais surgiram em Roraima e em Boa Vista: os povos indígenas, que ocupavam a região desde o princípio; os povos tradicionais, que, de acordo com Vital (2015, p. 545), “são uma categoria político-legal que pode ser preenchida por diferentes grupos envolvidos em questões relativas ao campo da conservação ambiental”; os fazendeiros, encarregados pela agropecuária; o migrante e o garimpeiro, sendo o segundo praticamente uma consequência do primeiro, incentivados pela busca de melhores condições de vida; e outros, que podem ser ou surgir como desdobramentos destes.

Estes grupos também são produtos das fases econômicas do estado, divididas por Rodrigues (2017) em: pecuária; mineração; e extrativismo vegetal, que assumiram importante caráter histórico e geoeconômico. A primeira se baseou na criação de gado

bovino e estava ligada ao processo de ocupação e colonização no século XVIII. A maior área que desenvolvia essa atividade estava a leste do estado e concentrava a maior parte populacional.

A mineração passou por três períodos definidos por Rodrigues (2017), sendo o primeiro de 1912 a 1965, o segundo de 1966 a 1979 e o terceiro de 1979 até os dias atuais. O primeiro se caracterizou pelo auge da exploração diamantífera, especialmente na região da Serra de Tepequém, ao norte do estado, no município de Amajari. O segundo período foi marcado pela inserção tecnológica de novos equipamentos para a atividade, bem como transformações sociais e expansão do garimpo para outras áreas a noroeste do estado.

O terceiro período foi representado pela dianteira do ouro na produção mineral, que provocou mudanças na paisagem e socioterritoriais em um ritmo nunca visto anteriormente. Supomos que atualmente estejamos em uma nova fase, uma vez que transformações mais recentes da atividade garimpeira têm demarcado seu maior avanço por terras indígenas, a exemplo da Terra Indígena Yanomami, e tem sido marcada pelo domínio dos garimpos por facções criminosas e narcotráfico, no que tem sido denominado de narco garimpo (CHAGAS, 2024).

De toda maneira, essa relação histórico-econômica na produção de identidades é perceptível nos espaços de representação da cidade, através de simbologias empregadas que reforçam a sensação de reconhecimento e pertencimento de determinados grupos dentro do meio urbano.

A exemplo do Monumento ao Garimpeiro, localizado no centro da cidade e da praça do Centro Cívico, de frente para o Palácio do Governo e cercado por outros edifícios representativos de poder, como Câmara Legislativa e Palácio da Justiça. Este monumento homenageia os garimpeiros que atuaram e ainda atuam no estado. A concretização deste símbolo gera o sentimento de pertencimento ao grupo em questão, fundamental para a composição da identidade como categoria social (RODRIGUES, 2017).

Em artigo publicado em 2023, na Revista Wamon, eu e meus orientadores escrevemos sobre “Perspectivas decoloniais sobre o Monumento ao Garimpeiro em Boa Vista-RR”. Neste trabalho, ressaltamos que:

Entre as múltiplas identidades que o garimpeiro pode assumir, pode-se afirmar que, se para muitos a sua estátua no centro da cidade, em frente ao Palácio do Governo, o coloca na posição de grupo social responsável pelo progresso do estado, os efeitos simbólicos produzidos por sua presença naquele espaço condizem mais com a legitimação da mineração como

modelo de desenvolvimento proposto para região, o que, em última instância, beneficia mais os grandes detentores de capital que financiam essas atividades do que o sujeito efetivamente ali representado (TRIANI; FERREIRA JÚNIOR; RODRIGUES, 2023).

A partir disso, o artigo traça uma leitura em diferentes perspectivas sobre o monumento, a partir do exercício da resistência teórica e prática, política e epistemológica, à lógica da modernidade/colonialidade. Para, então, apresentar propostas de resignificação deste monumento, através de alterações em alguns detalhes da escultura, a fim de instigar outras leituras sobre o espaço de representação e seus simbolismos.

Dentro do complexo do Ayrton Senna existe uma praça denominada “Praça da Cultura”, cujo principal elemento consiste em um teatro de arena marcado por três colunas, sobre as quais estão três estatuas: um “fazendeiro” (à esquerda), um “índio” (ao centro), e um “garimpeiro” (à direita) (Figuras 37 e 38). Já no centro histórico da cidade, na praça Barreto Leite, nota-se o “Monumento aos Pioneiros”, retratado por um paredão escultural em formato do Monte Roraima e preenchido por diferentes grupos sociais (Figura 39).

Figura 37 - Praça da Cultura.



Fonte: Autora (2024).

Figura 38 - Estátuas do Fazendeiro, Índigena e Garimpeiro na Praça da Cultura.



Fonte: Autora (2024).

Figura 39 - Monumento aos Pioneiros.



Fonte: Autora (2024).

Em primeiro plano, observam-se as famílias “pioneiras” no processo de ocupação e colonização do estado. À direita, um grande busto de Macunaíma, personagem da mitologia indígena roraimense, acompanhado do povo indígena e das representações da fauna e flora local. À sua esquerda, um homem em um cavalo, que retrata os fazendeiros e uma das principais atividades econômicas da região, seguido por outras famílias que se sobrepõem ao plano de fundo: o rio Branco, os buritizais e o raiar do sol às margens do rio, que também se assemelham ao esqueleto do PUBV.

As relações sociais entre estes personagens constituíram a história de Roraima e resultaram em uma população diversificada. No entanto, muitos conflitos derivaram dessas interações que se renovam constantemente. Esse cenário pode ser observado em outras regiões da Amazônia, como consequência das frentes colonizatórias e das políticas econômicas empregadas sob a premissa de ocupar e desenvolver a região.

Sob a necessidade do Estado em produzir espaço político e dominante, planejamentos regionais são efetivados entre as décadas de 1930 a 1980 pela Amazônia, como aconteceu em Boa Vista. Segundo a geógrafa e historiadora Bertha Becker (2007), o Estado implementa uma malha no território que visa o controle técnico e político, capaz de controlar fluxos e estoques, transformando as cidades em base logística para ações políticas.

Na Amazônia, esta ação se deu sobretudo por meio da construção de redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, urbanas e outras, que proporcionaram subsídios ao fluxo de capital através de incentivos fiscais e créditos a baixos juros. Além da indução de movimentos migratórios para povoamento e formação do mercado de trabalho regional (BECKER, 2007).

Em Boa Vista, apesar da elaboração do plano urbanístico que visava atender demandas da época, o movimento migratório continuou a aumentar diante das políticas que incentivavam a ocupação da região, sob a promessa de melhores condições de vida. A cidade planejada não conseguiu acompanhar o crescimento espontâneo que ocorria com a chegada dos migrantes.

Especialmente durante os mandatos do pernambucano e Brigadeiro da Aeronáutica, Ottomar de Sousa Pinto, no governo de Roraima (1979-1983/1991-1995/2004-2007), o aumento populacional disparou. Através de uma política populista e diante de questões fundiárias, Ottomar doou lotes urbanos, muitas vezes sem infraestrutura, aos migrantes que eram induzidos a se deslocar para Boa Vista.

De acordo com o geógrafo Rosa Filho (2018, pp. 62-63):

Seu governo era centralizador e as suas ações sempre estavam condicionadas aos seus interesses próprios e político. Incentivou a migração de pessoas da região Nordeste e do Centro-Sul para o Estado, visando formar currais eleitorais. Fez doações de lotes urbanos em Áreas de Proteção Permanentes – APP's, criou conjuntos habitacionais, em particular, o conjunto Pintolândia que era o seu maior reduto eleitoral em Boa Vista. Quando assumiu o governo, teve como meta principal impulsionar a agropecuária e incentivar a migração com o objetivo de ocupar os espaços vazios no Território (ROSA FILHO, 2018, pp. 62-63).

Em redação ao quadro “Minha Rua Fala”, do jornal eletrônico da capital – Folha de Boa Vista – o colunista Francisco Cândido escreveu um “Tributo ao Ex-Governador Ottomar de Sousa Pinto”. Deste texto, destaca-se aqui alguns trechos que descrevem a política exercida por Ottomar e a relação com grupos identitários que participaram da transformação da cidade na época.

Com o previsível fim do “período de governo militar”, que iniciou em 1964 (e, terminou em 1985), os grupos políticos de Boa Vista estavam motivados com a possibilidade da tomada do poder político local. Esses “grupos” oligárquicos, constituídos de fazendeiros, famílias tradicionais e de políticos da velha guarda, **se consideravam representantes de uma elite que vinha sendo construída no Território desde a sua ruptura política-administrativa com o Estado do Amazonas** em 13 de setembro de 1943 (quando da criação do Território Federal do Rio Branco).

Quando Ottomar Pinto chegou para assumir o governo em 1979, tratou de pacificar os ânimos entre os grupos dominantes locais, divididos entre os que ainda apoiavam o ex-governador Fernando Ramos Pereira, representando a minoria, e as outras lideranças, membros das chamadas **“famílias tradicionais” (Magalhães, Brasil, Cruz, Mota, Cavalcanti, Duarte, entre outras)**.

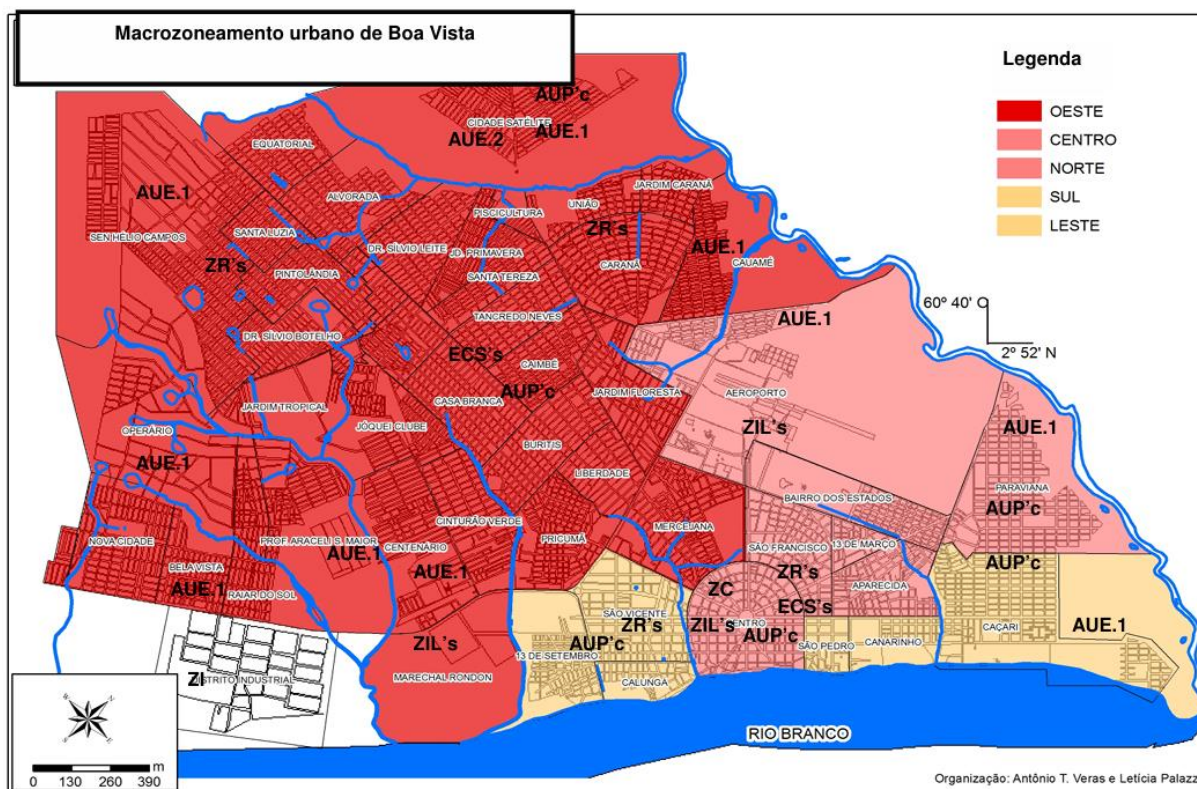
[...]

Embora elege-se os quatro Deputados Federais do Território, o partido dividiu-se em **“ala do governador” e “ala nativista” (os “filhos da terra”)**. As lideranças locais teriam também ficadas chocadas com o novo estilo de governo de Ottomar Pinto, haja vista que houve nessa época um crescente fluxo de imigrantes que reforçava o contingente eleitoral e a liderança do governador Ottomar Pinto. Para as lideranças locais isto representava o preenchimento de suas vagas e a escapatória de oportunidades dos cargos almejados (CÂNDIDO, 2023) (grifo meu).

A política exercida por Ottomar resultou em uma urbanização acelerada, com a multiplicação de bairros periféricos para a zona Oeste da cidade sem infraestrutura, ocupação de áreas de risco ambiental, aumento da demanda por serviços, disputas entre os grupos identitários e crescimento das desigualdades sociais.

Tal solapamento da ordem, instaurador daquilo que Novy designa como uma “des-ordem”, é na verdade uma ação de resistência baseada em práticas de contrapoder. Nessa concepção, o que se denomina “des-ordem” não se limita a uma simples desorganização ou ao mais profundo caos; trata-se antes de uma prática política de confrontos entre os “espaços de poder” estabelecidos e as manifestações de “(contra) poderes sobre o espaço” que instauram, a partir de disputas e imbricações, novas territorialidades. (NAKANO, 2009, p. 243).

Figura 40 – Expansão do tecido urbano de Boa Vista, Roraima.



Legenda: AUP'C – Área urbana parcelada consolidada \ AUE – Área urbana de expansão (AUE.1 – destinado a implantação de loteamentos AUE.2 – de interesse funcional voltado para implantação de equipamentos de médio e grande porte: cemitério, indústrias, galpões etc). \ ZC – Zona central \ ZR's – Zonas residenciais \ ECS's – Eixos comerciais e de serviços \ ZIL's – Zonas Institucionais \ ZI – Zona Industrial. **Fonte:** IBAM, 2006.

Fonte: VERAS (2009).

Neste cenário, a Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV), em 1989, assinou contrato com a Prefeitura do Paraná para elaboração do Plano Diretor para a capital. Este, definido pela Lei nº. 244, de 06 de setembro de 1991 e alterado em 1999, redefiniu o limite de alguns bairros e acrescentou outros, totalizando 41 novos bairros entre os anos de 1980 e 2000 (SILVA; FALCÃO; BARBOSA, 2011)

Atualmente, o Plano Diretor de Boa Vista encontra-se em processo de revisão, sob responsabilidade da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR) em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Uma das discrepâncias que pode ser notada entre as regiões da cidade é a quantidade de bairros por zonas. A zona Oeste conta com trinta e nove bairros, seguido de seis da zona Norte, seis na zona Sul e quatro na zona Leste.

Ainda hoje, a expansão urbana continua crescendo rumo à Zona Oeste da cidade, e os equipamentos e serviços permanecem concentrados na área central da cidade, o que dificulta o acesso aos serviços por parte da população residente na referida zona, em razão da distância entre centro e a periferia e, em particular, pela situação precária do sistema de transporte (ROSA FILHO, 2018, p. 72).

Assim, o centro de Boa Vista participa de uma dialética de poder e contrapoder com a massa urbana formada pela zona Oeste da cidade, na qual, seja por necessidade, seja por autonomia, criou sua própria rede de comércio, de relações e de suporte. A reduzida atuação do poder público nas regiões periféricas provoca o autodesenvolvimento dessa comunidade, mas não exclui a necessidade dos serviços básicos e infraestrutura na região.

É possível perceber o espaço urbano de Boa Vista como produto das relações sociais que se desenvolveram na história do estado e da cidade, especialmente atrelada às formas de dominação e às principais identidades que se formaram a partir dos principais períodos econômicos da região.

Não coincidentemente, o grupo social que frequentava e habitava a região central era formado por aqueles que detinham capital e influência política, enquanto os que se assentavam na zona Oeste eram marcados por aqueles que chegavam à Boa Vista sem ou com poucas condições de habitação e qualidade de vida.

As relações de produção do espaço decorrem de conflitos e contradições inerentes à sociedade, vinculados à divisão territorial, à divisão do trabalho, à distribuição de renda, ao acesso à infraestrutura, aos serviços e bens de consumo (ROSA FILHO, 2018).

Dessa forma, o governo estabelecia seu poder no centro da cidade, uma vez que concentrava toda sua infraestrutura, base militar, edifícios representativos e símbolos identitários dentro do PUBV. Neste espaço, abrigava os grupos sociais mais influentes, as forças armadas, e dispunha de malha urbana que proporcionava domínio tático para controle territorial. Ao mesmo tempo, com política de frentes migratórias para colonização, sob o slogan de integração da região ao resto do país, fragmentava a população ao dispô-la nas regiões periféricas da cidade.

Esse processo levou muitas famílias a se assentarem próximas a recursos naturais, como cursos d'água e áreas verdes, seja pela necessidade de suprimentos essenciais, seja por questões culturais e modos de vida conectados ao rio, seja pela falta de assistência e garantia de infraestrutura básica por parte do estado. Esse cenário foi consequência de um processo histórico, apesar de ser definido pelo poder público como ocupações irregulares.

Assim, conflitos sociais na cidade se estabelecem não apenas pela marginalização urbana, mas também por questões ambientais que, muitas vezes,

foram consequência do processo histórico de desvalorização de povos dentro da urbe. Ao mesmo tempo, estes grupos são culpabilizados por ações danosas ao meio ambiente, enquanto os principais e reais agentes danosos se beneficiam deste processo.

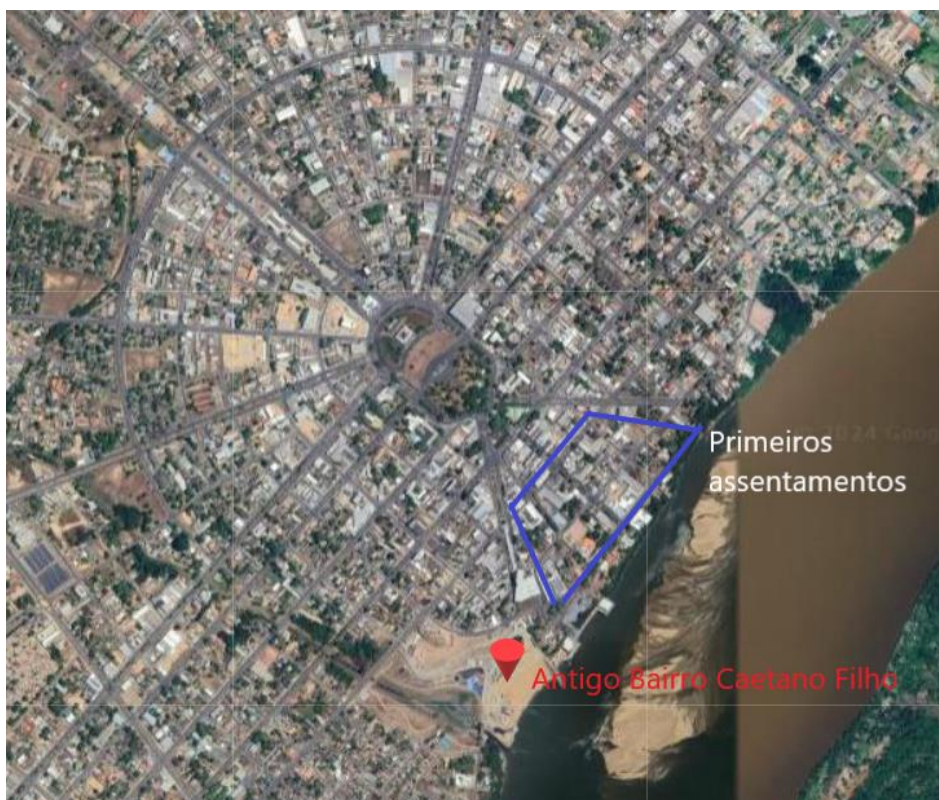
Dentro do objeto de estudo deste trabalho, o PUBV, um bom exemplo para ilustrar esta questão é a construção do Parque do Rio Branco. Construído na antiga região habitacional Caetano Filho, também conhecido como Beiral, o local era formado pelo assentamento de diversos grupos sociais às margens do rio Branco e demarcado por uma vida atrelada à água, uma vez que parte de seus moradores dependiam da pesca para sobreviver.

Ademais, a região também era descrita pela violência e tráfico de drogas que, mesmo após a reforma e transformação em parque, não deixou de existir. Ao contrário, o cenário se dispersou pela região, com pontos de venda e consumo de drogas instalados nas mediações do parque.

De acordo com a publicitária e turismóloga roraimense, Jordana Cavalcante (2021), é preciso entender a história da região antes mesmo de ser considerado um bairro. Nessa área viviam comunidades indígenas, como os Macuxi, Wapichana e Paravilhana (este último desaparecido). Segundo Cavalcante, os antepassados destas etnias identificavam a região como *Kuwai Kirî*, referente ao teso de buritizais e igarapés, que na memória Wapichana é chamado de *Kuaipyre*.

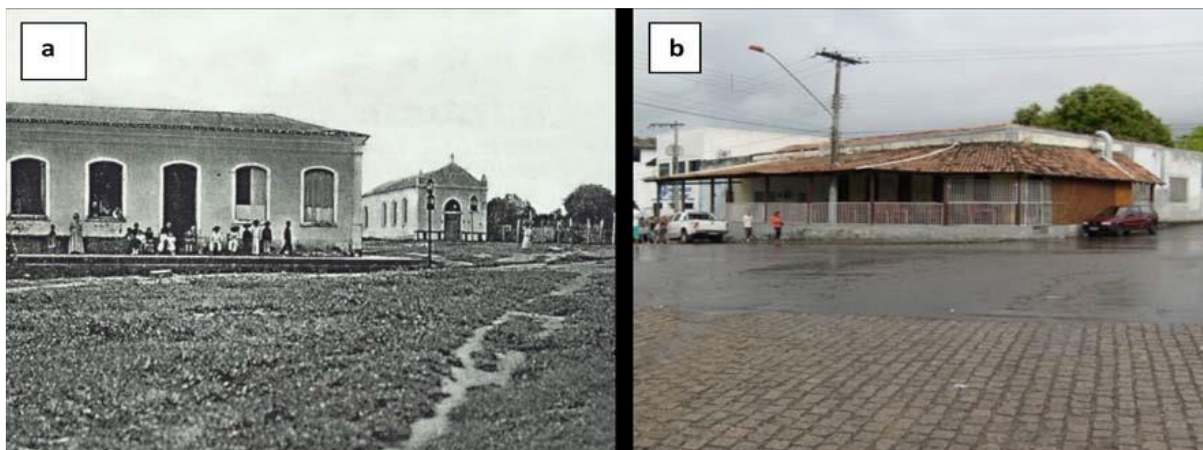
Esses povos sofreram processo de periferização e segregação familiar, pois não faziam parte das grandes famílias locais (as mesmas citadas no trecho do governo de Ottomar Pinto). Também estavam a margem da sociedade, na região da baixada às margens do rio, com construções consideradas precárias, especialmente quando comparadas às construções como a sede da Fazenda Boa Vista.

Figura 41 - Localização do antigo bairro Caetano Filho.



Fonte: Google Maps adaptado (2024).

Figura 42 - a) Fotografia da sede da fazenda Boa Vista do Rio Branco construída no período imperial; b) Restaurante Meu Cantinho.



Fonte: Silva; Falcão; Barbosa 2011.

Segundo Cavalcante (2021), a região em questão teve suas primeiras ocupações pelos não indígenas através da influência da Igreja Católica, por intermédio dos padres salesianos e beneditinos. Também contou com a exploração de minérios no estado em meados do século XX, que impulsionou o crescimento da área de degradação ambiental.

Os primeiros moradores praticavam a agricultura de subsistência e pescaria no rio Branco. Com a evolução das atividades, olarias surgiram na região e assim teve seu primeiro nome de “Olaria”. Depois, passou a ser chamado de “Beiral” pelos moradores, que associavam a localização à beira do rio Branco e dispunham de um tradicional ponto de venda de peixe.

Figura 43 - Comércio do peixe regional



Fonte: WALTER, 2021. Legenda: A – Comércio ativo; B – Comércio removido (2017).

Em 1962, a pedido da população local, o então prefeito Olavo Brasil modificou o nome da área para “Caetano Filho”. Francisco Caetano Filho era um comerciante que trabalhava com vendas de carne de porco em seu açougue, que ficava em uma casa na entrada do Beiral (CAVALCANTE, 2021).

Naturalmente, o rio tem seus períodos de cheias e secas e, em razão disso, por diversas vezes os habitantes da região Caetano Filho enfrentavam as enchentes do rio Branco. Abaixo, alguns registros fotográficos de como a área se caracterizava nestes períodos.

Figura 44 – Região do Beiral em 1967.



Fonte: <https://joviajou.com/os-10/10-fatos-sobre-a-historia-do-parque-do-rio-branco/>

Figura 45 – Região do Beiral em 1967.



Fonte: <https://joviajou.com/os-10/10-fatos-sobre-a-historia-do-parque-do-rio-branco/>

Figura 46 – Enchente no Beiral no ano de 2011.



Fonte: Prefeitura de Boa Vista (<https://boavista.rr.gov.br/noticias/2018/07/obras-de-drenagem-reduzem-91-de-familias-desalojadas-durante-o-inverno>)

Assim, em 2017, sob o discurso de melhoria da região, de fim da violência e da remoção de pessoas de áreas de risco, a Prefeitura de Boa Vista anunciou o projeto de revitalização da área com a construção do Parque do Rio Branco. Este projeto marcou a desapropriação de mais de 350 famílias do antigo Beiral, mediante pagamento de indenizações.

No entanto, a maioria das famílias não tiveram outra opção senão a de se deslocar para regiões periféricas da cidade, sem infraestrutura (ou precária) e desconexas das realidades culturais, sociais e econômicas que vivenciavam historicamente (figura 47).

- Margem para atividades à beira do rio em uma praia artificial;
- Um atracadouro que também serve para barrar a correnteza e assim o banzeiro do rio não levar a areia da praia;
- Calçadas para a prática de caminhadas;
- Dois murais artísticos, dos quais algumas obras foram abordadas no item 4.3;
- E plataforma que conecta o parque à Orla Taumanan.

Figura 48 - Fotografia aérea do Parque do Rio Branco.



Fonte: Acervo online da Prefeitura Municipal de Boa Vista <<https://boavista.rr.gov.br/turismo/parque-do-rio-branco>> (2023).

De fato, o complexo turístico trouxe diversos benefícios para a cidade. No entanto, o que é especialmente intrigante é o fato de que: se o poder público detinha recursos e tecnologia para resolver as questões que, por ele mesmo, eram consideradas problemáticas no local, por que não o fizeram para as pessoas que lá vivem?

Ou seja, por muitos moradores as enchentes não eram consideradas fatores de risco, seja por já constituírem o ciclo natural da região, seja por estarem de acordo com o modo de vida do principal público que habitava o antigo Beiral. No entanto, o poder público enxergava este ponto como prejudicial aos seus habitantes. Logo, ao

invés de investir na infraestrutura local para melhoria destas habitações, optou por realocá-los para regiões desconexas com suas realidades, ao mesmo tempo que desenvolvia o projeto de embelezamento do espaço.

Essas perguntas e inquietações instigam a percepção de que a real pretensão do Estado não é desocupar áreas de risco para melhores condições de vida da população, mas sim higienizar regiões de interesse de classes dominantes. E isso é feito através do afastamento de grupos sociais do seu local histórico de direito e de sustento, que empobrecem e atrasam a imagem do desenvolvimento progressista de uma capital amazônica como Boa Vista.

O Estado e as classes dominantes influenciam, assim, na produção da paisagem urbana de forma segregacionista. Moldam o tecido conforme seus interesses e repercutem uma relação de colonialismo dentro da urbe, onde dominador e dominado transformam a paisagem de formas distintas e promovem, no mundo atual, cidades dentro de cidades.

Assim, “quando a expansão das áreas urbanas se intensifica, de modo espontâneo ou planejado, essa noção de centro começa a diluir-se pelo surgimento de uma rede de subcentros que passam a concorrer com o centro principal” (ROSA FILHO, 2018, p. 122). A cidade apresenta, então, uma nova dinâmica de reprodução do espaço urbano, em razão dos conflitos sociais que nela se manifestam.

4.3 A leitura da cidade através da arte

Dentro do PUBV, no Parque do Rio Branco abordado anteriormente, um mural artístico expõe diversas obras de artistas locais e internacionais. Estas pinturas são imagens que em muito dizem sobre processos históricos, relações sociais no contexto do plano urbanístico, práticas espaciais, simbologias, representações do espaço, identidades, espaços de representação e perspectivas sobre o traçado planejado da cidade.

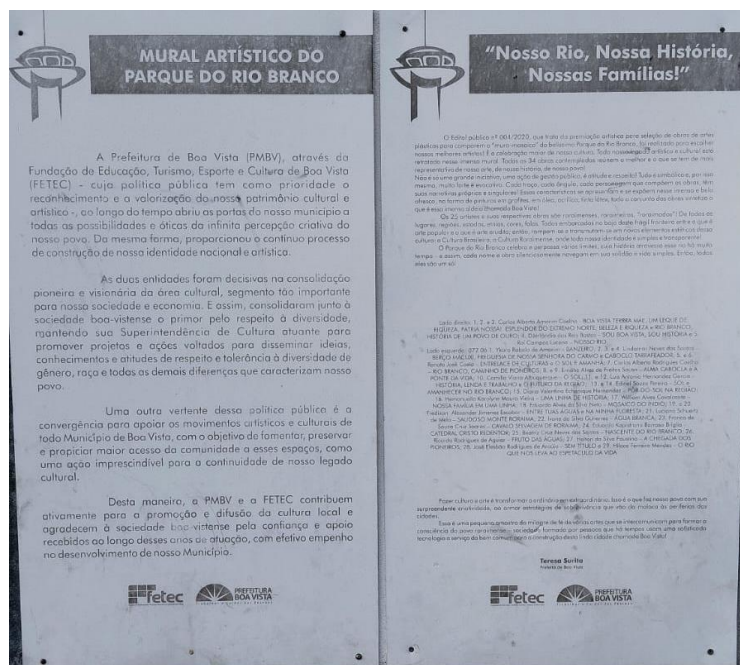
Por serem tão ricas em suas diversidades de olhares, foram escolhidas para serem tratadas neste capítulo como produções locais que permitem o aprofundamento da leitura e análise não apenas do Plano Urbanístico de Boa Vista, mas da relação histórica da cidade e dos seus grupos sociais. Para melhor direcionar o estudo destas imagens, o quadro de variáveis, apresentado na introdução, sugere aspectos balizadores para reflexão das pinturas em questão.

No mural, as pinturas se encontram ordenadas de acordo com seus autores. Na Figura 35, pode-se verificar o quadro apresentado na esquina do mural, que identifica os artistas das obras e uma breve explicação da proposta deste espaço. Segundo o texto informativo da placa, a Prefeitura Municipal de Boa Vista (PMBV), através da Federação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), teve o propósito de construir o mural artístico para fortalecer o “processo de construção da nossa identidade nacional e artística”.

Também apontou que um dos objetivos dessa política pública é apoiar movimentos artísticos e culturais da capital, com o ideal de “fomentar, preservar e propiciar maior acesso da comunidade a esses espaços”, como ação indispensável para a continuidade do “nosso legado cultural”.

O mural foi construído a partir do Edital Público n 004/2020, que tratou da seleção de obras artísticas com a temática “Nosso Rio, Nossa História, Nossas Famílias!”. Os vinte e cinco artistas selecionados preencheram o espaço com trinta e quatro obras que cumpriram com os critérios do edital de “histórico artístico; relação com o tema; potencial de atração turística e venustidade”.

Figura 49 – Placa da PMBV no Mural Artístico do Parque do Rio Branco.



Fonte: Autora (2024).

A partir das variáveis de análise definidas, propõe-se no quadro abaixo reflexões acerca das interações com a cidade a partir da leitura das obras expostas. As representações do espaço e os espaços de representação acontecem, ao mesmo

tempo, de forma particular e conjunta a cada autor, habitante e observador. Por isso, essa meditação escrita é um convite para perceber a cidade através de outros olhares.

É importante salientar que os autores das obras abaixo não foram consultados para interpretação de seus traços. As reflexões aqui propostas partem da observação particular da autora e do incentivo ao leitor de também exercer meditação própria. Como sugestão, um desdobramento interessante desta dissertação seria uma oficina de observação e debate acerca das obras apresentadas, a fim de promover o encontro entre grupos diversos e interessados em se aprofundar na imersão meditativa das representações do espaço e das próprias percepções sobre elas.

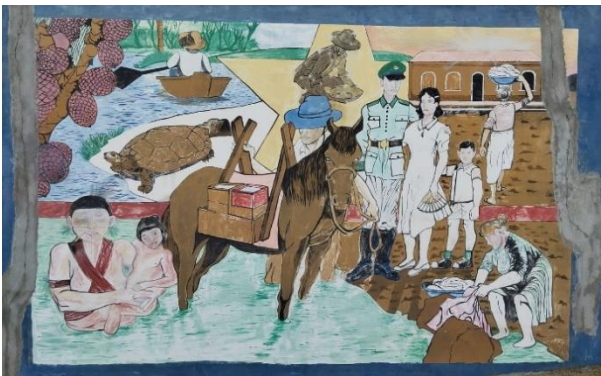
Ademais, devido ao extenso número de obras (34), apenas em algumas são apresentadas reflexões, a fim de não prolongar este trecho do trabalho.

Quadro 2 – Autores, obras e análises no Mural Artístico do Parque do Rio Branco.

Carlos Alberto Amorim Coelho

Obra 1: BOA VISTA TERRA MÃE, UM LEQUE DE RIQUEZA, PÁTRIA NOSSA! / **Obra 2:** ESPLENDOR DO EXTREMO NORTE, BELEZA E RIQUEZA

Obra 3: RIO BRANCO, HISTÓRIA DE UM POVO DE OURO



As obras de Carlos Coelho representam, diretamente, a presença de diferentes grupos identitários desenhados na gênese urbana da cidade (o PUBV e o rio Branco). Os povos indígenas, ribeirinhos, fazendeiros, militares, comunidades tradicionais, junto a fauna e a flora compõem o cenário artístico que revela processos histórico-ocupacionais. É interessante como os títulos se relacionam com as figuras propostas: na primeira, é utilizado o termo “leque”, também comumente empregado pela população local como analogia ao plano urbanístico. Essa comparação já foi tão difundida entre os habitantes que é possível associar o leque como um símbolo representativo da cidade.

Ademais, é como se todas as paisagens do estado, grupos sociais e atividades econômicas se voltassem para o “leque da pátria nossa”. A representação do progresso e desenvolvimento de uma cidade amazônica como Boa Vista é desenhada através das relações identitárias e com o espaço, enaltecidas pelo título. No entanto, não revela os conflitos e subjugações que se desdobram a partir delas.

A segunda figura exalta, em primeiro plano, os povos indígenas e as diversidades naturais como “esplendor, beleza e riqueza” do extremo norte, enquanto a terceira, ainda numa linha semelhante à primeira, em termos de grupos sociais, coloca a atividade garimpeira no centro da estrela dourada presente na bandeira do estado.

Há uma sensação de que as figuras buscam representar harmonia nas relações entre elas, o que é curioso quando se percebe o paradoxo conflitual entre povos locais e as atividades econômicas representadas: os primeiros são postos desfrutando as diversidades e riquezas naturais, enquanto a segunda se baseia em

	<p>práticas exploratórias de desdobramentos históricos-ocupacionais, que continuam atuais e resultam em conflitos entre os grupos identitários.</p> <p>É como se as representações do espaço (o “leque” urbano, o rio, as construções históricas do centro e as diversidades naturais) e o espaço de representação (mural artístico frente ao rio Branco) tentassem exaltar as relações identitárias, mas com apagamento das relações de subalternização e conflitos que transcorrem na malha urbana e não urbana da capital.</p> <p>Percebe-se nestas obras uma relação entre memória e identidade. Ambas estão sujeitas às mudanças e construções que dependem das vivências do coletivo e do individual. Nesse contexto, é possível afirmar que o PUBV é um lugar de memória, bem como representação de uma ou várias memórias, histórias.</p> <p>É interessante como elementos como a arte exercem poder na construção e repercussão dessa memória. Os símbolos e elementos utilizados, as cores e as relações entre os retratos desenhados constroem, ao mesmo tempo, histórias e esquecimentos. A arte, como imagem, torna-se um instrumento de poder, que coloca à disposição da sociedade memórias e identidades construídas.</p> <p>Assim, artistas e observadores interpretam e reinterpretem o passado e o presente, como também imaginam o futuro, através de uma relação entre vivências e símbolos que se conectam às lembranças. Estes símbolos, construídos não apenas através de obras como as do Parque do Rio Branco, mas também por meio da disposição de estátuas, edifícios e espaços, fortalecem o poder do Estado no processo de domínio e controle territorial.</p>
<p>Djerlândia dos Reis Bastos Obra 4: SOU BOA VISTA, SOU HISTÓRIA</p>	



Na obra de Djerlândia Bastos é interessante como se dá as representações do espaço através de símbolos que marcam os espaços de representação, que contam a história da cidade, como o rio Branco, a Ponte Macuxi, o Monumento ao Garimpeiro, a Igreja Matriz e o Portal do Milênio. À primeira vista, o principal atrativo desta obra é a conexão representada entre o Monumento ao Garimpeiro e ao rio Branco. O primeiro é símbolo de um grupo identitário que marcou a história e atividades econômicas do estado, mas que também fizeram parte de diversos conflitos socioambientais que continuam nos dias atuais. O segundo é o berço e origem da cidade e seu povo, a principal fonte de recursos e o símbolo primário da capital Boa Vista.

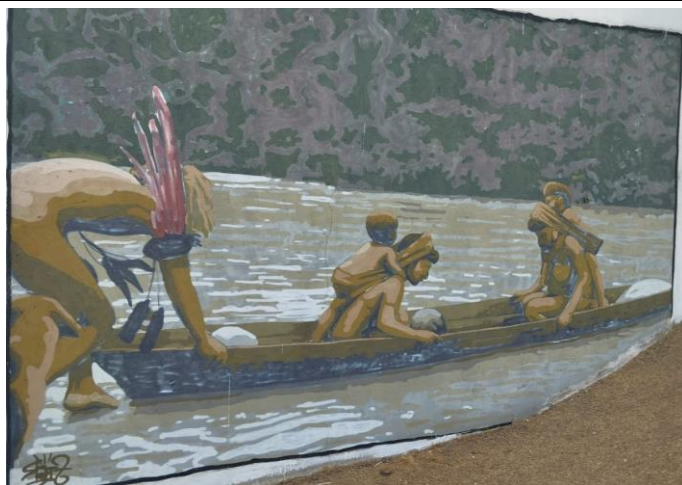
Nesta obra, o garimpeiro derrama ouro por sua bateia, que ao mesmo tempo que se mescla com as águas do rio, também parece transmitir a ideia de nascente do mesmo. Nesse recorte é possível traçar algumas interpretações principais: a atividade garimpeira e o grupo que a representa proporciona riquezas que se mesclam às riquezas naturais como o rio Branco, conferem à ele o aspecto dourado que percorre pelo território e multiplica o progresso e desenvolvimento (representação da Ponte dos Macuxis), como também reforçam elementos tradicionais (a fauna, flora e os barcos); Ou a atividade garimpeira e o grupo identitário derrama sobre o rio a poluição provocada, conferindo-o aspecto amarelado também adquirido pelos rios contaminados por mercúrio.

Dentre essas e outras perspectivas que os observadores podem ter ao observar esta obra, não se sabe a real intenção da autora, uma vez que não foi questionada para este trabalho. No entanto, se nota, mais uma vez, como as simbologias constroem diferentes narrativas que apagam ou revelam conflitos territoriais, sociais e ambientais.

É por meio deste poder que a justificativa da gestão municipal de fomentar o acesso à cultura em espaços abertos à toda população vai muito além deste intuito. A análise aqui feita não se posiciona contra o acesso e disseminação da arte e cultura, mas objetiva instigar reflexões acerca da escolha do governo por determinadas imagens, que contam histórias a céu aberto à população.

Raí Campos Lucena

Obra 5: NOSSO RIO



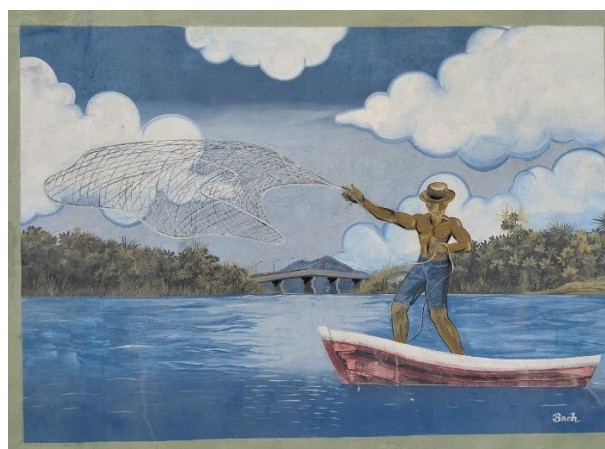
Lindomar Neves dos Santos

Obra 7: BERÇO MACUXI / Obra 8: FREGUESIA NOSSA SENHORA DO CARMO / Obra 9: CABOCLO TARRAFEADOR

Ykaro Rabelo de Amorim

Obra 6: BANZEIRO





Renato José Costa

Obra 10: ENTRELACE DE CULTURAS / Obra 11: O SOL E AMANHÃ



Carlos Alberto Rodrigues Coelho

Obra 12: RIO BRANCO, CAMINHO DE PIONEIROS

Na primeira obra de Renato Costa também são representados os diferentes grupos identitários que fazem parte da história do estado. O próprio título reforça o “entrelace de culturas” e o posicionamento deles no plano urbanístico e frente ao rio, com a chegada dos “pioneiros”.

Na segunda imagem, é interessante como o plano urbanístico se mescla com a simbologia do sol, ressaltada no título da obra. É como se da praça do centro cívico partissem os raios solares designados pelas principais vias arteriais. Curiosamente, essa representação e interpretação do plano também foi abordada por um dos entrevistados, apresentada no subcapítulo seguinte.

As obras de Renato Costa possuem a linha do horizonte muito bem definida, que se mostra como uma separação entre dois planos. Na pintura “O Sol e Amanhã”, os indígenas e as famílias que chegaram na região se encontram abaixo da linha do horizonte, navegando pelo rio que se mescla com o plano terreno onde as primeiras edificações e atividades econômicas foram desenvolvidas. Acima da linha do horizonte, o sol e a figura do plano urbanístico se mesclam em um só símbolo, que sob análise do título, provavelmente representam o futuro de Boa Vista. Esse “amanhã”, como demonstrado na primeira obra, se construiu sobretudo com a diversidade de povos e culturas.

É como se o passado ficasse abaixo da linha do horizonte, no plano terrestre, enquanto o futuro se coloca acima, no plano celeste. As simbologias solares e culturais abrem margem para outras leituras, percepções e intenções do desenho urbano. A representação do espaço constrói, assim, memórias e lugares que também projetam o futuro.

Ernane Alves de Freitas Sousa

Obra 13: ALMA CABOCLA / Obra 14: A PONTE DA VIDA



Camilla Viana Albuquerque

Obra 15: O SOL



Luis Antonio Hernandez Garcia

Obra 16: HISTÓRIA, LENDA E TRABALHO / Obra 17: O FUTURO DA REGIÃO



Edinel Souza Pereira

Obra 18: SOL / Obra 19: AMANHECER NO RIO BRANCO



Diana Valentina Echenique Hernandez

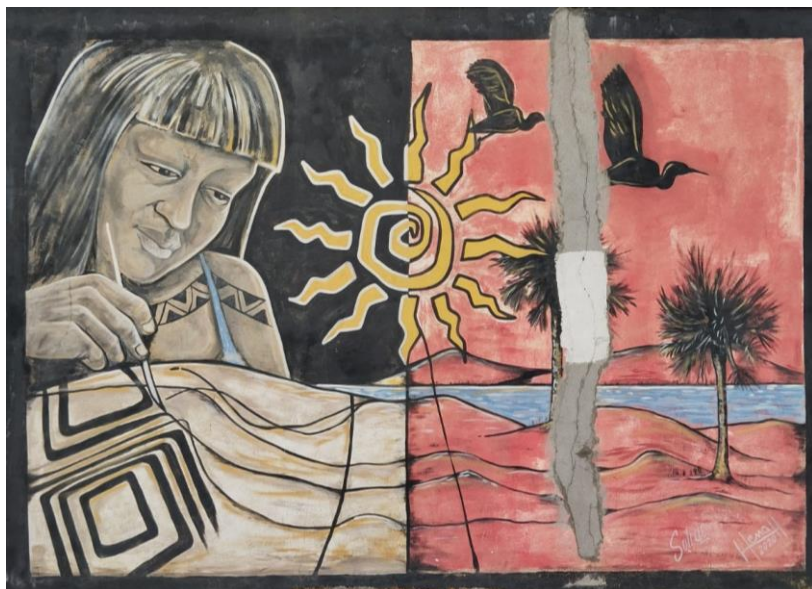
Obra 20: PÔR-DO-SOL NA REGIÃO





Hemanuella Karolyne Moura Vieira

Obra 21: UMA LINHA DE HISTÓRIA



William Alves Cavalcante

Obra 22: NOSSA FAMÍLIA EM UMA LINHA

A obra de Hemanuella Vieira é particularmente intrigante pelas diferentes mensagens que podem ser transmitidas. O primeiro ponto de atenção notado foi a nascente do rio partir do corpo da indígena representada. Essa representação pode ser interpretada de diferentes formas. Primeiramente, a relação identitária, histórica e de nascimento construída entre símbolos principais da região: o indígena e o rio. É como se ambos não pudessem ser dissociados ou dependessem um do outro para existir.

A linha desenhada pela indígena traça o terreno e ao mesmo tempo pinturas corporais. O plano terrestre parece se mesclar e evidenciar a relação entre corpo e território. O título “uma linha de história” provavelmente ressalta o protagonismo indígena na memória e construção da região, bem como sua cosmo visão a respeito da Terra.

Claramente planos são definidos entre povos e território. A paisagem sem intervenções urbanas e as cores áridas parecem contar o passado e o possível futuro. A representação do espaço, aqui, não se dá pelo plano urbanístico, mas pelo corpo e natureza, evidenciando história e relações socioambientais muitas vezes apagadas pela cidade e suas simbologias.

Eduardo Alves da Silva Neto

Obra 23: MOSAICO DO ÍNDIO



Fredixon Alexander Jimenez Escobar

Obra 24: ENTRE TUAS ÁGUAS / Obra 25: NA MINHA FLORESTA



Luciana Schuertz de Melo

Obra 26: SAUDOSO MONTE RORAIMA



Ivone da Silva Gutierrez

Obra 27: ÁGUA BRANCA



Franco de Souza Cruz Soares

Obra 28: CAVALO SELVAGEM DE RORAIMA



Eduardo Kapistrano Barroso Briglia

Obra 29: CATEDRAL CRISTO REDENTOR



Beatriz Cruz Neves dos Santos

Obra 30: NASCIMENTO DO RIO BRANCO



Um ponto de interesse na obra de Beatriz Santos é a relação do seu título com a representação artística. Intitulado “Nascimento do rio Branco”, a obra representa o encontro das águas do rio Uraricoera com o rio Tacutu, que juntos formam o rio Branco. Nesse mesmo encontro, Beatriz representou uma família indígena e possivelmente uma família tradicional ou “pioneira”.

Uma provável insinuação é que o encontro de diferentes povos provoca o nascimento de outras histórias, espaços e relações, assim como a junção de diferentes rios. Assim, na obra de Beatriz, as identidades se entrelaçam com os processos históricos-ocupacionais sob outras perspectivas e se relacionam com o principal embrião da região: o rio Branco.

Ricardo Rodrigues de Aguiar

Obra 31: FRUTO DAS ÁGUAS



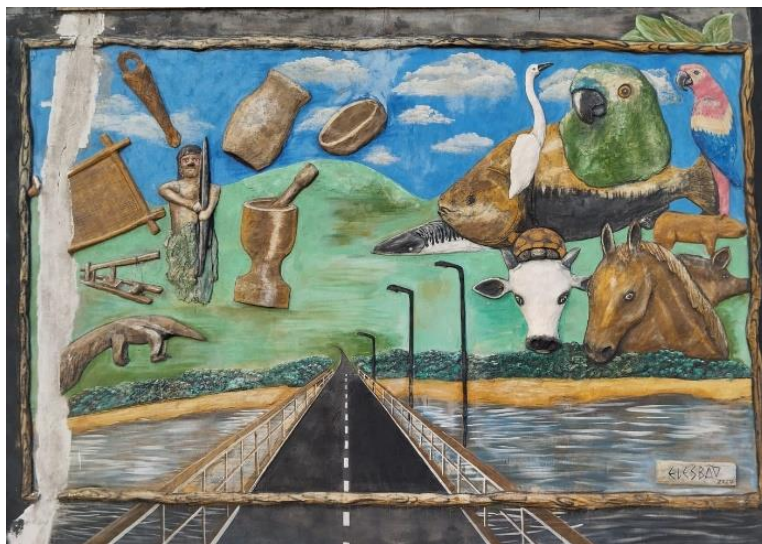
Helton da Silva Faustino

Obra 32: A CHEGADA DOS PIONEIROS



José Elesbão Rodrigues de Araújo

Obra 33: SEM TÍTULO



Hílce Ferreira Mendes

Obra 34: O RIO QUE NOS LEVA AO ESPETÁCULO DA VIDA



Fonte: Mural Artístico do Parque do Rio Branco em Boa Vista-RR (2024).

Como observado, as obras expostas no mural artístico do Parque do Rio Branco contam em diversas perspectivas trechos históricos da formação da cidade, representam grupos identitários, evidenciam simbolismos e enaltecem as riquezas naturais da região. Em mais da metade delas, o rio Branco é diretamente retratado, seja como veículo da mescla de diferentes povos, ou cenário de atividades econômicas, ou como espaço de lazer e vida cotidiana. Nas outras obras em que não é retratado diretamente, sempre está presente por meio de outros elementos que o remetem. Com a seção a seguir deste trabalho, apresentam-se experiências e olhares compartilhados pelos participantes, que enriquecem o caminho das observações e meditações acerca da cidade e do PUBV.

4.4 Boa Vista sob os relatos de seus habitantes

A principal intenção das entrevistas se baseou em escutar as vivências, compartilhadas pelos participantes, com e em Boa Vista. Essas experiências muito dizem sobre as relações sociais, a história e a maneira de cada um de viver a cidade. É, sobretudo, neste olhar que as interações socioespaciais acontecem. Aprofundar esta perspectiva é essencial para, ao menos, começar a entender o urbanismo na Amazônia e propor outras visões à luz da epistêmica decolonial.

Para tanto, cada entrevista foi iniciada sob a mesma explicação dada anteriormente. O tema desta dissertação, relacionado a conflitos urbanos e decolonialidade, era explicado apenas ao final de cada conversa, a fim de não influenciar respostas ou pensamentos durante os diálogos.

O roteiro, presente no Apêndice I deste trabalho, serviu como guia para as entrevistas. Todavia, os participantes eram avisados da importância da liberdade para compartilhar qualquer experiência que julgassem necessárias. E assim, para cada caso, também surgiram novas perguntas que iam ao encontro dos trajetos tomados pelos diálogos.

A fim de preservar a identidade de cada participante e colaborador da pesquisa, os nomes atribuídos aos relatos são fictícios. No entanto, foram evidenciadas as idades, profissões e contextos sociais inerentes a cada um, pois são importantes para meditações acerca das relações identitárias com o espaço urbano.

De acordo como Apêndice I, as primeiras perguntas se destinavam a obter informações básicas sobre o entrevistado, como nome completo, idade, local de nascimento, religião, profissão e afins. A partir da pergunta número nove e em diante, a entrevista se aprofundava na temática de relação e vivências com a cidade, bem como percepções acerca de alguns espaços e edifícios.

Ao longo das entrevistas, percebi também que algumas perguntas não funcionavam, como a “*como você imagina que Boa Vista seria se não tivesse ocorrido a colonização da região e as frentes migratórias?*”. Isso gerava certa confusão e dúvida e me via na necessidade de explicar melhor onde eu gostaria de chegar com esta pergunta. No entanto, isso terminava por induzir um pouco das respostas.

Para tanto, modifiquei a questão para exemplos “*como você imagina Boa Vista no passado e como a imagina no futuro?*”. O interessante é que, de toda maneira, as

respostas evidenciavam conflitos e urbanidades que se desdobraram do processo colonizatório, e repercutem até hoje através da territorialidade do poder exercida pelo Estado.

Bárbara – 42 anos, venezuelana, agente humanitária e artesã.

“Foi interessante chegar e entender como funcionava a cidade... você comentou sobre o formato de leque da cidade. Eu vejo como o formato de sol, na verdade. Isso que me fez entender mais como funciona, eu acho interessante o fato que, como o sol, ele abre e nessa abertura tem ruas paralelas ou perpendiculares. Para mim, isso fez compreender como a cidade funciona. Pelo que eu compreendo até agora, ela surgiu no centro da cidade, na parte histórica, de onde o sol abre. E no transcorrer do tempo, ela foi crescendo e foi perdendo esse formato de sol, ele brilhou tanto que foi desvanecendo.

Esse fato eu não consigo compreender em outras cidades que já visitei, por mais que eu olhe o mapa, em outras cidades que já visitei aqui no Brasil elas não conseguem ter um formato que, para uma pessoa que chega, consiga entender como funciona. Brasília é outra história, porque realmente já tentaram me explicar o formato de avião, mas até hoje não consigo enxergar aquele formato de avião.”

A forma como Bárbara se referiu ao Plano Urbanístico de Boa Vista foi diferente de todas as outras entrevistas realizadas. Curiosamente, para ela o traçado não possui semelhança com um leque, como comumente é propagado. Assim como a obra “O Sol e Amanhã”, de Renato José Costa, no Mural Artístico do Parque do Rio Branco, o PUBV se irradia pela cidade como raios solares.

Ao dizer que estes raios brilharam tanto que desvaneceram, é possível meditar a fala de Bárbara com a ideia de progresso defendida na construção do território. Todo o planejamento elaborado para o urbanismo da capital se estendeu somente até certo ponto, sob o ideal de ocupação, desenvolvimento, progresso e domínio. Depois, as demais regiões da cidade se formaram sem planejamentos prévios, focadas nas ocupações sob incentivos políticos.

Ou seja, até onde os raios brilharam dentro do PUBV, se irradiou uma ideia de progresso fomentada pelos desdobramentos do colonialismo, subjacente ao ser, ao saber e ao poder territorial. Em seguida, com o surgimento de diferentes cenários e problemáticas socioambientais, provenientes, especialmente, da exclusão de grupos

sociais da ideologia progressista, o sol se desvaneceu e no lugar dos raios deram luz aos conflitos e desigualdades sociais.

A representação do espaço toma formas e analogias diferentes para cada habitante que a vivência, dando voz e olhar a outros discursos e associações ao traçado urbano. Apesar de algumas narrativas tendenciosas serem propagadas pelo poder público, as experiências pessoais e sociais são determinantes e transformadoras para as perspectivas construídas.

Em continuação, Bárbara compartilhou que já teve a oportunidade de morar em outras cidades do Brasil. No entanto, prefere continuar em Boa Vista por considerá-la *“uma cidade muito tranquila, segura, que dá para criar os filhos, que tem fácil acesso à escola, saúde. A única coisa que eu reclamo é o clima, que aqui é muito quente.”* Além disso, também associa Boa Vista com sua cidade natal em Venezuela, Puerto Ordaz, que, para ela, são cidades parecidas. Talvez, a sensação afetiva de estar, atualmente, em uma cidade parecida com sua casa, seja um fator tão relevante quanto para permanecer e criar memórias afetivas.

Quando questionada sobre os espaços ou edifícios que considerava importantes, ela citou lugares que julga como pontos referenciais para se localizar dentro da cidade. A primeira resposta apontou a torre telefônica da Embratel, no centro da capital, que pode ser vista de diversos lugares da cidade. Devido a essa visibilidade, Bárbara tomava a torre como um norte quando se deslocava entre os bairros, quando ainda não conhecia bem a cidade.

Figura 50 - Torre da Embratel vista da Praça da Cultura.



Fonte: Autora (2024).

Depois, outros espaços também se tornaram pontos de referência na perspectiva dela, como o Parque Anauá e a Orla Taumanan. Por serem espaços e construções que a ajudaram a se localizar nos deslocamentos dentro do tecido urbano, Bárbara os considera até hoje como pontos importantes para a cidade.

Quando questionada sobre espaços que a remetem ideia de poder ou prestígio, ela respondeu *“a bola do centro cívico e todos os edifícios que o rodeiam, pela forma como estão localizados um perto do outro e o formato dos prédios. São prédios grandes sem serem altos, que dão a impressão que eu não posso entrar de bermuda e chinelo.”*

É curiosa esta associação feita por Bárbara em relação a vestimenta. Culturalmente, entendemos que em locais mais “sérios”, frequentados por pessoas “mais importantes” ou com atividades de maior “poder”, não podemos adentrar com qualquer tipo de vestimenta. Apesar de ela não saber dizer, exatamente, o que cada prédio desse é e as atividades que ocorrem neles, o posicionamento urbano e a arquitetura deles transmitiu mensagens e interpretações atreladas à ideia de poder e influência.

Quando se reflexiona pensamentos como este sob a ótica decolonial, percebe-se que os espaços representativos de poder transmitem e reproduzem, de diferentes formas, a sensação de dominação e opressão como herança do colonialismo. Estes espaços, muitas vezes institucionalizados, refletem uma hierarquia que privilegia certas identidades e saberes em detrimento de outros, perpetuando assim relações de poder desiguais.

Por isso, é importante instigar olhares decoloniais para estes espaços, a fim de questionar não apenas quem detém o poder, mas também como esse poder é exercido e legitimado, sobretudo dentro da cidade e espaços que constituem a vida de seus habitantes. É preciso desafiar as narrativas hegemônicas que sustentam tais estruturas.

Além disso, a perspectiva decolonial enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar os conhecimentos e as formas de organização social das comunidades marginalizadas, muitas vezes silenciadas e subalternizadas pelos sistemas coloniais. Isso implica em uma reconfiguração dos espaços representativos de poder para incorporar uma diversidade de vozes e experiências, promovendo assim uma verdadeira democratização do poder.

Dessa forma, estes espaços podem ser reutilizados de maneiras diferentes, a fim de promover uma democratização que não se limita apenas à inclusão simbólica, mas também que representa uma redistribuição efetiva do poder e dos recursos. Também, sob a perspectiva decolonial, é possível criar espaços representativos, que sejam genuinamente inclusivos e democráticos, que envolvam a construção de instituições e práticas políticas que valorizem a diversidade.

É essencial garantir autonomia e autodeterminação dos grupos sociais historicamente marginalizados. Assim, a visão decolonial dos espaços representativos de poder busca não apenas desmantelar as relações coloniais de opressão, mas também criar condições para a emergência de novas formas de governança que sejam verdadeiramente emancipatórias e igualitárias.

Por fim, quando questionada por suas preocupações em relação ao espaço urbano da capital, respondeu que: *“eu participei de uma reunião do plano diretor e me chamou muita atenção a questão do clima e como ele é pensado quando faz o desenvolvimento da parte urbana da cidade, então isso me preocupa. Como que a gente consegue desenvolver uma cidade considerando uma situação que consegue*

ser bem tensa como aqui, que no caso é o calor. Como eu posso fazer um prédio alto, mas que ao mesmo tempo dará sombra?”

A preocupação de Bárbara, atrelada a sua reclamação reportada no início, demonstra a apreensão de parte dos moradores quanto a qualidade climática das cidades amazônicas. O “desenvolvimento” implantado na região pouco considera características locais fundamentais para a qualidade de vida e preservação ambiental. Participar das discussões promovidas pelo Plano Diretor acerca do tema revela o interesse populacional em se informar e contribuir para o “desenvolvimento amazônico”, sem desconsiderar as particularidades locais.

Felipe – 26 anos, roraimense, designer gráfico e estudante de arquitetura e urbanismo.

Na sua participação, Felipe compartilhou que nasceu e sempre viveu em Boa Vista, apesar de toda a sua família ser de Fortaleza, Ceará. Por ter um núcleo familiar católico, sempre teve contato direto com as igrejas da cidade e por elas desenvolveu apreciação, mesmo considerando-se agnóstico.

No entanto, quando perguntado sobre espaços e/ou edifícios que o remetesse a ideia de poder, Felipe mencionou o prédio da Assembleia Legislativa de Roraima, localizada na rotatória do Centro Cívico. Para ele, trata-se de um “*edifício intimidador, pelo tamanho, estilo, as colunas...é muito grande!*”

É interessante perceber como os participantes se referem ao tamanho deste prédio, mesmo quando não é verticalizado. Determinadas técnicas no desenho arquitetônico são capazes de conferir a impressão de monumentalidade, atrelada às proporções e traçados modernos que conferem identidade e personalidade ao edifício. Identidade esta também atrelada ao grupo social que o frequenta.

Novamente, sob o olhar de outro participante da pesquisa, os espaços representativos de poder repercutem seu domínio e soberania através do emprego de diferentes ferramentas estratégicas. Utilizar recursos arquitetônicos, por exemplo, que representem apenas os grupos detentores de poder, fortalece a des-democratização do espaço e a subjacência do ser através do territorialismo.

A perspectiva decolonial surge, então, para adentrar em todas as áreas de interesse, sendo capaz de elucidar ideias que reformulem, no caso deste participante, a arquitetura e o urbanismo empregado nas cidades. É importante quebrar os

discursos hegemônicos de diferentes esferas e, sobretudo, no ensino daqueles que serão pesquisadores e atores diretos na transformação da cidade.

Assim, de acordo com Tarcisio Oliveira e Caryl Lopes (2018), a monumentalidade é um fenômeno universal, presente nas cidades reais, cidades idealizadas e planos não realizados. Sobretudo, é tratada como opção para modelos urbanos e como elemento denotador de significados políticos, econômicos e sociais. Passa, então, a também ser empregada como ferramenta para demonstrar a colonialidade e poder sobre o território, através de espaços representativos de poder, representações de influência e formulação de simbolismos territoriais.

Este recurso, utilizado desde as cidades antigas, como apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, permanece historicamente empregado para também impor e representar centralização de poderes na malha urbana. No caso de Boa Vista, essa intenção se fortalece pela posição do edifício, no ponto central da cidade e cercado por outros edifícios também monumentais, simbólicos e identitários, como mostra a Figura 15.

Ademais, assim como Bárbara, Felipe se preocupa com os impactos climáticos causados pelo crescimento urbano da capital. Para ele, a Boa Vista do passado *“tinha uma malha bem respirável, antes a cidade respirava mais”*. Agora, propaga-se *“com ruas desordenadas”*, que na perspectiva de Felipe comprometem a *“respiração”* da capital.

Perceber a cidade como um organismo *respirável* levanta não apenas diferentes olhares para a malha urbana, como também revela, novamente, a preocupação de seus moradores com a qualidade climática. É interessante como o discurso ambiental que permeia a região Amazônica, geralmente baseado na preservação da floresta, transpassa esta esfera para o panorama urbano, onde, mesmo sem citar recursos naturais, a população percebe e apresenta a necessidade de um desenvolvimento climaticamente e ambientalmente consciente. Assim, mais uma vez se fortalece, conscientemente ou subconscientemente, a ideia de cidades-floresta anteriormente apresentada.

Viviane – 25 anos, roraimense, instrutora de pintura e artesã.

“Eu creio que, a gente culturalmente, a gente tem um apagão cultural na cidade. Você não consegue conhecer a tua própria cultura. Eu já cheguei em sala de aula e

perguntei “de onde a gente veio? Qual é a culinária regional daqui?” E você não vê uma pessoa falando que é a damurida, que a gente veio pela migração aqui, até porque eu vejo que as pessoas aqui são muito xenofóbicas, sabendo que a gente é migrante também, a gente nasceu do fruto de migrações. Eu fico pensativa, assim sabe, meu deus, o povo não está sabendo sua própria história? E quando a gente fala da nossa caracterização eu vejo que somos um povo miscigenado..., mas a gente tem que entender que somos fruto de migrações né”.

Quando perguntei por que a participante acreditava neste apagamento cultural, ela respondeu:

“Quando a gente fala sobre apagamento cultural, a gente fala sobre poder público, porque ele tem esse poder. Por que o poder público destrói um museu onde tem a história do estado?...Eu creio que a política local tem como dar o conhecimento a população, sim, e eu vejo que eles não fazem isso. Eu acho que realmente o estado e Boa Vista não valoriza muito a cultura local, o que faz com que ele fique com uma defasagem... O poder público perde quando ele corta cultura”.

O apontamento de Viviane sobre o apagamento cultural, proporcionado pela cidade e pelo Estado, se relaciona diretamente com as sensações de pertencimento, bem como afeta o conhecimento histórico da formação do espaço. Sob a ótica decolonial, esse apagamento cultural e histórico da formação da cidade perpetua a invisibilidade e a marginalização das culturas e dos povos que foram subjugados pelo colonialismo, dificultando assim a construção de uma identidade urbana verdadeiramente inclusiva e plural.

Ao ignorar as narrativas e os legados das comunidades colonizadas, as cidades reproduzem e reforçam as hierarquias de poder que historicamente privilegiaram os colonizadores e seus descendentes. Isso se reflete não apenas na falta de representação dessas comunidades nos espaços públicos e instituições culturais, mas também na própria estrutura urbana, que muitas vezes reflete uma visão eurocêntrica e colonial do espaço.

Essas relações, atreladas às miscigenações e migrações citadas pela participante, também se confundem com as dinâmicas identitárias proporcionadas pelo urbano. As relações sociais e os conflitos que se desdobram delas não percebem, ao todo, a repetição de ciclos e desdobramentos coloniais. No período de invasão e ocupação do território, os migrantes buscavam por melhores condições de vida e

estabelecimento de poder. Nessa tentativa, impuseram modelos e preconceitos aos povos originários e tradicionais que aqui habitavam.

Com o passar das décadas, a memória e a cultura da população local foram apagadas e substituídas pela narrativa vencedora. Ao mesmo tempo, as novas levas migratórias despertaram diferentes sentimentos de pertencimento de grupos estabelecidos no estado há mais tempo. Em uma disputa territorial entre identidades, a xenofobia em Roraima se propaga de migrante para migrante.

Quando questionada sobre os espaços da cidade que considera como principais, Viviane respondeu que a incomoda o esquecimento, abandono e degradação de edifícios históricos, como a Casa da Cultura. Ao mesmo tempo, apontou o edifício residencial Varandas do Rio Branco como destaque para o urbano, *“porque tem algo muito interessante quando a gente fala sobre o rio Branco, né? Uma casa ela é valorizada quando é de frente ao rio... isso é muito interessante, porque ocorre no litoral, em outros estados. Você ter uma vista para o rio se torna um privilégio, é algo muito elitista. E ele (o prédio) inclusive fica no bairro mais elitista da cidade, o bairro Caçari. Se você quer algo mais caro, ele fica na beira do rio ou de uma praia”*.

Assim como afirmam José Oliveira e Tatiana Schor (2009), quando citam a orla da Ponta Negra, em Manaus, como exemplo característico da desigualdade social e urbana em cidades amazônicas. Morar em apartamentos de alto padrão de frente para o rio é inovador na cidade, especialmente quando ela cresceu de costas para o rio. Ou seja, ter essa proximidade é privilégio para poucos que podem pagar.

O Estado, ao impor o crescimento das cidades amazônicas de costas para o rio, evidencia, assim, uma relação de mão dupla de interesses. Primeiro, as elites dominantes negam, de forma colonial, as experiências existentes e atreladas à vida conjunta com os cursos d'água. Depois, elas se apropriam economicamente e simbolicamente do valor que esse rio, inicialmente negado, produz mais à frente.

Ou seja, sob a ótica decolonial, relações deste tipo evidenciam como o colonizador domina e transforma características das comunidades locais, a fim de impor maneiras de ser, saber e de poder. Para, então, promover apagamentos e apropriações que conduzem as massas a um domínio planejado, em diferentes esferas, e fortemente incrustado em todas as camadas da cidade. Assim, o colonialismo territorial nas cidades amazônicas destrói e subjuga as diversidades culturais e de saberes dos povos tradicionais que detém conhecimento sobre a região.

E, como consequência, transforma espaços, antes singulares, em modelos que visam atender demandas e imposições globais.

Quando questionei essa relação urbano-arquitetônica com o rio, citando como exemplo o antigo bairro Caetano Filho, Viviane compartilhou: *“eu refleti isso muito na minha pesquisa de trabalho, sobre a questão do bairro Caetano Filho. Quando a gente via esse bairro, todo mundo falava que era um bairro de tráfico, que todo ano alagava. Por quê? Porque não tinham uma estrutura, ele não foi ligado à estrutura da cidade, foi um bairro de nascimento onde a classe mais pobre morava ali, no começo. E eles eram um bairro realmente de frente para o rio, mas será que eles tinham toda a organização para viver de frente na beira do rio? Será que a prefeitura se importava com aquele bairro? E quando a gente pensa sobre o bairro Caetano Filho, ele era um bairro centenário da cidade, um bairro muito antigo, um dos mais antigos da cidade, por que ele não foi tombado? Então quando a gente pensa no bairro Caetano Filho eu acho que muita gente não deve saber que o nosso mirante era o bairro Caetano Filho.*

O Parque do Rio Branco é um parque lindíssimo, realmente um parque sensacional. Mas ali, e a história que carrega por trás daquela região toda? Morava uma população ali. E você acha que essa população foi colocada para bairros mais próximos? Não, elas foram realocadas para bairros muito mais distantes dos seus trabalhos”.

Quando questionada sobre o espaço ou edifício que remetesse a ideia de poder, mais uma vez outro participante apontou o mesmo: a Assembleia Legislativa de Roraima. No entanto, Viviane também atrelou as atividades que acontecem em frente ao edifício, a exemplo de protestos e manifestações de diferentes razões. Em sua fala, Viviane demonstra que o espaço urbano dessa região é também utilizado pelo povo para expressar seu poder, *“porque ali é que está o poder do estado e a verba das políticas públicas”.*

Viviane também compartilhou sua preocupação acerca da urbanização de Boa Vista, especialmente atrelada ao *“aumento do preço dos terrenos e habitações, que não garantem o direito apropriado de moradia a diversos grupos sociais”.* Como consequência, ela apontou as ocupações espontâneas que surgem nas áreas periféricas da cidade, muitas vezes também chamadas de *“ocupações irregulares”*, por se localizarem em áreas de risco ou proteção ambiental.

Esse apontamento levanta um dos principais desdobramentos do colonialismo e das políticas de colônias agrícolas empregadas na Amazônia: a questão fundiária.

A concentração de grandes quantidades de terra nas mãos de poucos, ou a supervalorização urbana de determinadas regiões, em razão dos mesmos grupos sociais, colocam à margem as populações expropriadas que, por necessidade, servem ao capital instalado na região.

Juliano – 68 anos, carioca e pesquisador de um importante instituto de estudos socioambientais na Amazônia

Juliano chegou em Roraima há mais de 40 anos e morava em um barraco de madeira, no Bairro dos Estados, com sua companheira da etnia Wapichana. Considerava a Boa Vista antiga como uma vida do campo, com acolhimento e relações sociais mais próximas. As pessoas pescavam juntas, iam às festas nas fazendas e a hospitalidade era muito maior.

Conforme seus amigos dessa época se mudaram, novos vizinhos chegaram e causaram desconforto, com modos de vida diferentes dos quais estava habituado. Então se mudou para um bairro diferente, mais nobre (Caçari), e hoje não possui relação com a sua vizinhança.

“Após as invasões garimpeiras na Terra Indígena Yanomami, eu vi uma cidade pacata, tranquila, acolhedora, se tornar em uma cidade violenta, muito violenta, baseada no crime, prostituição, tráfico. Me senti agredido com o crescimento desordenado da cidade”.

É interessante como Juliano, e próximos participantes que habitam há mais tempo na capital, vivenciaram essas transformações de relações sociais com os grupos que os cercavam. A cidade pequena, interiorana e pacata era provedora de relacionamentos mais consistentes e presentes. Ao mesmo tempo, o governo aplicava políticas de ocupação sob o discurso de vazio demográfico. Apesar dos números populacionais comparativos, as pessoas que aqui habitavam não se sentiam em nada isoladas.

Com o crescimento da cidade, não apenas os edifícios e espaços se tornaram distantes, como também as relações e amigos. Agora, de todos os entrevistados, nenhum se relaciona com seus vizinhos ou compartilha momentos com moradores do bairro. Alguns até não conhecem quem mora ao lado. O que significa, então, para o governo, preencher um território com pessoas, ao mesmo tempo que enfraquece as relações entre esses grupos?

Para Juliano, as casas do bairro onde mora atualmente são os espaços e edifícios que o remetem à ideia de poder. *“As casas do Caçari parecem verdadeiros palácios e estão ligadas ao crime e rede de tráfico estabelecidos na região”*. Mais uma vez, a arquitetura e o urbanismo são instrumentos de valorização do terreno e demonstração da influência de seletos grupos sociais. O monumentalismo se expressa nestas residências, com o objetivo de representar o poder e capital dos que comandam a cidade.

Quando perguntei o que o preocupava no espaço urbano de Boa Vista, respondeu: *“uma coisa que sempre me preocupou aqui foi a questão ambiental. Se você pegar imagens da década de 1940, eram lagos e igarapés para tudo quanto é lado. Então o sistema de drenagem aqui está todo comprometido. O bairro Buriti foi montado em cima de um lago imenso. O sistema de escoamento de água é algo que me preocupa. Ao invés deles melhorarem o sistema de drenagem, acabam aterrando os lagos”*.

Mais uma vez, características ambientais inerentes à Amazônia, como os extensos recursos hídricos, são postas em conflito com o crescimento urbano. A relação da população com os rios é deturpada em razão da urbanização.

Povos tradicionais que moram (ou moravam) às margens dos cursos d'água são marginalizados e subjugados; grupos detentores de capital se apropriam de regiões da mesma natureza, mas com perspectiva totalmente contrária, de valorização e prestígio quando em contato com o rio; e, ao mesmo tempo, na imposição de um “desenvolvimento amazônico”, rios, igarapés e lagoas são aterrados ou canalizados, para que a malha urbana se sobreponha.

Jasmim – 75 anos, roraimense de família centenária na região.

“Meu bisavô veio comandar o Forte São Joaquim, ele era de Mombaça, Ceará, chegou em 1852. Já chegou casado com a minha bisavó, ela é de Jaguarão, Rio Grande do Sul. Olha o choque cultural. Chegaram aqui já com 5 filhas mulheres, o vovô já nasceu aqui, e outro mais novo, o Adolfo, também já nasceu aqui, no Vale do Rio Branco, na freguesia Nossa Senhora do Carmo, que foram os primeiros religiosos que chegaram aqui, que fundaram várias missões com o objetivo de catequizar os índios”.

Jasmim é proveniente de uma família centenária na região, que chegou à Boa Vista há mais de dois séculos. Por esse motivo, sua participação nesta pesquisa foi rica de histórias de diversas gerações, nas quais sua família se mesclava e atuava, diretamente, no processo de formação do estado de Roraima.

“[...] E assim a nossa cidade foi crescendo, eu digo sempre que ela nasceu como freguesia, passou a infância como vila, né, aí entrou na puberdade em 1890 como município do Vale do Rio Branco do estado do Amazonas. Aí vai crescendo a cidade, vão construindo, era muito difícil chegar aqui. Só tinha a nossa estrada natural que é o nosso bendito, glorioso e suntuoso Rio Branco. Não tinha outra estrada.

[...] Minha irmã retratou o biso e a bisca chegando no Forte São Joaquim, chegando de canoa coberta de palha, porque não existia nem motor a vapor. Tu imagina quanto tempo eles saíram do estado do Amazonas, de Manaus, subindo o rio Negro, entrando pelo Solimões, entrando no Rio Branco, com remo de voga, esse que faz as duas mãos ao mesmo tempo remando. E assim eles chegaram até o Forte São Joaquim. Agora volta a tua mente, numa época que a mulher só vestia vestido, com as filhas tudo criança ainda, dentro dessas canoas. Lógico que tudo com auxílio dos índios, remando né, que eram os soldados né que ficavam no forte para resguardar e não deixar invadir pelos holandeses, pelos ingleses, aqui pelo Orinoco, pelos espanhóis, aqui pelo Esequibo. E eles expulsavam mesmo, botavam pra fora, fincavam a bandeira nacional do Império né, e iam para a luta e invadiam mesmo”.

Os relatos de Jasmim demonstram dois pontos estrategicamente importantes no processo de invasão e ocupação da região: o rio e os povos indígenas. O primeiro era o único meio de acesso conhecido para a chegada de pessoas e materiais. No entanto, quem possuía domínio e entendimento sobre ele eram seus povos locais, que foram forçados ou coagidos a colaborar.

Em relatos como este, é interessante observar o papel histórico dos povos indígenas como protetores e defensores da Terra. Seja pelo resguardo, conservação e conhecimentos ancestrais da Terra Mãe, pelo qual lutam até hoje contra as dinâmicas globais que a destroem, seja pelos processos históricos de domínio, subjugação e massacres, que os puseram à força no papel de protetores a serviço dos invasores.

Ademais, pensar características intrínsecas de cidades amazônicas como estas, com relação profunda entre o rio-berço e seus povos, bem como “desvendar o contexto urbano na floresta é procurar aprender as lógicas e as regras que conduzem

as relações e os movimentos” (CASTRO, 2009, p. 23). Ou seja, no caso de Boa Vista, é possível instigar: até que ponto o crescimento da cidade de costas para o rio e, próximo às margens, no centro, a concentração de poderes, poderia ser uma forma de controle das fronteiras aquáticas no urbanismo amazônico?

Essa pergunta abre margem para textos futuros que poderão analisar diferentes cidades da região sob o mesmo olhar, considerando os processos políticos, sociais, históricos e econômicos que aconteceram em cada uma delas. Pois, assim como afirma Edna Castro (2009, p. 26):

As cidades na Amazônia revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço sócio-econômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecidas em sua trajetória.

Em continuidade, Jasmim compartilha que:

“Em 1962 passamos a ser Território Federal de Roraima. Ai já vem uma estrutura, a estrutura de Boa Vista. E não tinha nada. Boa Vista, na minha juventude, terminava exatamente ali onde é o Centro Cívico. Onde é o Monteiro Lobato hoje, que foi a escola que eu estudei, aquilo era um areial areiaaal, pra gente atravessar, nossa! Era uma dificuldade. Hoje, a gente vê como dificuldade, mas naquela época era uma alegria enorme sair correndo por aquele areial. Quando território é que houve a preocupação da urbanização da cidade.

[...] Ah Boa Vista parece com Paris... aí eu subi no arco (Arco do Triunfo de Paris). Então o arco é como se fosse o centro do Centro Cívico, não é no garimpeiro, o Coreto! É como se fosse o Coreto e as avenidas todas em forma de leque, contornando a cidade de rio a rio, até o Cauamé, em forma de leque. E realmente, a gente subindo lá no Arco do Triunfo, ela é assim. Se assemelha, se assemelhaaaa! Mas o fato é que nós tivemos ideia, porque as avenidas são largas, bonitas, com meio fio bonito, com calçadas largas... é uma cidade linda!”.

Neste trecho, sem que fosse colocado em questão a semelhança ou não de Boa Vista com Paris, Jasmim citou a comparação. É interessante que a participante tenha vivido a experiência de subir no Arco do Triunfo para atestar a similaridade. O contraste de relatos como este com o que foi compartilhado por Bárbara, por exemplo, é instigante para meditar sobre como as percepções podem ser totalmente opostas, quando os indivíduos provêm de contextos diferentes.

A representação do espaço e os discursos dos espaços de representação são líquidos. Assim, toma diferentes formas em diferentes recipientes, os olhares e entendimentos sobre o urbano ocupado e vivido se transformam em cada mente e experiência provada. A cidade, então, também se torna líquida, quando pensada em incontáveis perspectivas que a alteram e a interpretam sob os fatores e atores que a transformam.

Todavia, a comparação com modelos europeus também revela processos histórico-sociais vividos em conjunto, para além das percepções individuais. Como ressalta a socióloga Edna Castro (2009, p. 34):

Os interesses de mercado sempre orientaram a constituição dos espaços urbanos na Amazônia, a exemplo da Belém da *Belle Époque* em pleno *boom* da borracha, nos seus monumentos que **não são senão traços da relação da cidade com um ideário urbano ocidental, emergente em um momento em que a cidade européia e sua urbanização romantizada se tornou expressão maior da modernidade**. Mas esse contexto é, não se pode esquecer, de uma economia que alimenta e tece laços com o mercado mesmo em continentes tão distantes (grifo meu).

Essa metamorfose se dá através de uma via dupla entre agentes e cidade, pois, uma vez que os agentes transformam o urbano, este também modifica a vida e relações sociais dos agentes envolvidos. Em relato, Jasmim citou “*O que mais me chamava atenção no centro da cidade era o aconchego familiar, da vizinhança, do bairro... até hoje nós permanecemos amigas. Infelizmente a negatividade do progresso traz esse distanciamento*”, quando se referia aos laços de amizade que se distanciaram conforme a cidade crescia.

Falas desse tipo foram compartilhadas não apenas por Jasmim, mas também pelos demais participantes que possuem décadas de vida e relações em Boa Vista. É interessante pensar nestas falas junto aos discursos governamentais de progresso para a Amazônia, tida para o poder público como inabitada e subdesenvolvida. Para seus moradores, a visão é quase que contrária. Quase porque, apesar de relatarem como a cidade era pequena e possuía poucos habitantes (quando comparada a outros lugares do país), reforçavam o quanto as relações sociais eram próximas, acolhedoras e aconchegantes.

Assim, o contraste possui certa concordância com o discurso do Estado, quando trata do quantitativo de pessoas na época, ao mesmo tempo que **revela** a força das relações desenvolvidas nas pequenas cidades amazônicas. O crescimento da cidade, então, promove o desenvolvimento de diferentes setores e atendimento às

necessidades globais impostas, a custo do afastamento e enfraquecimento das relações sociais entre os agentes que colaboram, diretamente, para esta expansão urbana.

Outro relato de Jasmim que reforça este ponto foi a sua fala quando questionada como pensa Boa Vista no futuro: *“cada vez mais dispersa, cada vez menos memória... a nova geração não tem o mesmo espírito de luta e memória. Não vejo muita perspectiva na área cultural. Já no desenvolvimento, sim.”* Onde também demonstrou que, o que mais a preocupa atualmente na capital é *“o apagar da memória, os prédios históricos abandonados ou derrubados pelo poder público”*.

Em outros pontos, assim como os demais participantes, relatou que o prédio que a remete ideia de poder é o Tribunal da Justiça, no entorno da praça do Centro Cívico (Figura 15). E, quando perguntada sobre seu espaço favorito na cidade, apontou as praças em que a vida pública e as relações sociais se tornam mais próximas e aconchegantes, como eram antigamente. Para ela, os espaços abertos e ao ar livre são ideais para os encontros e desenvolvimento das relações. Como exemplo, citou o Parque do Mirandinha, o qual gosta de frequentar com a família e amigos para uma tarde de conversa e apreciação da natureza.

Brasilmar Nunes, em seu texto “A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira” faz uma análise, sob a perspectiva econômica, de espaços como este citado por Jasmim. Para ele, acontece “a transformação da terra urbana em mercadoria e, contraditoriamente, um uso não mercantil das áreas coletivas das cidades (ruas, praças, viadutos, iluminação, etc)” (NUNES, 2009, p. 45).

Assim, Brasilmar explica que a cidade exerce uma atração sobre os indivíduos e as empresas, especialmente através da “economia de urbanização”, uma vez que são as vantagens do sítio urbano que provocam o fascínio que a cidade alcança no campo social.

Fernanda – 59 anos, cearense e arquiteta do estado.

Como profissional, Fernanda compartilhou sobre a experiência de ser uma das arquitetas pioneiras a atuar na cidade como servidora pública do estado. Seu relato apontou episódios acerca de obras públicas que se baseavam em modelos externos que não consideravam contextos locais. Muitas vezes, isso decorria das solicitações e imposições de figuras políticas que estavam a frente do poder em cada período.

Esses episódios aconteciam em diversas esferas, desde a elaboração das praças da cidade, como promoção de infraestrutura para os demais municípios do estado. A exemplo, citou obras que atendiam comunidades indígenas, mas que não consideravam os costumes e tradições destes povos.

“A gente sofre muito isso, e a gente vai tendo que se moldar a isso. Fora os projetos que vêm de fora, especialmente em áreas indígenas. Todos esses anos sempre foi desse jeito, as mesmas imposições, as mesmas pressões”.

Apesar de que todos os moradores sejam atores na transformação da cidade, é perceptível, sob diversas análises e reportes, como o Estado possui a dianteira de modificar os espaços e implantar percepções, de acordo com os interesses particulares dos grupos que se encontram no poder.

Aliado a isso, mais uma vez outra participante atrelou a imagem de autoridade que o centro da cidade carrega, quando Fernanda compartilha que, para ela, o prédio da Assembleia Legislativa de Roraima e demais edifícios que rodeiam a praça do Centro Cívico, remetem à ideia de poder, controle e domínio.

Ademais, seu principal ponto de preocupação com Boa Vista é a arborização da cidade que, na perspectiva de Fernanda, deveria ser mais implantada. Este também é o aspecto que ela mudaria na capital, bem como a organização dos espaços em relação à direção dos ventos e insolação.

“A gente imagina arquitetura sustentável como uma coisa cara e difícil de manter... hoje em dia eu acho que tudo é imediato, as pessoas não querem mais viver o processo. Quando eu falei da questão das árvores, eu acho que também se aplica a essa questão. Ninguém quer viver o processo de varrer as folhas do chão para ter uma sombra, prefere ficar sem a sombra do que varrer a folha. As vezes eu olho e me pergunto onde vamos parar, com tanto concreto, tanta coisa...”.

O relato de Fernanda, além de demonstrar mais uma moradora preocupada com as questões ambientais da cidade, também revela a ideia de progresso versus meio ambiente, que outros centros urbanos do mundo e da Amazônia vivenciam. É como se as cidades se tornassem cada vez mais instrumentos automatizados e pensados para atender às necessidades globais impostas, em desconsideração das demandas locais, seus povos e equilíbrio entre ecossistemas.

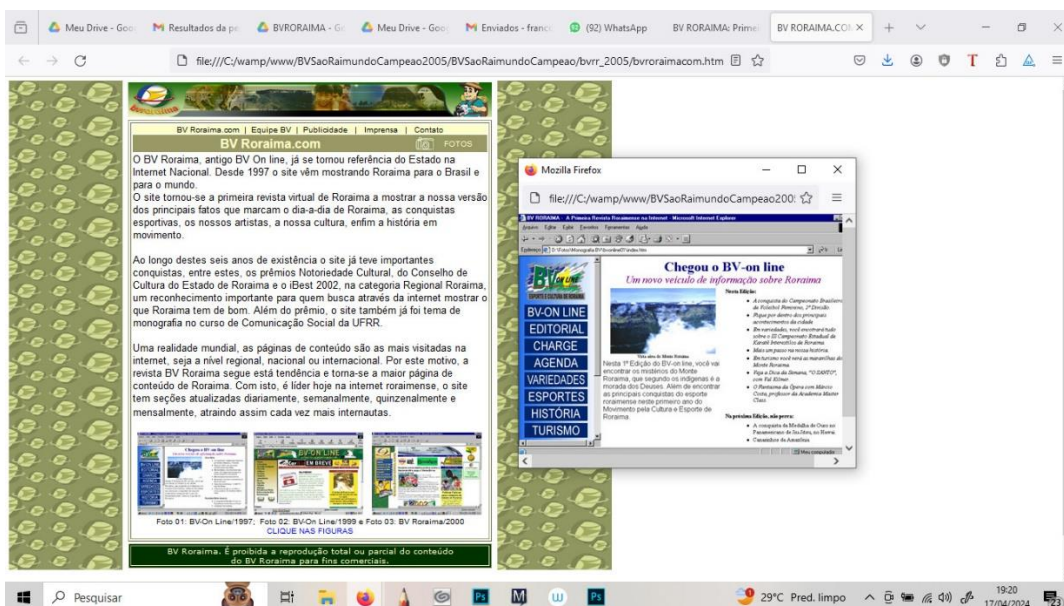
Rodrigo – 55 anos, roraimense, analista de sistemas e ilustrador.

Em seus relatos, Rodrigo compartilhou que sempre se incomodou com o preconceito que pessoas de outras regiões do país apresentavam com Boa Vista, especialmente na época da sua adolescência. Como foi atleta e viajou para diversas cidades para competir, enviava fotos de Boa Vista por e-mail aos amigos que fazia pelo Brasil e outros países. A partir deste hábito, surgiu a ideia de criar um site sobre a cidade, a fim de disseminar informações para outras regiões que pouco conheciam sobre a capital roraimense.

“Isso foi em 1997... eu consegui patrocínio para colocar a página na web. Eu criei um mapa que o visitante poderia dar zoom e descobrir diferentes regiões da cidade. Eu desenhei bairro por bairro em vetor para poder funcionar. As pessoas interagiam e faziam perguntas... eu recebi muitos e-mails de pessoas de Roraima que estudavam em outros estados na época. Eu me lembro de receber e-mails que diziam ‘nossa até que enfim! Que legal! Poxa, não vejo a hora de chegar em casa e acessar as notícias sobre Roraima’.

Eu tenho outra história muito engraçada: uma mãe desesperada, que a sua filha se apaixonou e se casou com um jovem roraimense. Ela me escreveu desesperada, ‘minha nossa senhora, lá não tem nada, só jacaré e índio’. Ela pediu para a filha me encontrar e enviar uma foto juntos para ela ficar mais tranquila”.

Figura 51 - Prints do site criado por Rodrigo.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo (2024).

O pioneirismo de Rodrigo em compartilhar Roraima através da web foi um marco importante na história do estado. Sua formação em analista de sistemas, atrelada à experiência atlética e conhecimento jornalístico, promoveram a disseminação da Primeira Revista Virtual de Roraima para além de fronteiras físicas.

Em uma época que informações sobre a Amazônia eram disseminadas através de falas distorcidas por agentes externos, compartilhar a visão e acontecimentos locais a partir da voz de um roraimense foi essencial para desmistificar perspectivas manipuladas. Todavia, apesar do desenvolvimento tecnológico, ou através dele, ainda hoje muitas visões distorcidas da Amazônia são veiculadas para o mundo.

Quando questionado sobre espaços relevantes da cidade, Rodrigo respondeu que foram as escolas que estudou, como Monteiro Lobato, que o remete a memórias de diversos campeonatos que participou. Também citou o Grêmio Recreativo de Subtenentes e Sargentos (GRESSB) e o antigo late Club, nos quais vivenciou mais competições e jogos atléticos. No entanto, quando lhe foi perguntado sobre espaços ou edifícios que, para ele, representam a ideia de poder, respondeu, assim como outros participantes, o Tribunal de Justiça, a Assembleia Legislativa e outros edifícios ao redor da praça do Centro Cívico, como a Igreja Catedral e Igreja Matriz.

Por também vir de uma família com mais de duas gerações em Roraima, Rodrigo vivenciou diversas etapas da transformação da cidade. Assim como outros participantes, relatou que, conforme a malha urbana se expandia, as relações mais próximas e profundas que tinha com outros moradores se dispersaram e enfraqueceram.

Neste ponto, reforçado por outros participantes quanto ao enfraquecimento das relações sociais, é importante citar uma análise do economista, mestre em planejamento urbano e doutor em sociologia, Brasilmar Ferreira Nunes. Para ele,

a análise teórica da relação campo/cidade encara essa relação como oposição e vê a cidade como o lugar da modernidade. **A cidade seria o lugar onde a racionalização do mundo encontraria condições para se consolidar como *ethos*, em oposição a um mundo rural, calcado em relações primárias, de cunho familiar ou de pequenos grupos.** A situação em que predominaria o anonimato (a cidade), contrapor-se-ia uma outra, **em que predominam as relações face a face** (NUNES, 2009) (grifo meu).

Quando questionado se havia algo em Boa Vista que não gostasse, reportou sobre uma história em quadrinhos que escreveu acerca da “Crise Migratória do Povo Venezuelano, através de um olhar humanitário”. Para ele, é preocupante a situação e

história dessas pessoas na vinda pela busca de melhores condições de vida, bem como as dificuldades enfrentadas neste processo.

Rodrigo realizou entrevista com migrantes e refugiados venezuelanos para recontar as histórias compartilhadas. Nesta experiência, muitas vezes escutou os entrevistados afirmarem que possuíam um “*corazon roto*”, por estarem afastados das suas famílias que ainda viviam na Venezuela.

No entanto, Rodrigo levou dois anos até sentir segurança para compartilhar os quadrinhos que havia criado, uma vez que se questionou por que deveria esperar que outros ilustradores viessem para contar estas histórias, em vez de ser uma pessoa local, com vivências locais, a tomar esta iniciativa.

Figura 52 - Site de Rodrigo, no qual disponibiliza a história em quadrinhos de sua autoria sobre a Migração Venezuelana.



Fonte: Site Venezuela em Fuga (2024) <<https://www.venezuelaemfuga.com.br/>>

Quando questionado sobre a vontade de mudar algo em Boa Vista, respondeu: *“ahhh... eu viajei muito competindo, e uma das coisas que mais me lembra é que a gente sai daqui para viajar... já estive em Milão, Veneza, outros países da América... mas quando acaba a visita lá, a vontade de voltar para casa, para Boa Vista é muito grande! Eu não sei o que mudaria em Boa Vista... o vento de Boa Vista é diferente, que a gente chama de cruviana, eu vivi o cruviana no interior. Boa vista me dá uma memória afetiva, principalmente agora no último ano que eu venho desenhando a cidade...”*

Esse relato de Rodrigo sobre sua relação afetiva com Boa Vista é muito importante de compartilhar. Seu bem-querer com a cidade, atrelado a um hábito que

cultivou a partir da pandemia da Covid-19, proporcionaram excelentes registros para seu acervo. Desde 2020, começou a andar de bicicleta pela cidade e durante os percursos, descobriu novos caminhos por locais que já frequentava.

Todavia, esses trajetos lhe permitiram notar outras perspectivas e olhares para determinados pontos da cidade. Perspectivas estas que não percebia quando realizava os caminhos através de diferentes meios. Uma vez atraído por esta descoberta, passou a desenhar os diversos olhares que percebia da cidade, bem como se integrou a um coletivo de artistas denominado “Urban sketch BV”, no qual os membros se reúnem para desenhar e compartilhar histórias sobre os pontos da cidade escolhidos para retratar.

Figura 53 – Perspectiva desenhada por Rodrigo da Igreja Catedral.



Fonte: Acervo pessoal de Rodrigo (2024).

Em suma, quando se medita acerca de todas as experiências e perspectivas compartilhadas pelos participantes, notam-se alguns pontos interessantes que se destacam nas falas em comum. Apesar de nenhum ter tido contato com a resposta do outro, foi palpável a forma como a maioria citava os espaços e edifícios do centro da cidade como símbolos de poder e prestígio.

Aparentemente, o Estado, através do desenho do Plano Urbanístico de Boa Vista, bem como de outras estratégias territoriais de ocupação e domínio na Amazônia, conseguiu disseminar simbologias e representações de poder nos olhares e imaginários dos moradores da cidade. A concentração dos edifícios de poderes

judiciário, legislativo e executivo no centro irradiador da urbe, seja ele a nascente da cidade, o miolo de um leque, a praça das quais partem avenidas inspiradas em Paris ou o Sol e seus raios, fortalecem a imagem do domínio e controle da cidade Amazônica.

Para isso, no campo em que se atrela a arquitetura e o urbanismo na formação das cidades, não apenas o posicionamento foi fundamental, como também as formas, o monumentalismo, as proporções e os materiais, que atuam diretamente na criação e representação destes espaços. Estes, acompanhados de outras esferas, como a religiosa, econômica e cultural, se complementam na construção da imagem, face e corpo deste poder territorial implantado na Amazônia.

Assim, é possível constatar que: o Plano Urbanístico de Boa Vista, além de todas as interpretações e mediações já refletidas neste trabalho, projeta para a cidade a vitória dos grupos dominantes, os desdobramentos do período colonial, os reflexos de conflitos territoriais e socioambientais e, sobretudo, molda ativamente as perspectivas de seus moradores sobre o urbano e a sua relação em viver a cidade. É, por fim, a consolidação do poder do Estado através do urbano.

No entanto, por meio da epistemologia decolonial e da interdisciplinaridade, é possível desafiar as estruturas de poder e ramificações do colonialismo em diversas esferas da vida, especialmente na urbanidade amazônica. É preciso, primeiro, entender que o colonialismo não é apenas passado, mas também uma matriz persistente de poder do sistema-mundo capitalista, que continua a moldar as relações globais (QUIJANO, 2000).

Como aponta o filósofo martinicano, Frantz Fanon (1968), em sua obra intitulada "Os Condenados da Terra", para descolonizar é preciso o nascimento de um novo ser humano. Isso porque a epistemologia decolonial requer uma análise profunda das dinâmicas psicológicas e sociais repercutidas pelo colonialismo. Ou seja, a de(s)colonização é um processo político, psicológico e cultural, que envolve a rejeição de narrativas hegemônicas e reafirmação de identidades, dos Outros.

Portanto, se almejamos cidades amazônicas inclusivas quanto as suas diversidades sociais e culturais, torna-se essencial a necessidade de transformações radicais não apenas no campo individual de cada pessoa, mas também na amplitude coletiva, a fim de alcançar diferentes formas de libertação das estruturas coloniais. É, ainda, imprescindível o exercício da teoria decolonial junto à interdisciplinaridade, que

engloba todos os aspectos da vida e, sobretudo, as vivências em conjunto que constroem e moldam os territórios.

As práticas exercidas aqui, nesta pesquisa, sobre as artes apresentadas, as reflexões levantadas e as experiências compartilhadas, são apenas um passo inicial para o exercício de desafiar os pensamentos e narrativas propagados pelo colonialismo. É preciso estender esse diálogo para diversas esferas, levar às comunidades trocas, indagações e atividades com o meio urbano que instiguem diferentes abordagens e provoquem a autonomia crítica sobre os espaços que ocupam.

Para descolonizar o urbanismo amazônico é preciso, primeiro, amazonizar as cidades, por meio da descolonização de séculos de opressão, massacre e imposição aos povos que aqui sempre habitaram e que, até hoje, lutam e protegem a Terra contra ameaças determinadas pelo sistema-mundo capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia sofreu processos colonizatórios não apenas por parte dos europeus, mas também por outras regiões do Brasil. A história das cidades amazônicas em muito se atrela a processos de ocupação e domínio, bem como controle de regiões fronteiriças. Políticas colonizatórias incentivadas pelos sucessivos governos deram origem a núcleos e colônias, muitas vezes voltados a abastecer demandas comerciais de outras regiões. Nesse processo, a população originária e tradicional da Amazônia sofreu as principais consequências dos desdobramentos do colonialismo.

O que as cidades amazônicas poderiam ter sido, perdeu espaço ou disputou, com grande desigualdade de forças, com a implantação de modelos externos e discordantes das culturas locais. Ainda assim, muitas características identitárias persistem dos grupos sociais minoritários, que são afetadas diariamente por processos globais que influenciam comunidades locais.

No entanto, é interessante como a diversidade amazônica permite a percepção de macro e microcosmos nas suas formações urbanas. Apesar do processo colonizatório e da imposição de modelos na região, cada cidade apresenta suas próprias características e particularidades. Estas, por sua vez, revelam universos conhecidos e desconhecidos da Amazônia brasileira.

Dentro de uma mesma malha urbana, é possível enxergar cidades dentro de cidades. Como se dá, então, a comparação entre os exemplos urbanos amazônicos? A resposta, talvez, não se guie por meio da “comparação”, mas sim do entendimento da pluralidade dos processos e teias sociais.

O estudo de Boa Vista nesta dissertação mostrou caminhos que se assemelham a outras realidades vividas na Amazônia, como as formas de dominação, apropriação e imposição através do urbano, mas sem restringir as particularidades de cada local.

A descolonização das cidades amazônicas poderá partir da consideração da relação da individualidade do microcosmos com a influência do macro. Assim, em cada caso, as necessidades e os sujeitos podem ser considerados conforme suas realidades. Os cosmos amazônicos são diversos e abrem margens para futuros trabalhos que os estudem com mais profundidade.

No caso de Boa Vista, o grande objetivo do Plano Urbanístico foi reforçar, de forma simbólica e material, a presença do Estado e suas elites dominantes na região. Todavia, não se exclui o poder e influência dos grupos detentores de capital em transformar a paisagem e subalternizar as massas, mas percebe-se a força e autonomia que se cria a partir dos oprimidos em gerar novos espaços atuantes na vida urbana.

Começar a olhar para essas formas de ocupação permite não apenas entender o produto de um processo histórico, mas também imaginar como poderia ter sido a cidade sem a imposição de modelos que não consideram o modo de vida local. Assim, ao ocuparem diferentes espaços na cidade, ao tentarem se reapropriar dos cursos d'água que o meio urbano atravessa, ao construírem sua própria cidade dentro da cidade, ao utilizarem espaços representativos de poder para vocalizarem suas demandas e revoltas, os oprimidos traçam caminhos para possibilidades, sobretudo para o resgate dos seus territórios e representações de direito.

A paisagem urbana de Boa Vista é, então, produto de diferentes identidades e grupos sociais que resistem e coexistem no espaço, em meio a relações, classificações e subjugações relacionadas a superioridade e dominação que se refletem no território. Compreender as diversidades da cidade para além do PUBV instiga discuti-la para não só suportá-la passivamente, mas enxergá-la, habitá-la e vivenciá-la a partir de perspectivas decoloniais que nos permitem despertar para o que somos de fato.

É importante romper e/ou questionar laços de subjugação e de dominações históricas se desejamos contribuir, como moradores, profissionais ou filhos da Terra, para um urbanismo amazônico equilibrado com as diversidades que abarca. Um possível caminho é captar as racionalidades e compreender o que, exatamente, determina as transformações do território, a fim de reconhecer as complexidades impostas e, sobretudo, propor novas abordagens teóricas.

É tempo de nos fortalecer, e podemos começar a partir destas outras perspectivas propostas, a fim de desmistificar o olhar nacional de que o espaço-tempo na Amazônia é sempre inacabado. Lugar onde, para a sociedade nacional, está sempre à espera de migalhas de outras regiões, ao mesmo tempo que é super explorada para enriquecer os mesmos que nos empobrecem.

Para isto, espero, como desdobramento desta pesquisa, ter incentivado reflexões teóricas que proponham reconhecer o que somos, o que habitamos e ao

que pertencemos, a partir da mesma pluralidade e diversidade étnica que a Amazônia carrega. Ao mesmo tempo, ela é fonte de uma singularidade inobservável em qualquer outra parte do planeta. Caminhamos para tempos em que se faz, cada vez mais urgente, a necessidade de pensar as cidades através de processos equilibrados e, ao mesmo tempo, multifacetados.

Para que as cidades-florestas continuem a existir, é tempo de descobrirmos o que somos, em uma metamorfose constante, e abandonar o que pensávamos ser. É preciso desafiar as estruturas que nos dominam, seja por meio do exercício de reflexionar sobre o que nos cerca, seja por meio de se reapropriar dos espaços representativos de poder, ou, ainda, pela luta na criação de novos espaços que simbolizem a verdadeira diversidade dos povos habitantes.

É necessário, sobretudo, transformar-te individualmente, aflorar o nascimento de “um novo ser humano”, como defendido por Fanon, para então pensar em uma transformação coletiva. A exemplo das artes e experiências compartilhadas neste trabalho, podemos utilizar meios como estes, das imagens e falas propagadas, para aflorar nas comunidades as reflexões necessárias para descolonizar o urbanismo amazônico. Que nos apropriemos, então, dos espaços urbanos e propaguemos, através deles, representações, simbolismos e locais que ecoem as vozes dos subalternizados.

Não obstante, é preciso exercer a prática crítica sobre o meio que nos cerca. Estabelecer diálogos e compartilhar experiências entre diferentes grupos poderá promover entendimentos sob as perspectivas dos outros. É preciso ampliar nosso olhar para além da bolha que nos cerca, se assim desejarmos abraçar a diversidade na urbanidade amazônica. É importante abandonar o papel do Eu e se libertar dos discursos hegemônicos para abrir-se ao coletivo.

Como propostas para futuros desdobramentos deste trabalho, bem como para incitar a descolonização do urbanismo na Amazônia, propõem-se pesquisas que se debrucem no registro e reflexão sobre relatos dos habitantes amazônicos e suas pluralidades, em como elas demonstram os mecanismos de domínio impostos pelo Estado e como podem ser combatidos. Ademais, que estes estudos sejam também incitados nas escolas de arquitetura e urbanismo, a fim de quebrar a rigidez e padrões sobrepostos nesta formação, por meio das ferramentas que a interdisciplinaridade pode promover.

As entrevistas realizadas durante esta pesquisa são exemplos de como compartilhar experiências e vivências, individuais ou coletivas, revela pensamentos não observáveis quando se vive a cidade no automático. Demonstra, ou contrapõe, as perspectivas apresentadas pelos teóricos acerca das relações de dominação, de poder e de influência dentro do território.

Falas e representações como as apresentadas nesta pesquisa, que relacionam a cidade de Boa Vista com o sol, por exemplo, enfrentam os discursos políticos-territoriais de poder, que propagam a comparação com outros modelos urbanos internacionais. A vivência e o olhar do participante da pesquisa revelam locais onde o dominador, todavia, não foi capaz de alcançar. Relatos como este dão margem para outras formas de pensar, imaginar, criar, representar e disseminar o urbano amazônico.

A cidade se faz presente não somente no dia a dia das pessoas, mas também no campo imaginário e de memória. Os participantes revelam cenas urbanas desconhecidas para alguns, quando viajam no tempo em suas falas que retratam a capital em outros períodos históricos. Estes retratos evidenciam relações sociais que se transformaram em razão das transformações territoriais. Revelam o que os teóricos já sinalizavam: o colonialismo territorial na intervenção do ser, do saber e do poder.

Dar luz e conhecimento geral dos relatos e das diferentes percepções de cada morador da cidade projeta caminhos para conhecer e enxergar o urbano através de outros olhares. Esse exercício mental, coletivo ou individual, é uma das possíveis ferramentas para se pensar e repensar nas cidades amazônicas.

Ao final, quem faz as cidades são as pessoas. É preciso deixar que o domínio e controle se concentre apenas nas mãos “invisíveis” do Estado, para caber a quem lhe é por direito. As amazonidades só podem ser regentes no urbanismo se seus habitantes puderem exercê-las com liberdade. Que sejam, então, instigados, através de reflexões como a deste trabalho e seus desdobramentos, a ocupar e deter o poder que lhes cabe.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Manuel da Gama Lobo de. Descrição Relativa ao rio Branco e seu Território [1787]. In: **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Etnographico do Brasil** – Tomo XXIV. Rio de Janeiro, n. 4, 1861, p. 617-683.

ARISTÓTELES, Política, ed. bilingue, trad. e notas de A. C. Amaral e C. de Carvalho Gomes; índices de conceitos e nomes de M. Silvestre; nota prévia de J. B. da Câmara; pref. e revis. Literária de R. M. R. Fernandes; introd. e revis. científica de M. C. Henriques, Lisboa, 1998, Vega.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

BECKER, B. **Amazônia**: Geopolítica na Virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. 728 p.

BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. O eufemismo da morte no Antigo Egito. **Revista Classica**, São Paulo, v. 7/8, p. 25-32, 1994/1995. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6577865>>. Acesso em 21 nov 2023.

BOA VISTA. Lei nº 926, de 29 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo Urbano do município de Boa Vista e dá outras providências. Boa Vista, RR: Diário Oficial da União, 2006.

CÂNDIDO, Francisco. **Tributo ao Ex-Governador Ottomar de Sousa Pinto**. FOLHA BV. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/colunas/tributo-ao-ex-governador-ottomar-de-sousa-pinto/>>. Acesso em 24 fev 2024.

CARDOSO, A. C. Que contribuições virão de Amazônia brasileira para o urbanismo do século XXI? . **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2021.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CAVALCANTE, Jordana. **10 fatos sobre a história do “Parque do Rio Branco”**. (2021). Disponível em: < [10 fatos sobre a história do "Parque do Rio Branco" - Jô Viajou \(joviajou.com\)](https://joviajou.com)>. Acesso em 20 fev 2024.

CHAGAS, Rodrigo P.. O “Narcogarimpo” na Terra Indígena Yanomami. Boletim de Análise Político Institucional, n.36, jan 2024. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12778/9/BAPI_36_Artigo_7_narcogari_mpo.pdf. Acesso em: 03 mai. 2024.

CORREIA, Luan Guilherme. **Arquiteto desfaz mito de que Capital foi planejada com inspiração em Paris**. FOLHA BV. Disponível em: <<https://www.folhabv.com.br/cotidiano/arquiteto-desfaz-mito-de-que-capital-foi-planejada-com-inspiracao-em-paris/>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

DELGADO, Yasser Farrés; RUIZ, Alberto Matarán. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. **Polis Revista Latinoamericana**. v. 37, maio 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/9891>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

DULCI, T. M. S.; MALHEIROS, M. R. **Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina**. VII Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. Espirales, Edição Especial, janeiro 2021.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARAGE, Nádía. **As muralhas dos sertões**: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA JÚNIOR, Amarildo. **Corpo de Cristo, Máscaras de Diabos**: etnopolítica e espaços de performance nos Diablos Danzantes de Yare, Venezuela. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, 447 p.

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Boa Vista: IAF, 2021.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo Norte**: a ocupação portuguesa do Vale do rio Branco (1775-1800). Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia**: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840. Tradução Gabriel Cambraia Neova e Lisa Katharina Grund. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: < [Censo Demográfico 2022 - PGI \(ibge.gov.br\)](https://cidades.ibge.gov.br)>. Acesso em: 06 maio 2024.

IBGE. **Cidades e Estados**: Roraima. Disponível em: < [Roraima | Cidades e Estados | IBGE](https://cidades.ibge.gov.br/roraima)>. Acesso em: 06 maio 2024.

JORNAL A GAZETA DE RORAIMA. Edição especial. Boa Vista \ ano 101. Ano X. 09 de Julho de 1991.

LE MOS, A. I. G. Cidades, território e memória na América Latina: um olhar através de suas metrópoles. **PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, v. 1, n. 2, pp. 13-28, 2018.

LUSSI, Carmem. Espaços Fronteiriços na América do Sul: desafios e oportunidades para a pastoral da mobilidade humana. In: **Encontro de Fronteiras do Grupo Missionário do EISAL**, Curitiba, 2015. Disponível em: <www.csem.org.br/espacos-fronteiricos-na-america-do-sul-desafios-e-oportunidades-para-a-pastoral-da-mobilidade-humana>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MARTINS, Elisângela. **Memória do Regime Militar em Roraima**. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010, 181 p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã** (1846). São Paulo: Moraes, 1984.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

ARCHDAILY. **O que são Cidades Jardim?** Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/961040/o-que-sao-cidades-jardim>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

NAKANO, Kazuo. São Gabriel da Cachoeira: planejamento e gestão de territorialidades imbricadas. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

NUNES, Brasilmar Ferreira. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. Manaus: transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. Roraima: um olhar histórico e sócio-político do século XVI ao XIX. In: **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003, p. 17-99.

_____. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. Monumento, monumentalidade, valor e poder: interações com a memória e preservação arquitetônica. In: **METAgraphias: letra JK de JK de utopias políticas possíveis**. v. 3, n. 3, 2018.

PARFENTIEFF DE NORONHA, D. A importância social da imagem: Reflexões sobre diferença, representação e poder em diálogo com um pensamento decolonial. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 20, n. 50, 2019. DOI: 10.22456/1984-1191.80371. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/80371>. Acesso em: 21 jan. 2023.

PARK, Robert E. The City: Suggestions for the Investigation of Human Behavior in the Urban Environment. In PARK, R. E. ; BURGESS, E. W. (Org.) **The City**. Chicago, University of Chicago Press, 1976, p. 1-46 [1916].

PREFEITURA DE BOA VISTA. **Texto do post**. Boa Vista, 15 de fevereiro de 2016. Facebook: Prefeitura de Boa Vista. Disponível em: <https://web.facebook.com/PrefeituradeBoaVista/photos/a.340213492773254/832657363528862/?type=3&_rdc=1&_rdr>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Abya Yala**. Disponível em: <<https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2021/09/ABYA-YALA.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2023.

POZZO, Renata Rogowski. **Notas sobre a Morfologia Urbana das Cidades Coloniais Hispânicas e Portuguesas na América Latina**, 2007. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiahistorica/14.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgardo (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005, pp. 107-130. Disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>>. Acesso em: 24 abr. 2022.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, ethnocentrism and Latin America. **Nepantla**, n. 3, 2000, pp. 533-580.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática Editora, 1993.

RAMALHO, Paulina Onofre. **Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima**. Dissertação de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional. IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

REVISTA DIRETRIZES. Edição Histórica. Ano I. n. 2, Boa Vista-RR, Janeiro/Fevereiro, 1991.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **Garimpagem e mineração no norte do Brasil**. Manaus: EDUA, 2017.

RORAIMA EM TEMPO. **132 anos: conheça a história de transformação de Boa Vista**. Disponível em: <<https://roraimaemtempo.com.br/cidades/132-anos-conheca-a-historia-de-transformacao-de-boa-vista/>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

ROSA FILHO, Artur. **Requalificação da Área Central e Intervenções Urbanas na Cidade de Boa Vista-Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

ROSI ANNE. **Texto do post**. Google Maps, 2018. Disponível em: <<https://maps.app.goo.gl/KKtPkCUdjzYoGhm26>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portuguesa [1777]. In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro** – Tomo XIII, Rio de Janeiro, n. 18, 1850, p. 200-273.

SANTOS, Adriana Gomes. **Garimpeiros, quando a “cobra tá fumando”**: condições de vida e de trabalho nos garimpos em Roraima (1975-1991). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2013, 160 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SCHURMANN, Betina. Urbanização colonial na América Latina: cidade planejada *versus* desleixo e caos. **Textos de História**, v. 7, n. 1/2, 1999.

SILVA, Georgia Patrícia da; FALCÃO, Márcia Teixeira; BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira. O caso e o descaso o patrimônio cultural da cidade de Boa Vista-RR. In: **Revista de Cultura e Turismo**, Santa Catarina, v. 5, n. 2, 2011, p. 61-75.

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. Reencontrando a primitiva cidade de Boa Vista. In: **Revista ACTA Geográfica**, v. 1, n. 2, 2007, p. 57-68.

SOUZA, Felipe Melo de. **A forma urbana do centro de Boa Vista/RR a partir das influências do primeiro Plano Urbanístico**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, 2015, 105 p.

TRIANI, Angélica Pereira; FERREIRA JÚNIOR, Amarildo; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Perspectivas decoloniais sobre o Monumento ao Garimpeiro em Boa Vista-RR. In: **Wamon – Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM**. Manaus: Edua, 2023, v. 8, n. 1, p. 189-216.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Urbanodiversidade e Pensamento Crítico Contemporâneo: Reflexões a partir das Cidades Amazônicas. In: PACÍFICO FILHO et al (Orgs.). **Urbanodiversidade: possibilidades e contradições**. Palmas: Editora Universitária – EdUFT, 2022.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009, 235 p.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

VITAL, Marcos José Salgado. Formação Socioeconômica do Estado de Roraima. In: CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio (Org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 533-579.

WALTER, Pâmola Andreia Lemke. **REQUALIFICAÇÃO URBANA E EXCLUSÃO SOCIOESPACIAL: um estudo da área central “Beiral” de Boa Vista-RR**. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista, 2021, 138 p.

APÊNDICE I – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Projeto de dissertação: COLONIALIDADE E CONFLITOS NO URBANISMO AMAZÔNICO: UMA REFLEXÃO DECOLONIAL SOBRE O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA/RORAIMA.

Mestranda: Angélica Pereira Triani.

Orientador: Prof. Dr. Amarildo Ferreira Júnior.

Coorientadora: Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues.

Roteiro da entrevista

1 – Nome completo do entrevistado(a).

2 – Data e local de nascimento.

3 – Identidade de gênero.

() masculino () feminino () outro: _____.

4 – Ocupação/profissão(ões).

5 – Participa de alguma associação, coletivo, organização ou movimento social, conselho de classe ou entidade similar? Se sim, qual e que função nela desempenha?

6 – Religião

7 – Nível de educação escolar.

8 – Qual bairro/localidade onde vive.

9 – Para conhecer melhor o(a) entrevistado(a) e registrar um pouco sua maneira de sentir sua própria realidade, solicitar que conte livremente sobre sua história de vida, se possível destacando lembranças e fatos que considere importantes e significativos em relação ao período que viveu em Boa Vista e as transformações que percebeu ou vivenciou na cidade.

10 – Você sempre viveu em Boa Vista ou veio para cá? No caso da segunda opção, por qual motivo decidiu morar na capital de Roraima?

11 – Para você, quais são os principais edifícios ou espaços na cidade de Boa Vista? Por quê? (Deixar o(a) entrevistado(a) pensar na resposta, mas caso tenha dificuldade, apresentar as seguintes opções)

() Aqueles relacionados ao comércio.

() Aqueles relacionados à religião.

() Aqueles relacionados ao governo do Estado e do Município.

- () Aqueles relacionados ao poder legislativo e judiciário.
- () Aqueles relacionados à história da cidade (patrimônio cultural).
- () Aqueles relacionados à educação (escolas, creches e faculdades).
- () Aqueles relacionados à saúde (unidades básicas de saúde, clínicas e hospitais).
- () Aqueles relacionados ao lazer e recreação (praças).
- () Um espaço urbano no qual se possa encontrar todos os elementos anteriores próximos uns aos outros.

12 – Quais edifícios representam a ideia de poder, prestígio ou organização para você? Por quê?

13 – Quais dos edifícios que você citou nas perguntas 10 e 11 você tem fácil acesso? Qual deles você não tem? Por quê?

14 – Você acredita que tem acesso a tudo que precisa no seu bairro?

15 – Como é a sua relação com as pessoas do seu bairro?

16 – Você já teve que se mudar de bairro? Por qual motivo?

17 – Para você, qual é a melhor região urbana de Boa Vista? Por quê?

18 – Quando você pensa ou visita o centro de Boa Vista, em quais elementos você repara? O que você mais gosta nele? O que você menos gosta? Qual a sua opinião geral a respeito deste espaço da cidade?

19 – Atualmente, há algo que o(a) preocupe em relação ao espaço urbano de Boa Vista?

20 – Como você imagina que Boa Vista seria se não tivesse ocorrido a colonização da região e as frentes migratórias? Poderia fazer o esboço de um desenho?

21 – Como você gostaria que Boa Vista fosse, caso pudesse mudar aspectos urbanos nela? Poderia fazer o esboço de um desenho?

22 – Você pode me indicar outra pessoa que considere importante de ser entrevistada?

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “COLONIALIDADE E CONFLITOS NO URBANISMO AMAZÔNICO: UMA REFLEXÃO DECOLONIAL SOBRE O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA/RORAIMA”, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Angélica Pereira Triani (estudante de Mestrado do PPGSOF/UFRR) e o Professor Doutor Amarildo Ferreira Júnior (Orientador de Dissertação). Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar e poderá sair da pesquisa sem nenhum prejuízo para você ou para as pesquisadoras.

O objetivo dessa pesquisa é analisar o plano urbanístico de Boa Vista-RR, na perspectiva urbana decolonial. A pesquisa será realizada por meio de uma entrevista com 22 (vinte e duas) questões de respostas subjetivas a respeito da sua relação e percepção com a cidade. A sua participação poderá ser presencial, em uma conversa que será gravada por gravador de voz e utilizada apenas para fins acadêmicos, ou poderá ser por chamada de vídeo, que também será gravada apenas para fins acadêmicos, caso não se encontre em Boa Vista no momento da entrevista.

Esta pesquisa se justifica pelo aprofundamento dos conhecimentos acerca do Urbanismo sob uma perspectiva interdisciplinar, bem como instigar os participantes e leitores outras maneiras de analisar a história da cidade e como ela se reflete nas relações com o espaço construído.

Caso você se sinta invadido(a) na sua privacidade, constrangido(a) mediante determinadas perguntas ou impelido(a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os pesquisadores.

A pesquisa pode ser acompanhada mediante contato direto com a pesquisadora, por meio de solicitação de leitura dos trechos redigidos ou questionamentos sobre o andamento do trabalho. Da mesma forma, caso esta pesquisa seja interrompida, a mesma será justificada, junto a entrega dos resultados parciais, e o participante, se necessário, receberá a assistência adequada, incluindo o direito de solicitar indenização, através das vias judiciais, caso hajam danos decorrentes da pesquisa.

Sua participação no estudo não implicará em custos adicionais, não terá qualquer despesa com a realização dos procedimentos previstos neste estudo. Também não haverá nenhuma forma de pagamento pela sua participação. Contudo, caso o

participante tiver custos relacionados ao seu envolvimento na pesquisa, como despesas com transporte e alimentação, será ressarcido mediante realização de depósito bancário.

Esta proposta de pesquisa passou por avaliação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que tem por função implementar normas e diretrizes regulamentadoras para pesquisas que envolvem seres humanos e são aprovadas pelo Conselho, por meio da avaliação dos aspectos éticos.

Os benefícios desta pesquisa se pautam na produção de conhecimento sobre a decolonialidade urbana no âmbito de Boa Vista-RR. Os resultados desta pesquisa constarão na elaboração de uma Dissertação de Mestrado que poderá contribuir com a produção do conhecimento interdisciplinar na área das Ciências Sociais e poderá ampliar os estudos sobre a história e os processos que construíram e constroem a cidade, bem como seus principais agentes atuantes.

Serão incluídos nesta pesquisa somente pessoas com idade igual ou superior a 18 anos, que moram em Boa Vista-RR, independente da sua nacionalidade e naturalidade. A sua participação é inteiramente gratuita e livre. Asseguramos-lhe total sigilo das suas respostas que serão utilizadas tão somente para os fins da pesquisa em questão.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional da pesquisadora principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento. Você poderá entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através do telefone dos pesquisadores responsáveis: Angélica Pereira Triani (95 98125-0921) e o Professor Doutor Amarildo Ferreira Júnior (95 98110-3723) caso tenha alguma dúvida.

Boa Vista, ____ de ____ de 2024.

Pesquisadora Angélica Pereira Triani (estudante de Mestrado - PPGSOF/UFRR)

Pesquisador e Professor Doutor Amarildo Ferreira Júnior (Orientador da pesquisa)

Eu, _____ (nome por extenso do(a) participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do(a) Participante da Pesquisa

Endereço dos pesquisadores: Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGSOF/UFRR). Rua Pequim, 01 - Aeroporto, (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: ppgsof@ufrr.br

Endereço do Comitê de Ética em Pesquisa: Av. Cap. Ene Garcez, 2413 – Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista/RR - Bloco 7, sala 737, segundo andar (entrada principal, sobe para o segundo andar, vira à direita, última sala do corredor, à direita). E-mail: coep@ufrr.br.

Endereço da CONEP: (Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília - DF. Telefone: (61) 3315-5878.

Horário de funcionamento: 08:00 - 19:00hs